

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS JOÃO PESSOA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

NIEDJA DE FREITAS PEREIRA

**"CONVIDADAS A SAIR?" SENTIDOS E DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO
FEMININA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

NIEDJA DE FREITAS PEREIRA

**"CONVIDADAS A SAIR?" SENTIDOS E DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO
FEMININA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Dr. Degmar F. dos Anjos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha do IFPB, *campus* João Pessoa

P436c	Pereira, Niedja de Freitas. “Convidadas a sair?” Sentidos e desafios da participação feminina no contexto da educação profissional / Niedja de Freitas Pereira. – 2020. 146 f.: il. Dissertação (Mestrado – Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação da Paraíba / Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, 2020. Orientação: Prof ^o . Dr. Degmar F. dos Anjos. 1. Educação profissional – mulher. 2. Mulher – trabalho. 3. Desigualdade de gênero. 4. Gênero – feminino. 5. Presença feminina – educação profissional. I. Título. CDU 377-055.2(043)
-------	--

Lucrecia Camilo de Lima
Bibliotecária – CRB 15/132

NIEDJA DE FREITAS PEREIRA

**“CONVIDADAS A SAIR?” SENTIDOS E DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO
FEMININA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

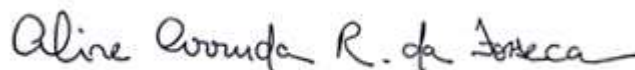
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 20 de agosto de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Degmar F. dos Anjos
Instituto Federal da Paraíba
Orientador



Prof (a) Dr (a) Aline Arruda Rodrigues da Fonseca
Centro Universitário - UNIESP



Prof (a) Dr (a) Italan Carneiro Bezerra
Instituto Federal da Paraíba

NIEDJA DE FREITAS PEREIRA

MULHER E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: SIM, ELAS PODEM!

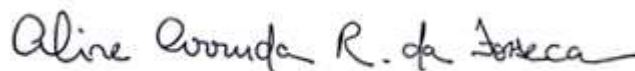
Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 20 de agosto de 2020.

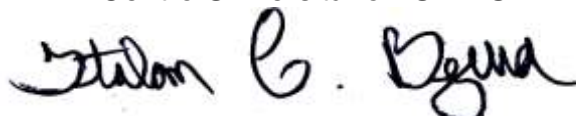
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Degmar F. dos Anjos
Instituto Federal da Paraíba
Orientador



Prof (a) Dr (a) Aline Arruda Rodrigues da Fonseca
Centro Universitário - UNIESP



Prof (a) Dr (a) Italan Carneiro Bezerra
Instituto Federal da Paraíba

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me guarda, fortalece e sustenta.

Aos meus pais, Nilton de Menezes Pereira (*in memoriam*) e Maria Sônia de Freitas Pereira, por todo amor, cuidado, ensinamentos e dedicação.

À minha família pelo apoio e incentivo.

Ao meu orientador Dr. Degmar F. dos Anjos pela disponibilidade, incentivo e parceria neste trabalho.

Aos amigos e colegas de longa data, bem como àqueles que conheci durante a trajetória do mestrado, vocês fizeram com que essa passagem fosse mais prazerosa.

Aos professores que fizeram parte da jornada da minha formação.

Às participantes que compõe a amostra desta pesquisa.

A todos que participaram ou que de alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho.

Obrigada!

"Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas.
Pessoas transformam o mundo". (FREIRE,1979)

RESUMO

O presente estudo versa acerca da presença feminina no contexto da educação profissional, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, a partir da análise dos sentidos e desafios relacionados à condição de gênero na referida modalidade de ensino. A partir da compreensão de que a construção social do papel da mulher na sociedade, moldada culturalmente ao longo da história, resultou na naturalização das desigualdades fundamentadas no gênero, torna-se imperioso destacar o papel da escola dentro desse contexto, em especial, quando se trata de cursos de educação profissional, modalidade de ensino diretamente relacionada à preparação para o ingresso no mundo do trabalho. Diante desses fenômenos, tem-se por objetivo geral de pesquisa investigar os sentidos e desafios da formação profissional feminina em cursos majoritariamente ocupados por homens, tendo como locus de pesquisa o curso técnico em mecânica, subsequente ao ensino médio, do IFPB - Campus João Pessoa. O embasamento teórico-metodológico deste estudo está pautado no construcionismo social. Do ponto de vista da abordagem do problema, o presente estudo classifica-se como quanti-qualitativo, tendo como instrumentos de coleta de dados um questionário e a entrevista semiestruturada. São participantes do presente estudo discentes do curso técnico em mecânica, subsequente ao ensino médio, do IFPB - Campus João Pessoa. A partir da utilização dos instrumentos mencionados, é averiguada a percepção sobre desigualdade de gênero dos discentes do referido curso, que responderam ao questionário aplicado, bem como é investigada a produção de sentidos enunciados por meio dos discursos das discentes do sexo feminino.

Palavras-Chave: mulher; educação profissional; desigualdade de gênero.

ABSTRACT

This study deals with the presence of women in the context of professional education, within the scope of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba, based on the analysis of the meanings and challenges related to the condition of gender in teaching practice. From the understanding that the social construction of the role of women in society, culturally shaped throughout history, resulted in the naturalization of inequalities based on gender, it becomes imperative or spectacular in the role of the school in this context, especially when it comes to professional education courses, a teaching modality directly specialized in preparation for entering the world of work. In view of these phenomena, the general objective of research is to investigate the meanings and challenges of female professional training in courses mainly occupied by men, having as reference the research or technical course in mechanics, subsequent to high school, the IFPB - Campus João Pessoa. The theoretical and methodological basis of this study is based on social constructionism. From the point of view of addressing the problem, the present study is classified as qualitative, with data collection instruments as a questionnaire and a semi-structured interview. Participants in this study are students of the mechanics course, after high school, at IFPB - Campus João Pessoa. From the use of the instruments used, the perception of gender inequality of the students in the referred course is calculated, which responds to the applied questionnaire, as well as investigating the production of meanings enunciated by the female discourses.

Key words: woman; professional education; gender inequality.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET: Centros Federais de Educação Tecnológica
CNJ: Conselho Nacional de Justiça
EJA- Educação de Jovens e Adultos
ETV: Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais
IFMT: Instituto Federal do Mato Grosso IFMT Instituto Federal do Mato Grosso
IFPB: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC: Ministério da Educação
ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU: Organização das Nações Unidas
ProfEPT: Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
RFEPCT- Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SuapEdu - Sistema Unificado de Administração Pública - módulo ensino

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Matrículas por sexo no eixo tecnológico de controle e processos industriais.	49
Gráfico 2	Matrículas por sexo no curso técnico em mecânica subsequente ao ensino médio.	50
Gráfico 3	O mercado de trabalho trata as mulheres de forma distinta em relação aos homens.	54
Gráfico 4	Acredito que a disponibilidade de estágios e oportunidades de emprego na área de mecânica são maiores para os homens.	54
Gráfico 5	Acredito que, uma vez concluído o curso técnico em mecânica, mulheres e homens terão as mesmas oportunidades de empregabilidade.	55
Gráfico 6	O que justifica as desigualdades entre homens e mulheres são questões físicas e biológicas.	55
Gráfico 7	Considero importante discutir desigualdade entre homens e mulheres no contexto dos cursos técnicos.	56
Gráfico 8	Acredito que a educação é capaz de proporcionar mudanças no modo como a sociedade define o papel da mulher.	56
Gráfico 9	Penso que a instituição de ensino deve proporcionar mais momentos de debate e reflexão sobre as desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho.	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Percepção sobre a desigualdade de gênero	52
Tabela 2	Classes temáticas e categorias	58

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA	16
1.2	OBJETIVOS	18
1.2.1	Objetivo Geral	19
1.2.2	Objetivos Específicos	19
1.3	APRESENTAÇÃO	19
2	MULHER, GÊNERO E TRABALHO	21
2.1	DISCUTINDO GÊNERO	21
2.2	CONSTRUÇÃO DO SER MULHER	23
2.3	MULHER E O MUNDO DO TRABALHO	28
3	PENSANDO O CONTEXTO EDUCACIONAL	32
3.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL	34
3.1.1	Oferta de Cursos Técnicos Subsequentes	37
3.1.2	Apontamentos sobre a Formação Técnica em Mecânica	38
3.2	EVASÃO ESCOLAR	39
4	TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA	41
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	41
4.2	SUJEITOS DA PESQUISA	43
4.3	ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS DE COLETA	44
4.3.1	Instrumentos de coleta	44
4.3.2	Questionário	44
4.3.3	Entrevista Semiestruturada	46
4.3.4	Da Análise dos Dados	47
4.4	ASPECTOS ÉTICOS	48
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	49
5.1	ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS	49
5.2	PARTICIPAÇÃO FEMININA EM NÚMEROS	49
5.3	QUESTIONÁRIOS	51
5.4	ENTREVISTAS	58
5.4.1	Classes Temáticas e Categorias	58
6	PRODUTO EDUCACIONAL	90
6.1	APRESENTAÇÃO DO PRODUTO	90
6.1.1	Contextualização e descrição	90
6.1.2	Elaboração e disponibilização	93
6.1.3	Aplicação/validação	93
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
	REFERÊNCIAS	100
	APÊNDICES	108
	ANEXOS	141

1 INTRODUÇÃO

A inserção feminina no mundo do trabalho, bem como sua participação cada vez maior nesse cenário, não implicou necessariamente no fim da desigualdade entre homens e mulheres no contexto laboral. A chamada divisão sexual do trabalho evidencia-se de forma mais precisa através da diferenciação salarial entre homens e mulheres, dos postos de trabalho ou das profissões tidas como mais adequadas a um determinado sexo ou, ainda, da ocupação dos cargos de maior complexidade dentro das organizações, tendo como fator preponderante o gênero. No entanto, esse cenário de desigualdade não está restrito ao mundo do trabalho, o contexto familiar e escolar também apresentam marcas relacionadas à desigualdade de gênero. Este estudo tem como foco a análise das situações de desigualdade entre homens e mulheres no ambiente escolar, especificamente no que tange ao contexto da educação profissional.

Ao iniciar o percurso por este estudo, é importante destacar as circunstâncias que culminaram na escolha do tema da presente pesquisa. A princípio, destaco que esta surge do interesse da pesquisadora, enquanto mulher e integrante do quadro de servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), no cargo de técnica em assuntos educacionais, lotada na Diretoria de Educação Profissional, em investigar as questões relacionadas à desigualdade de gênero que permeiam o contexto da educação profissional, capazes de interferir na trajetória escolar das discentes dessa instituição.

Embora tenha sido o trabalho com educação profissional o principal impulsionador da pesquisa, ainda durante a minha primeira graduação, em História, pela Universidade Federal de Campina Grande, algumas questões relacionadas à presença feminina no contexto histórico já despertavam certa inquietação. Não há como negar que a história oficial silencia e restringe a participação feminina na trama social, destinando às mulheres um papel secundário e de menor expressão no que concerne aos momentos de relevância política, social e de poder. Desta forma, a história narrada a partir dos marcos e acontecimentos históricos é, predominantemente, masculina.

Já na segunda graduação, em Direito, pela Universidade Federal da Paraíba, ainda em andamento, deparei-me com o fato de que os principais nomes da área no cenário nacional pertencem ao sexo masculino, assim como os principais

doutrinadores. Dados do Diagnóstico da Participação Feminina no Poder Judiciário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2019) apontam que, quanto maior o nível da carreira na magistratura, menor é a participação feminina. Nesse contexto, as mulheres representam: 44% dos juízes substitutos, 39% dos juízes titulares, 23% dos desembargadores e 16% dos ministros de tribunais superiores. Os dados apresentados revelam que a desigualdade de gênero, recorrente nos mais diversos setores da nossa sociedade e mercado de trabalho, também se faz presente no poder judiciário brasileiro.

No que tange ao convívio e relações pessoais, não foram raras as vezes em que depoimentos femininos, sobre as dificuldades enfrentadas em determinadas áreas de atuação no mercado de trabalho, surgiram em meio às conversas informais que alimentavam em mim o desejo de melhor compreender tal contexto. Casos de assédio, histórias de desistência da carreira ou esgotamento pelo acúmulo entre as atribuições do trabalho e do lar são temas não raros entre aquelas que enfrentam as dificuldades do dia a dia do ser mulher, em uma sociedade como a nossa. Lembrome de uma colega que abandonou o trabalho como técnica em sistemas de saneamento por sentir-se sempre testada no ambiente de trabalho; ouvindo o conselho dos pais, ingressou no curso de pedagogia, entendendo ser uma área mais adequada para uma mulher.

Tais falas, aliadas às leituras realizadas ao longo da disciplina de bases conceituais em educação profissional, do programa de mestrado em educação profissional – PROFEPT, que tratavam das desigualdades no mundo do trabalho e do modo como o sistema capitalista alimenta a desigualdade entre homens e mulheres no contexto laboral, como forma de manter à disposição um contingente de trabalhadores com mão de obra mais barata (ANTUNES, 2009), despertaram o interesse em investigar de que modo as desigualdades entre homens e mulheres, constantemente evidenciadas no mercado de trabalho, se faziam presentes também no contexto escolar, especificamente em cursos de formação profissional – responsáveis pela preparação dos discentes para ingresso no mundo do trabalho.

Alia-se a este cenário o momento histórico presente em que os rumos políticos do país colocam em risco uma série de direitos conquistados ao fortalecer discursos de caráter conservador e por vezes preconceituosos. O fortalecimento dessas correntes de pensamento colocou o país diante de um quadro em que a importância e contribuições dos movimentos sociais passaram a ser fortemente

questionados, por vezes menosprezados, incluindo nesse aspecto os movimentos feministas, suas causas e conquistas.

Discutir questões relacionadas à desigualdade de gênero em um momento histórico de acirramento político e de retrocesso no campo dos direitos sociais representa uma oportunidade de fortalecer as conquistas até então alcançadas, bem como promover o debate no ambiente escolar sobre a importância de se repensar os discursos e atitudes que reforçam, ao tempo em que negam, as desigualdades entre homens e mulheres.

É importante destacar que, mesmo diante de um cenário de desigualdades fundamentadas no gênero, não há como negar que a presença feminina, nos mais variados âmbitos da vida social, é uma realidade. Quer seja na política, na economia, no mundo do trabalho, na educação ou nas mais diversas áreas de atuação, não há setores onde estas não tenham chegado e provado sua capacidade. Entretanto, mesmo diante de tantos avanços na jornada de inclusão das mulheres no contexto econômico-social e, mais especificamente, no mundo do trabalho, os resquícios de um passado de submissão ainda deixam marcas e influenciam na concepção do papel social da mulher na sociedade atual.

Se em tempos remotos o papel social da mulher restringia-se ao cuidado com os filhos e o marido, ao zelo para com o casamento e à preservação dos valores cristãos, hoje, tal cenário não corresponde à realidade. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019), as mulheres representam 51,7% da população brasileira e são responsáveis pela chefia de 28,5% dos lares. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD – Contínua), no primeiro trimestre de 2019, no que tange ao índice de ocupação de postos de trabalho, as mulheres representam 44,9% do total de brasileiros em tais condições e possuem rendimento médio real de R\$1.991 (um mil novecentos e noventa e um reais), enquanto os homens apresentam rendimento médio real de R\$ 2.519 (dois mil quinhentos e dezenove reais). Os dados revelam que as mulheres, embora representem numericamente a maioria da população brasileira, são minoria no que tange à ocupação de postos de trabalho, bem como possuem renda equivalente a 79% da renda masculina. Tais distorções evidenciam a interferência do gênero no contexto econômico-social, enquanto critério capaz de justificar o cenário de desigualdades entre os sexos.

Cabe destacar, ainda, que a igualdade de gênero corresponde ao objetivo número 5, entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), traçados pela Organização das Nações Unidas (ONU). O referido objetivo destina-se a alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Os objetivos traçados têm como meta para cumprimento, por parte dos 193 países membros, o ano 2030. A presença de tal temática como pauta da Organização das Nações Unidas evidencia a relevância do assunto e seus reflexos para a sociedade, bem como deixa claro o quanto ainda estamos distantes, enquanto sociedade, da superação de um problema que muitas vezes impede a concretização de direitos básicos.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Em se tratando de estudos realizados sobre questões que envolvem a presença feminina na educação profissional, uma significativa parte retrata aspectos que evidenciam os desafios dessas mulheres na jornada da formação profissional. Fredenhagen *et al.* (2012), ao analisarem as causas da evasão nos cursos técnicos no Instituto Federal de Brasília, identificaram a presença de questões relacionadas ao gênero como fator determinante para abandono escolar por parte das discentes do sexo feminino. Dos 14 (quatorze) fatores identificados no trabalho, fatores estes apontados pelas discentes entrevistadas como causas pessoais, 06 (seis) estavam relacionados ao gênero. As causas apontadas versavam, especificamente, sobre a atribuição de cuidar dos filhos, uma das tarefas culturalmente designadas como de competência da mulher. O mencionado estudo evidencia a interferência do gênero na decisão de abandonar o contexto escolar o que, por consequência, interfere no percurso da formação profissional e nos resultados econômicos dessas mulheres.

Oliveira (2018), ao investigar situações de violência e bullying envolvendo mulheres, no contexto do ensino agropecuário no Instituto Federal do Mato Grosso - IFMT, conclui pela necessidade de que tais questões sejam abordadas com mais ênfase no contexto escolar, no sentido de superar tais práticas no cotidiano das instituições de ensino. Ainda nesse contexto, Vieira e Cruz (2017), em estudo sobre a mulher na educação de jovens e adultos, afirmam que a mulher tem se tornado público específico dessa modalidade de ensino; tal fato está diretamente relacionado à experiência feminina de não acesso à educação em idade regular, bem como em

razão do abandono escolar motivado, na maioria das vezes, por circunstâncias relacionadas ao gênero.

Segundo Auad (2006), em estudo realizado sobre relações de gênero na sala de aula, os padrões sociais e culturais sobre o masculino e feminino, presentes na sociedade, também se fazem presentes no contexto escolar. A autora considera que a escola deve representar um lugar de emancipação e mudança, mas por vezes acaba por representar um espaço da aprendizagem da separação.

O Censo Escolar 2018, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019), aponta que, exceto entre os alunos com mais de 60 anos, as mulheres representam a maioria dos discentes matriculados na educação profissional de nível básico no país. Tais números levam em consideração dados da educação profissional em todas as suas modalidades de oferta, bem como nas diversas instituições ofertantes pelo país.

No entanto, de acordo com os números apresentados pela Plataforma Nilo Peçanha, ambiente virtual de coleta, disseminação e validação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (SETEC/MEC), no ano referência 2018, as mulheres representavam 46,6% do número de discentes matriculados nos cursos técnicos de nível médio nos Institutos Federais; já no âmbito do IFPB, 45,6% do total de matrículas em tal período e modalidade de ensino eram discentes do sexo feminino. Os números apontam que mesmo as mulheres sendo maioria, quando observados os números gerais de discentes na educação profissional, conforme dados do Censo Escolar 2018, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ao analisarmos somente os Institutos Federais, os números mostram-se diferentes, os discentes do sexo masculino são maioria.

Nos cursos de eixos tecnológicos como controle e processos industriais, gestão de negócios, infraestrutura e produção industrial, áreas costumeiramente relacionadas à figura masculina, o número de mulheres tende a diminuir. Neste cenário, considerando as matrículas realizadas nos Institutos Federais, temos 42,3% matrículas de discentes do sexo feminino e 42,2 % no âmbito do IFPB. Em oposição a este cenário, ao verificarmos os eixos tecnológicos de ambiente e saúde, desenvolvimento educacional e social, produção cultural e design, turismo, hospitalidade e lazer, percebemos uma alteração significativa. No âmbito dos Institutos Federais o percentual é 65,4% de mulheres e no IFPB, 56,1%. Desse

modo, o perfil de ingresso em determinados eixos tecnológicos corresponde à expectativa culturalmente posta sobre a adequação a um determinado gênero.

É possível concluir, a partir dos números apresentados, que a percepção culturalmente aceita de que determinadas profissões são destinadas aos homens e outras às mulheres tem influência no perfil de ingresso nos cursos técnicos. Resta, no entanto, analisar como se dá o processo de formação das discentes do sexo feminino, que desafiam esses conceitos e ingressam em cursos considerados como destinados aos homens.

Nesse sentido, muitos são os obstáculos a serem superados, uma vez que persistem situações de desigualdade fundamentadas no gênero, principalmente no que tange ao contexto do mundo do trabalho, mas que para além deste, manifesta-se na família e na escola, enquanto reflexo da construção social sexuada do papel da mulher na sociedade. A superação da ideia da existência de espaços e profissões fundamentalmente femininos ou masculinos representa um avanço na direção da promoção da igualdade de oportunidades. Para tanto, é preciso repensar o papel dos espaços educacionais enquanto terreno fértil para impulsionar os movimentos de resistência ao cenário de naturalização das desigualdades fundamentadas no gênero. Assim, a forma como a escola pensa e aborda tais questões pode contribuir, decisivamente, para o rompimento desse ciclo.

1.2 OBJETIVOS

A pesquisa tem como objeto de estudo a realidade das discentes matriculadas no curso técnico em mecânica subsequente ao ensino médio, IFPB, *Campus* João Pessoa. A escolha do referido curso se deu por ele ser ocupado majoritariamente por homens, despertando o interesse de entender como questões ligadas ao gênero interferem no cotidiano e na trajetória da formação profissional das discentes que ingressaram nesse contexto culturalmente associado à figura masculina. Estudos sobre o modo como se dá as relações de gênero no contexto de cursos de formação profissional, culturalmente associados ao perfil masculino, representam uma oportunidade de compreender melhor aspectos relevantes na trajetória da formação profissional das mulheres, bem como perceber de que modo questões relacionadas ao gênero estão presentes nas instituições de ensino.

1.2.1 Objetivo Geral

O presente estudo tem por objetivo geral de pesquisa investigar os sentidos e desafios da formação profissional feminina em cursos majoritariamente ocupados por homens, tendo como lócus de pesquisa o curso técnico em mecânica, subsequente ao ensino médio, do IFPB - Campus João Pessoa.

1.2.2 Objetivos Específicos

A concretização do objetivo geral perpassa pelo atendimento dos seguintes objetivos específicos:

1. Refletir sobre a participação feminina na educação profissional técnica de nível médio no IFPB;
2. Apreender as questões relacionadas ao gênero que interferem ou estão presentes na trajetória escolar das discentes;
3. Identificar nos relatos das entrevistadas as percepções quanto à consciência de gênero;
4. Perceber como a instituição de ensino pode contribuir para avanços no combate às desigualdades fundamentadas no gênero, através de práticas que possam ser adotadas nos espaços de formação profissional.
5. Desenvolver, a partir dos resultados do estudo, o produto educacional com objetivo de contribuir com a melhoria do quadro identificado.

1.3 APRESENTAÇÃO

O presente estudo está dividido em 7 (sete) capítulos: 1 – Introdução; 2 – Mulher, gênero e trabalho; 3 – Pensando o contexto educacional; 4 – Trajetória metodológica da pesquisa; 5 – Resultados e discussões; 6 – Produto educacional; e 7 – Considerações finais.

Os capítulos 2 e 3 trazem a fundamentação teórica da discussão. O capítulo 2, intitulado Mulher, gênero e trabalho, desdobra-se nos tópicos: 2.1 Discutindo gênero; 2.2 Construção do papel social da mulher; 2.3 Mulher e o mundo do trabalho. No referido capítulo, é apresentada a discussão teórica sobre gênero enquanto categoria utilizada para designar a organização social a partir das relações

entre os sexos (SCOTT, 1995); e o papel da mulher na sociedade a partir da compreensão de que este se revela como uma construção social. O capítulo 3, Pensando o contexto educacional, traz uma análise sobre o papel da educação a partir da concepção da formação humana e aspectos relativos ao contexto da educação profissional.

No capítulo 4, é apresentada a trajetória metodológica da pesquisa, que consiste na sua caracterização, apresentação dos instrumentos de coleta de dados, lócus e sujeitos da pesquisa, bem como a estratégia de análise de dados. O estudo efetiva-se a partir da aplicação de dois instrumentos de coleta de dados, sendo eles: o questionário e a entrevista. No primeiro momento tem-se a aplicação do questionário para diagnóstico prévio, os dados coletados foram tabulados e apresentados por meio de gráficos a partir do Google Forms; os resultados obtidos, por sua vez, auxiliaram na elaboração do roteiro para a entrevista. No que tange à entrevista, os dados foram trabalhados a partir da perspectiva da análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011).

O capítulo 5 compreende a apresentação dos dados coletados. Os resultados dos questionários, destinados à verificação da percepção dos discentes sobre a temática desigualdade de gênero, foram ilustrados por meio de representações gráficas. Em seguida, as entrevistas realizadas foram analisadas a partir da perspectiva de um olhar teórico-metodológico predominante na abordagem do construcionismo social, através do qual foi investigada a produção de sentidos enunciados pelas falas das discentes.

No capítulo 6, é realizada a apresentação do produto educacional enquanto resultado do estudo executado. O referido produto tem por objetivo contribuir para a melhoria do cenário evidenciado, através da reflexão e conscientização sobre a importância da abordagem da desigualdade de gênero no âmbito dos cursos de formação profissional.

Por fim, no capítulo 7, são pontadas as considerações finais às quais chegamos, através do decorrer do estudo.

2 MULHER, GÊNERO E TRABALHO

2.1 DISCUTINDO GÊNERO

Desde muito cedo, somos educados para nos reconhecermos enquanto meninos e meninas e, desse modo, treinados para satisfazer os papéis e comportamentos esperados enquanto homens e mulheres. Não são raras as vezes em que a naturalização das diferenças entre os sexos é utilizada para justificar desigualdades e preconceitos no contexto social.

Os estudos sobre gênero têm alimentado os debates acadêmicos na atualidade, especificamente pela inquietude que causa o reconhecimento da pluralidade de identidades para além do masculino e feminino. No entanto, no contexto desse trabalho, a categoria gênero é compreendida, conforme assevera Auad (2006, p. 137), como “conjunto de representações construído por cada sociedade, através de sua História, para atribuir significados, símbolos e diferenças para cada um dos sexos”.

Segundo Scott (1995, p. 72), foram grupos de feministas americanas que empregaram a expressão gênero “num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos”. A autora revela a complexidade de conceitos associados ao termo, que por muito tempo foi utilizado como sinônimo de mulher, feminino ou feminismo. Na perspectiva da autora, o gênero pode ser entendido enquanto categoria analítica para referir-se à construção do masculino e feminino, ressaltando o caráter cultural que, para além das questões meramente físicas ou biológicas, fundamenta as relações entre os sexos (SCOTT, 1995). Nesse contexto:

Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p. 75).

Dessa forma, o gênero representa uma possibilidade de compreensão das diferenças entre homens e mulheres, para além da questão de ordem meramente natural, possibilitando que outros aspectos sejam considerados na tentativa de melhor compreender como a desigualdade entre os sexos se constrói e perpetua no seio social. Do ponto de vista da História, o reconhecimento do gênero, enquanto categoria de análise, possibilitou uma nova percepção sobre o transcorrer dos acontecimentos históricos, a partir da inclusão da experiência feminina (SCOTT, 1995). Nesse aspecto, Scott (1995) destaca os estudos sobre gênero a partir de três abordagens teóricas preponderantes entre os grupos de pesquisadoras feministas: a corrente patriarcal, a marxista e psicanalítica. A partir da corrente teórica a que se filiam, as percepções sobre as origens da desigualdade de gênero, de maneira geral, são atribuídas, respectivamente, à necessidade de domínio e demonstração de poder do homem; às relações de ordem econômica e social; e à formação da identidade dos indivíduos. Há que se ressaltar que, para além das perspectivas divergentes adotadas, as correntes teóricas mencionadas têm pontos e interesses em comum, principalmente no que tange ao entendimento de que as desigualdades fundamentadas no gênero não são motivadas, exclusivamente, por fatores de ordem biológica, mas resultado das relações sociais, conforme aponta Louro (2003):

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico (LOURO, 2003, p. 21).

Conforme assevera Scott (1995), o gênero representa um campo de disputa teórica e política, ou seja, está para além das relações privadas e precisa ser compreendido dentro do sistema político, econômico e de poder no qual está inserido. Desse modo, o gênero representa uma categoria que media as diferenças biológicas e as relações historicamente construídas pelas relações sociais. Ainda segundo a autora, “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Assim, embora as diferenças relacionadas ao sexo, enquanto circunstâncias de ordem física e biológica, sejam geralmente utilizadas como fatores determinantes

para o estabelecimento de diferenciações entre homens e mulheres, estas, por si só, não são capazes de justificar eficazmente o estabelecimento de desigualdades de caráter social, já que tais circunstâncias apenas reforçam e justificam um contexto social e cultural já existentes. Desse modo, o gênero não nega a condição biológica, porém busca trazer, para o debate sobre desigualdade entre homens e mulheres, questões de ordem social, uma vez que é através destas que tais desigualdades se constroem e perpetuam.

2.2 CONSTRUÇÃO DO PAPEL SOCIAL DA MULHER

Conforme assevera Louro (1995), os papéis destinados aos homens e às mulheres são construções sociais fundamentadas no modo como a sociedade concebe esses sujeitos, utilizando-se de fatores físicos, mas que, para além destes, alia-se a fatores sociais, culturais, políticos, econômicos e de poder:

Uma compreensão mais ampla de gênero exige que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico (portanto não dado e acabado no momento do nascimento, mas sim construído através de práticas sociais masculinizantes e feminizantes, em consonância com as diversas concepções de cada sociedade); como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja, etc. são "generificadas", ou seja, expressam as relações sociais de gênero). Em todas essas afirmações está presente, sem dúvida, a ideia de formação, socialização ou educação dos sujeitos (LOURO, 1995, p. 103).

Dessa forma, as distorções evidenciadas entre homens e mulheres, mais especificamente no que concerne ao contexto da família, ao mercado de trabalho e à escola trazem à tona a importância de se pensar a construção do papel da mulher na sociedade, uma vez que este surge como uma espécie de elaboração cultural ao longo da história. A forma como a sociedade identifica e define o feminino resultou na naturalização de desigualdades fundamentadas no gênero e retroalimentadas por práticas e experiências vivenciadas e perpetuadas, conforme aduz Beauvoir (1967, p. 9):

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse

produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino.

É através desse dualismo que Beauvoir (1967) considera que se constrói a concepção do ser mulher, entendido, desse modo, como o não-homem, a versão contrária de todos os aspectos e atributos relacionados ao macho. Assim, embora o critério biológico seja determinado, não é este o fator que define essencialmente o ser mulher, que lhe impõe limitações ou proibições, tais circunstâncias são fruto de elaborações culturais. Desse modo, a construção do feminino envolve questões relacionadas à dominação, submissão e dependência.

Nesse sentido, é possível compreender a subordinação feminina construída e naturalizada na sociedade como uma relação de poder que se manifesta em diferentes esferas, como a família, a escola e o trabalho. Segundo Foucault (1999), o poder revela-se como uma relação complexa, que se mantém pela imposição de comportamentos padronizados, nem sempre mantida por meio da força física, mas pela normatização de verdades destinadas à sustentação de um determinado contexto. Desse modo, a padronização de determinados comportamentos produz a sua incorporação na sociedade, passando a ser assimilados e repetidos enquanto padrões sociais. Assim, ao estabelecer culturalmente aquilo que considera como intrínseco aos sujeitos homem e mulher, a sociedade passa a definir os papéis sociais de ambos, estabelecendo também uma relação de dependência e, de certa forma, uma hierarquia entre eles. Assim, consoante Foucault (1999):

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma 'apropriação', mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que se seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio. Temos, em suma, de admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é 'privilégio' adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados (FOUCAULT, 1999, p. 29).

Ainda na perspectiva foucaultiana, o poder opera por meio das relações e através de mecanismos sutis, entre eles a disciplina. Esta, por sua vez, possibilita a domesticação dos corpos sem uma necessária imposição pela força, mas pela

instigação e incitação de determinados comportamentos, tanto de forma institucional quanto extra-institucional, com o objetivo de produzir o indivíduo que atenda às expectativas traçadas pela sociedade.

Através do estabelecimento, naturalização e reforço dos papéis sociais de homens e mulheres, as relações de gênero são postas passando a moldar os sujeitos conforme aquilo que se entende enquanto comportamento tradicional. Desde cedo, já na infância, as diferenças entre meninos e meninas são colocadas de modo a evidenciar o que mais tarde se apresentará como uma espécie de futuro esperado, bonecas e panelinhas para meninas, como prenúncio da atribuição da maternidade e do cuidado com o lar; carrinhos, jogos e até armas para os meninos, como formas de estimular a ideia de comando, força e dominação masculina. Mediante os fatos, vale considerar que:

Culturalmente, os papéis sociais produzidos na sociedade revelam-se verdadeiras caricaturas, deturpando e discriminando as ações humanas, classificando-as e reduzindo-as a ações masculinas e ações femininas, desta forma empobrecendo-as e gerando preconceitos que impedem o crescimento das pessoas. Tais preconceitos resultam em restrição para os homens e mulheres desempenharem papéis mais igualitários e solidários (GUIMARÃES, 2008, p. 39).

Desse modo, o que se observa é a construção social daquilo que se espera do indivíduo, uma espécie de destino esperado, afastando, de certa forma, a possibilidade de escolha própria, sob pena de frustrar a expectativa social e arcar com o ônus de tal decisão. Sendo assim:

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem (SAFFIOTI, 1987, p. 08).

Para Albrecht (2011), a construção do papel social de homens e mulheres na sociedade acabou por destinar à figura feminina a esfera privada das relações sociais e ao masculino a esfera pública, essa espécie de organização social que tem como principal critério definidor os estereótipos culturalmente definidos como identificadores do gênero:

Ao longo da história humana, a vida social e cotidiana de homens e mulheres é construída com base nos papéis sociais que lhes foram destinados, os quais delimitaram seus espaços e suas atitudes. Essa delimitação atribuiu às mulheres, submissão e docilidade, e aos homens, força e virilidade; destinado às mulheres, o âmbito privado, a reprodução; e aos homens, a esfera pública, a produção (ALBRECHT, 2011, p. 2).

Assim, o processo de naturalização, ao longo da história, da concepção sociocultural do ser mulher na sociedade, suas atribuições, seu lugar social e suas capacidades resultou no estabelecimento e aceitação de tais conceitos. Cabe destacar que, enquanto construção social, temos que a sociedade é a principal definidora desse cenário, desse modo, em contextos sociais distintos as relações de gênero podem ser percebidas de formas distintas.

Saffioti (1987) utiliza o conceito de identidade social para referir-se ao modo como a sociedade compreende e constrói os papéis do homem e da mulher em seu seio, considera ainda que esta identidade é responsável pela expectativa em torno do cumprimento daquilo que se espera deles. Exatamente por se tratar de construções sociais, arraigadas culturalmente na sociedade, as relações de gênero, e principalmente as discriminações fundamentadas no gênero, são questões complexas e de difícil contestação. A dificuldade reside justamente no processo de naturalização dos comportamentos e práticas discriminatórias, que acabam por fortalecer padrões compreendidos como inerentes à natureza feminina ou masculina. Ainda segundo Saffioti (1987), embora com contornos distintos, discriminações relacionadas às mulheres podem ser percebidas mesmo quando analisadas sob a perspectiva racial ou de classes sociais distintas; ressalta, ainda, que para além dos contextos cultural, social e racial há que se falar sobre a legitimação da discriminação ou subordinação feminina também no contexto das grandes religiões. De modo geral, contudo:

(...) a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, estando também presente no campo da discriminação racial. Ainda que a supremacia dos ricos e brancos torne mais complexa a percepção da dominação das mulheres pelos homens, não se pode negar que a última colocada na "ordem das bicadas" é uma mulher. Na sociedade brasileira, esta última posição é ocupada por mulheres negras e pobres (SAFFIOTI, 1987, p. 16).

Desse modo, ainda conforme a autora, mesmo em cenários que envolvem grupos sociais distintos ou que apresentam conflitos próprios relacionados ao

contexto de discriminação, como é o caso de ricos e pobres ou brancos e negros, as desigualdades entre homens e mulheres permanecem presentes em cada um desses grupos, com aspectos peculiares a eles. Constata-se, então, a existência de um grupo que suporta uma carga de discriminação maior: a mulher, negra e pobre. Nesse sentido, as questões que implicam no contexto de desigualdade entre homens e mulheres não podem ser entendidas como consequência exclusiva do sistema patriarcal, uma vez que, em nossa sociedade, este sistema associa-se a outros fatores que influenciam, decisivamente, nesse cenário (SAFFIOTI, 1987).

Em suma, na sociedade atual, as desigualdades de gênero são evidenciadas pela não disponibilização de oportunidades iguais para homens e mulheres, esse contexto acaba por gerar resultados sociais distintos entre eles. É importante frisar, ainda, que esse quadro de desigualdade por vezes é mascarado pelos interesses e processos presentes no contexto social que envolvem os sujeitos, ao ponto de tornar tal quadro invisível. Para Paradis (2017), embora o Estado tenha se tornado muito mais sensível às demandas feministas, a divisão sexual do trabalho, a ideia de família tradicional, a liberdade sexual e a violência ainda são questões que se fazem presentes de forma marcante na trajetória feminina e que ainda precisam ser superadas. Corroborando tal ideia, Saffioti (1987) afirma que:

Pode-se, pois, detectar, ainda uma vez, o processo de naturalização de uma discriminação exclusivamente sociocultural. A compreensão deste processo poderá promover enormes avanços na caminhada da conscientização quer de mulheres, quer de homens, a fim de que se possa desmistificar pretensamente o caráter natural das discriminações praticadas contra os elementos femininos (SAFFIOTI, 1987, p. 15).

Desse modo, a crença no discurso que prega a existência de atributos específicos e naturalmente associados ao gênero, capazes de definir interesses, características, habilidades e escolhas desses indivíduos, ou ainda estabelecer uma hierarquia entre eles, reforça o cenário de práticas de discriminação. Uma vez compreendido que tais comportamentos são fruto de uma elaboração cultural, é possível caminhar na direção da superação e desconstrução de tais discursos.

2.3 MULHER E O MUNDO DO TRABALHO

Segundo Bittencourt (2015), as desigualdades entre homens e mulheres na esfera do trabalho têm sua raiz extremamente vinculada à questão reprodutora. Coube à mulher, ao longo da história, o papel preponderante de gerar e cuidar dos filhos, permanecendo, por muito tempo, restrita ao ambiente doméstico. A consequência imediata desse cenário é uma situação de dependência em relação ao homem. Durante muito tempo, coube à figura masculina o papel de provedor e guardião da família, sua imagem foi assim associada à força e proteção; por sua vez, o feminino foi caracterizado pelo cuidado e docilidade, atributos associados ao olhar materno. O transcorrer dos acontecimentos históricos, as transformações sociais e os movimentos de luta feminina vão aos poucos promovendo mudanças significativas nessas relações. A insatisfação com o quadro de submissão e dependência impulsionou os movimentos feministas na luta pela emancipação da mulher, por sua inclusão no mundo do trabalho e pela garantia de diversos direitos a estas negados. Bittencourt (2015) destaca, ainda, que no final do século XVIII a formação profissional, a educação formal, o trabalho remunerado, o voto e a representação política eram as principais reivindicações das organizações feministas.

Para Tadeu (2008), a ascensão do capitalismo e, por consequência, a expansão da necessidade de mão de obra, impulsionou a inclusão feminina no mercado de trabalho. O autor assevera que tal sistema acabou por apoiar-se na luta feminina, incorporando essas trabalhadoras na produção, não por reconhecimento da justa reivindicação, mas por entender que elas representavam uma possibilidade de manutenção da produção em ocasiões necessárias, além de representarem uma mão de obra mais barata. Desse modo, conforme assevera Teixeira (2017), o ingresso da mão de obra feminina no mundo do trabalho foi entendido enquanto momento circunstancial e passageiro, uma vez que a sociedade continuava a entender que suas principais ocupações continuavam a ser a reprodução e o cuidado com o lar.

Sendo assim, a mão de obra feminina passou a ser utilizada para atender às necessidades imediatas do mercado, como no caso do período entre guerras, em que o número de trabalhadores do sexo masculino sofria uma forte queda. Superada tal fase, com a volta dos homens aos postos de trabalho, as mulheres passam a

integrar o conjunto da chamada mão de obra reserva, o seu retorno ao mercado de trabalho é marcado pela ocupação de postos de trabalho em regime de tempo parcial, de menor qualificação, ou em atividades consideradas mais adequadas ao público feminino (TADEU, 2008).

O cenário mencionado influenciou decisivamente o modo como o trabalho feminino foi incorporado à sociedade, tendo como resultado o fenômeno da divisão sexual do trabalho. Tal fenômeno pode ser evidenciado pela destinação de atividades laborais, as quais tiveram como fator determinante o gênero que, conforme assevera Antunes (2009), manifesta-se fundamentalmente através da maior ocupação pelas mulheres em atividades com exigência de menor qualificação e de trabalho intensivo. Para o referido autor, o sistema passou a lucrar ao dispor de uma mão de obra mais barata que, em razão do processo de construção social do papel da mulher na família e na sociedade, estabelece diferenciações entre categorias de trabalhadores com base no seu sexo, passando a incorporar e reforçar essas desigualdades como forma de mantê-las. Já para Tadeu (2008),

(...) a evidência empírica reflete a existência de segregação ocupacional horizontal, ou seja, a desigual participação de homens e mulheres segundo o setor, o ramo de atividade, tipo de trabalho, além de uma segregação vertical, refletida na desigualdade de acesso às diferentes categorias profissionais, uma vez que as mulheres estão em escassos postos de hierarquia superior (TADEU, 2008, p. 142).

Para Segnini (1998) cuidar da família, da casa e dos filhos são atividades culturalmente entendidas pela sociedade como de responsabilidade feminina, sendo uma espécie de valor ou padrão a ser seguido. Tal conduta acaba por estabelecer desigualdades estruturais na relação entre homens e mulheres no contexto do mundo do trabalho. Assim, a concepção da esfera privada sobre a mulher, suas atribuições relacionadas ao lar, ao marido e aos filhos acabam por invadir a esfera pública, agindo como circunstâncias desencadeadoras para o estabelecimento de desigualdades incorporadas, de forma por vezes naturalizada, no ambiente laboral. Desse modo, as atividades relacionadas à criação dos filhos e ao cuidado com o lar, bem como o estereótipo de sensibilidade e fragilidade atribuído à figura da mulher são empregados como justificativa para quadros como a prevalência da ocupação pelas mulheres em regimes de trabalho parcial, a destinação das mulheres às

tarefas com menor potencial de capital intensivo, bem como a destinação de tarefas qualificadas especificamente como femininas. Logo,

[...] apesar da existência de legislação garantindo igualdade no tratamento para ambos os sexos, a segmentação dos postos de trabalho exprime desigualdades nas relações de gênero e constrói “guetos” femininos de trabalho. Estas práticas foram compreendidas como sendo tecidas no contexto social mais amplo e apreendidas pelas empresas no processo de organização do trabalho objetivando ora a minimização dos custos e ora a intensificação da produtividade (SEGNINI, 1998, p. 150).

De modo geral, a divisão sexual do trabalho evidencia a assimetria nas relações entre homens e mulheres, produzindo, inclusive, diferenciações entre os valores pagos pelo trabalho realizado por ambos. Conforme Hirata (2017), embora as mulheres apresentem escolarização superior à dos homens, em todos os níveis e em praticamente todos os países industrializados, elas formam um grupo minoritário na ocupação de cargos de maior responsabilidade e prestígio social, entretanto, são maioria quando se trata de postos de trabalho pouco valorizados socialmente e de baixa retribuição salarial. A autora aponta, ainda, que a remuneração inferior das mulheres é uma característica do mundo do trabalho constatada internacionalmente:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Como consequência do quadro exposto, surgem as diferenciações nos resultados econômicos, evidenciadas principalmente por dados que apontam o rendimento econômico das mulheres como inferior ao dos homens. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no 1º trimestre de 2019, realizada pelo IBGE, as mulheres recebem cerca de 21% a menos que os homens no Brasil e os valores pagos a elas por hora de trabalho são inferiores em relação aos seus pares do sexo masculino (IBGE, 2019).

Conforme Melo e Serrano (1997), não é possível compreender a condição feminina na sociedade em relação aos aspectos econômicos, sem considerar

aspectos relacionados aos padrões culturais, estratégias de discriminação, relação de poder e o papel das instituições. Para os referidos autores, somente a partir de tais pontos é que se torna possível desvendar o sentido do feminino em nossa sociedade. Ainda conforme Hirata (2017), a divisão sexual do trabalho só poderá ser menos desigual se as devidas transformações, em outros setores que contribuem decisivamente para a perpetuação dessa estrutura, forem realizadas, sendo elas: a divisão sexual do trabalho doméstico, do poder e do saber na sociedade.

Nesse sentido, é possível perceber que a figura feminina, em nossa sociedade, por vezes está inserida em um contexto de desigualdade, resultante da incorporação de uma visão cultural sobre seus atributos, competências e preferências, consideradas capazes de justificar o desequilíbrio nas relações familiar, social e laboral. Desse modo, compreender de que modo as desigualdades entre homens e mulheres se apresentam e sob quais aspectos se fundamentam representa um importante passo no processo de superação desse cenário.

3 PENSANDO O CONTEXTO EDUCACIONAL

É importante destacar o papel da família e da escola no contexto das relações de gênero, esses espaços evidenciam uma clara relação de poder que se estende para o ambiente de trabalho, mas que também é retroalimentada pelo sistema com o objetivo de reforçar tais práticas. Destaca-se, nesse contexto, o espaço escolar enquanto ambiente destinado à formação dos indivíduos, compreendido na perspectiva foucaultiana como local de efetivação da relação de poder, que se exerce através da disciplina ou do estabelecimento de comportamentos humanos homogêneos (FOUCAULT, 1999). Ao reproduzir e naturalizar, sem a devida reflexão, os padrões construídos a partir de uma concepção de que existem qualificações profissionais destinadas às mulheres, o ambiente escolar está contribuindo decisivamente para a perpetuação do modelo de divisão sexual do trabalho. Segundo Antunes (2009):

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (ANTUNES, 2009, p. 109)

A educação, para além de ser um direito público subjetivo que deve ser assegurado a todo cidadão brasileiro é, sem dúvida, instrumento de transformação de realidades sociais. Conforme assevera Gramsci (1975) *apud* Nosella e Azevedo (2012), educação e cultura são causa e efeito das transformações que se esperam na sociedade, exatamente por serem espaços destinados à formação, reflexão e construção de consensos. Sendo assim, acredita-se que a partir da educação as mudanças que esperamos na sociedade podem ser efetivamente concretizadas, para tanto, torna-se preciso repensar as práticas educacionais no sentido de fortalecer valores que assegurem a igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças. Nesse sentido,

[...] a liberdade não espera que se abra o canal ideal para alcançar o coração do homem. Como água para o mar, se infiltra, dribla os obstáculos, rompe até alguns diques e, salvo quando as barreiras

são insuperáveis (e são muitas), mesmo que escassa e tardiamente, chega ao coração do trabalhador. A metáfora sugere que também por meio de cursos profissionalizantes precoces ou noturnos, tardios e pobres, muitos trabalhadores se tornaram livres. Aos educadores, porém, compete abrir os canais educacionais mais adequados para que todos sejam cada vez mais livres. Creio ter sido essa a ideia que orientou Gramsci e seus colaboradores de Ordine Nuovo (ON, 1987: 622) quando, em 1920, criaram uma escola para os trabalhadores: 'Nossa ideia central era: como podemos nos tornar livres?' (NOSELLA, 2007, p. 151).

Segundo Freire (1980), a educação enquanto prática libertadora corresponde efetivamente à ideia de conscientização, ao ato de criar o conhecimento que se manifesta pela ação e pela reflexão, sendo este o caminho capaz de promover as transformações esperadas no seio social. Sendo assim, identificar a existência de problemáticas das mais variadas ordens que se manifestam na sociedade, bem como ser capaz de reconhecer a interferência delas na realidade que nos cerca, inclusive no ambiente escolar, representa um importante avanço rumo à superação de tais questões, a partir de uma ação educacional voltada para práxis.

Para Nosella (2007, p. 150), "compete, porém, aos educadores lutar para abrir caminhos (escolas) mais apropriados e eficientes, a fim de que todos alcancem a liberdade que o atual momento de evolução da história possibilita." Desta forma, embora a conjuntura atual evidencie um cenário pouco propício a avanços educacionais, é preciso reconhecer que a educação ainda é a mola propulsora das transformações necessárias à sociedade e que qualquer avanço direcionado a este fim, ainda que pouco expressivo, representa um passo importante rumo à concretização de direitos dos indivíduos. Desse modo, de acordo com Guimarães (2008):

(...) o cotidiano escolar carece de pactuar com as lutas pelo direito à cidadania plena, em que mulheres e homens, sem discriminação, atuem como sujeitos de suas próprias histórias e da história da humanidade (GUIMARÃES, 2008, p. 50)

Nesse sentido, conforme Freire (2002), faz-se necessário reconhecer o ser humano como sujeito histórico e social, moldado a partir de suas vivências e leitura de mundo, este não pode ser considerado um ser passivo, cabendo ao docente e à escola o reconhecimento de tal premissa. Assim, não há espaço para uma educação descomprometida com a transformação social ou conformista diante da realidade de

desigualdade. Do ponto de vista das desigualdades pautadas pelo gênero, segundo Alvarez (2007), o desafio da educação, pautado pela defesa da cidadania, reside na busca pelo equilíbrio das relações que permeiam as práticas de cidadania entre homens e mulheres, objetivando que ambos possam usufruir dos mesmos direitos para concretização de uma cidadania plena.

Assim, a educação pensada enquanto instrumento de liberdade representa uma resposta ao contexto de dualidade entre a educação voltada para as ciências e a educação destinada ao trabalho. Sua concretização se dá a partir da formação para o trabalho indissociada da formação para o saber, para a cidadania e para a ciência, propiciando aos indivíduos a capacidade tanto para produzir quanto para compreender e intervir em sua realidade.

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

A concepção de educação integral nos leva a refletir sobre a importância de pensar a educação profissional reflexiva, voltada para completude do indivíduo a partir da perspectiva humana, ou seja, indivíduos competentes para o desempenho de suas funções profissionais e, ao mesmo tempo, cientes de seu papel enquanto cidadãos, da sua capacidade transformadora e sensíveis às questões sociais e culturais ao seu redor. Para Ciavatta (2012), aqueles que defendem a ideia da formação humana integral buscam fazer dos processos educacionais meios pelos quais a preparação para o mundo do trabalho corresponda a uma formação ampliada, contemplando as condições de vida do trabalhador, aspectos políticos e culturais no processo de formação dos indivíduos.

Nesse contexto, é importante compreender a educação profissional enquanto política pública destinada a promover a efetivação de dois direitos fundamentais, consagrados pela Constituição Federal do Brasil: o direito à educação e o direito ao trabalho, uma vez que a educação, presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, visa à inserção do indivíduo no mundo do trabalho através da formação técnica. Tal modalidade de ensino, embora direcionada à preparação do discente para o exercício de uma profissão técnica, deve ser compreendida enquanto propiciadora da formação integral desses indivíduos.

Desse modo, ainda conforme Ciavatta (2008), o objetivo da educação profissional é justamente a formação integral, através da superação da dicotomia histórica entre pensar e executar. Nessa perspectiva, Saviani (2007) considera como indispensável, no processo de formação dos trabalhadores, a postura voltada para compreensão da indissociável relação existente entre o trabalho intelectual e o trabalho material, ou seja, da necessária preparação para o mundo do trabalho vinculada a uma sólida formação humana, cultural e intelectual, ou seja, a formação omnilateral.

Segundo Ramos (2009), a compreensão da indissociabilidade entre trabalho, ciência e cultura conduz ao entendimento do trabalho enquanto princípio educativo, o que significa entendê-lo enquanto parte do processo educativo, composto por outros fatores tão importantes e significativos para construção humana, afastando, assim, a concepção da educação direcionada à simples profissionalização com vistas ao atendimento das demandas do mundo do trabalho. Mas, neste contexto, Ramos (2009) confirma que:

Sob a perspectiva da integração entre trabalho, ciência e cultura, a profissionalização se opõe à simples a formação para o mercado de trabalho. Antes, ela incorpora valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos que caracterizam a práxis humana. Portanto, formar profissionalmente não é preparar exclusivamente para o exercício do trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas (RAMOS, 2009, p. 147)

Ainda nessa direção, Ciavatta (2008, p. 82) assevera que:

A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/1996, define que a educação profissional e tecnológica integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, abrangendo cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, de educação profissional técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. No que tange à educação profissional de nível médio, esta é desenvolvida nos estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional e ofertada de forma articulada com o ensino médio, através de cursos técnicos integrados ou concomitantes, ou de forma subsequente, para aqueles que já concluíram o ensino médio. (BRASIL, 1996).

Ao realizarmos um resgate histórico sobre a educação profissional e tecnológica no Brasil, temos o surgimento da Rede Federal de Ensino como um dos mais relevantes episódios da trajetória de tal modalidade educacional. A história da rede tem início em 1909, com a criação de Escolas de Aprendizes Artífices que, mais tarde, após uma série de transformações e incorporações institucionais, passou a configurar a atual Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, composta pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais), Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais (ETV), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e o Colégio Pedro II. Conforme a Lei nº 11.892, os Institutos Federais, foco deste trabalho, são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008).

Tendo em vista que a Rede Federal de Ensino compreende as instituições de maior relevância quando se trata da oferta de educação profissional no país, estando inserida no contexto social já mencionado, não está imune às práticas sociais adotadas pelo sistema. Assim, por ofertar cursos de formação profissional e tecnológica em áreas culturalmente associadas à presença masculina, é que se torna tão importante investigar como se dá a participação feminina nesse contexto, a partir das práticas e desafios a que estas mulheres estão sujeitas no cotidiano

escolar, principalmente nos espaços e áreas culturalmente associados à figura masculina.

3.1.1 Oferta de Cursos Técnicos Subsequentes

Os cursos técnicos subsequentes ao ensino médio são cursos de formação profissional destinados àqueles que já concluíram o ensino médio (BRASIL, 2004). Em que pese os conflitos e críticas a respeito da separação entre o ensino médio e a formação profissional, especialmente entre os autores que defendem o ensino médio integrado à formação profissional, por diversos fatores, como a alternativa mais adequada para educação brasileira, os cursos técnicos subsequentes fazem parte da oferta da educação profissional e, de acordo com dados da Plataforma Nilo Peçanha, representaram 37,45% das matrículas efetuadas na educação profissional, na rede federal de ensino, no ano de 2018 (BRASIL, 2019).

Desse modo, os cursos técnicos subsequentes destinam-se à preparação para o mundo do trabalho daqueles que, depois de concluído o ensino médio, buscam uma formação profissional que os qualifique e possibilite a inserção no contexto laboral em ocupações mais complexas, que não exigem o nível superior:

Compreende-se que a forma subsequente – cursos técnicos de nível médio destinados a quem já concluiu o EM – justifica-se pelo fato de que há muitos jovens e adultos que concluíram o EM propedêutico de baixa qualidade e que não vão para o ES, nem têm condições de inserção em atividades complexas, entre as ocupações de nível médio. Assim, em razão dessa distorção, que é fruto da incapacidade do Estado brasileiro de garantir educação básica com qualidade para todos, os cursos técnicos subsequentes podem contribuir para melhorar as condições de inserção social, política, cultural e econômica desses brasileiros (MOURA, 2010, p.882).

A política educacional dos anos de 1990, especificamente com a publicação do Decreto n. 2.208/1997, promoveu a separação definitiva entre o ensino médio e a formação profissional, quadro só revertido a partir dos anos 2000, com a publicação do Decreto 5.154/2004, que possibilitou a integração desses modelos através dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, que possibilitam aos egressos a formação profissional aliada à conclusão do ensino regular de nível médio. A retomada da oferta dos cursos técnicos integrados, através do Decreto 5.154/2004, não extinguiu a oferta de cursos técnicos nas formas subsequente e concomitante,

que continuam a ser ofertadas pelas instituições destinadas à formação profissional (MOURA, 2010).

3.1.2 Apontamentos sobre a Formação Técnica em Mecânica

Conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT (BRASIL, 2016), o curso técnico em mecânica integra o eixo tecnológico de controle e processos industriais; os cursos de tal eixo estão relacionados às tecnologias de infraestrutura e processos mecânicos, elétricos e eletroeletrônicos empregados na atividade produtiva. O perfil dos habilitados no referido curso técnico corresponde ao profissional que:

Elabora projetos de produtos, ferramentas, controle de qualidade, controle de processos e manutenção relacionados à máquinas e equipamentos mecânicos. Planeja, aplica e controla procedimentos de instalação, de manutenção e inspeção mecânica de máquinas e equipamentos. Opera equipamentos de usinagem. Aplica procedimentos de soldagem. Realiza interpretação de desenho técnico. Controla processos de fabricação. Aplica técnicas de medição e ensaios. Especifica materiais para construção mecânica (BRASIL, 2016, p. 57).

Ainda conforme o CNCT (2016), a formação técnica em mecânica possibilita a atuação do referido profissional na fabricação de máquinas, equipamentos e componentes mecânicos, atividades de manutenção de qualquer indústria, atuação na indústria aeroespacial, automobilística, metalmecânica em geral, indústrias de alimentos e bebidas, termoelétricas e siderúrgicas, devendo apresentar a carga horária mínima de 1.200 horas.

No *campus* João Pessoa, o curso técnico em mecânica, subsequente ao ensino médio, é ofertado no turno noturno com duração de 4 (quatro) semestres – atualmente são disponibilizadas 40 (quarenta) vagas semestrais. Para ingresso de discentes, são exigidas apenas a conclusão do ensino médio e a aprovação em processo de seleção pública, que atualmente se dá por meio de análise do histórico escolar. Conforme o plano pedagógico do curso (2010), seu objetivo principal é:

Formar profissionais para atuarem na indústria e na prestação de serviços em atividades relacionadas à operação e manutenção de máquinas, equipamentos e instalações industriais, na fabricação de

componentes mecânicos e no gerenciamento de atividades relacionadas (IFPB, 2010, p.2).

É importante destacar que, para além do perfil determinado pelo CNCT, ainda de acordo com plano pedagógico do curso, espera-se do profissional egresso do curso técnico em mecânica um conjunto de competências e habilidades que possibilitarão que sua atuação no mercado de trabalho seja marcada pela presença de iniciativa e responsabilidade; trabalho em equipe e liderança; criatividade; ética; compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos; relação entre teoria e prática; aplicação de normas técnicas de saúde e segurança do trabalho e meio ambiente (IFPB, 2010). Com base na análise do disposto no CNCT, bem como no plano pedagógico do curso, pode-se afirmar que não há requisitos de acesso ou atribuições relacionadas ao perfil do profissional egresso que determinem a adequação do curso em questão a um gênero específico, ou inviabilize a prática profissional de egressos a partir de fatores relacionados ao seu sexo.

3.2 EVASÃO ESCOLAR

Entre os desafios presentes no ambiente escolar, a evasão apresenta-se como uma das principais preocupações entre aqueles que vivenciam o dia a dia do contexto educacional. Para entender o processo de evasão escolar, é preciso compreender a complexidade que envolve tal problema, uma vez que inúmeras questões das mais variadas ordens, como ausência de políticas públicas, questões familiares, dificuldades de aprendizagem, estrutura escolar, jornada de trabalho, dentre outros, podem levar ao abandono do ambiente escolar por parte dos discentes. Assim, as circunstâncias resultantes no processo de evasão podem estar relacionadas a fatores nem sempre internos ao ambiente escolar.

Além da pluralidade de circunstâncias que podem resultar na evasão escolar, também são diversas as formas de definir esse fenômeno, inclusive no que concerne à distinção entre evasão escolar, entendida para fins desse trabalho enquanto afastamento definitivo do ambiente escolar; e abandono escolar, entendido enquanto espécie de afastamento temporário do discente, ou seja, nas situações de abandono escolar em que se constata o retorno posterior do discente.

Segundo Silva Filho e Araújo (2017, p. 37), “a evasão e o abandono representam um processo muito complexo, dinâmico e cumulativo de saída do estudante do espaço da vida escolar”. Desse modo, para os autores, não há como entender a problemática da evasão considerando apenas fatores isolados, esse processo traz consigo a soma de diversas questões que, por fim, resultam nesse cenário. Ao pensar uma proposta voltada para o entendimento do termo evasão, Machado (2009, p. 36) assevera:

Partindo da compreensão da palavra, pode-se afirmar que o fenômeno da evasão escolar é percebido à medida que o aluno abandona a escola, desistindo de prosseguir com seus estudos. Essa ação causa nos demais atores envolvidos nesse processo a impressão que o aluno está fugindo da escola por não desejá-la mais ou por rejeitá-la, como se ela lhe oferecesse algo do qual ele prefere evitar.

No que tange à evasão escolar no contexto da educação profissional, somadas às questões que, de maneira geral, são identificadas no ensino médio regular, algumas situações específicas são apontadas como circunstâncias motivadoras para esse cenário, tais como a preferência pelo ensino médio regular, a falta de identificação com o curso, a dificuldade em relação às disciplinas, a baixa qualidade do ensino fundamental e a inadequação dos programas de estágio. Todas essas circunstâncias apontadas são os motivos mais recorrentes apresentados como justificativa para o abandono escolar nos cursos de educação profissional (DORE; CASTRO E SALES, 2013).

Ainda é importante destacar que, para além das questões apresentadas pelas mencionadas autoras como motivadoras da decisão de abandono nos cursos de educação profissional, pode-se considerar que, especificamente com relação às mulheres, fatores relacionados à condição feminina e à construção social do papel destas, dentro da sociedade, somam-se a tais circunstâncias podendo contribuir decisivamente para a evasão escolar dessas discentes.

4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este capítulo pretende apresentar a trajetória metodológica percorrida para execução do trabalho de pesquisa. Do ponto de vista da abordagem do problema, o presente estudo classifica-se como quanti-qualitativo.

As pesquisas de caráter quantitativo apresentam como principal característica a quantificação das informações e resultados do estudo realizado, o que Silveira e Córdova (2009, p. 33) consideram como resultado de “suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana”. Desse modo, esse tipo de abordagem apresenta como característica o caráter muito mais objetivo, através da utilização de instrumentos formais e estruturados para a coleta de dados, bem como da análise matemática através da estatística.

Em estudos de natureza qualitativa, diferentemente do que ocorre em pesquisas de caráter exclusivamente quantitativo, não há um foco na quantificação de resultados, mas sim na análise dos fenômenos a partir da interpretação de seus significados. Para Rodrigues (2007, p. 39), “qualitativa é denominação dada à pesquisa que se vale da razão discursiva”. No que tange à análise de fenômenos sociais, a pesquisa qualitativa apresenta-se como uma importante ferramenta para análise das relações oriundas desse cenário. O foco da pesquisa qualitativa está na compreensão e aprofundamento a respeito do objeto que se pretende investigar, dispensando a preocupação com resultados numéricos (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

Na abordagem qualitativa, o ambiente configura-se como a fonte dos dados da pesquisa; através do contato direto com a fonte, o pesquisador aproxima-se do objeto de estudo (PRODANOV; FREITAS, 2013). Desta forma, os fatos e fenômenos estudados são observados, a partir do contato com os sujeitos envolvidos neles e, dessa forma, analisados e descritos a partir do olhar do pesquisador, com base em fundamentos teóricos norteadores. Ao debruçar-se sobre o ambiente onde se concretizam os fenômenos estudados, estabelecendo uma aproximação com os sujeitos envolvidos, a pesquisa qualitativa possibilita a compreensão da estrutura na qual tais indivíduos estão inseridos, propiciando o entendimento sobre o modo como

são construídos e interpretados seus comportamentos, sentimentos e ações. Desse modo, o fenômeno estudado é interpretado a partir da concepção dos sujeitos da pesquisa (GODOY, 1995).

Conforme afirmam Souza e Kerbauy (2017), a abordagem quanti-qualitativa possibilita uma melhor compreensão das diversas faces do mesmo fenômeno, a partir da perspectiva de que a abordagem segmentada pode, por vezes, ser insuficiente para compreensão total do processo investigado. Desse modo, ainda conforme as referidas autoras, a abordagem quanti-qualitativa possibilita convergência das abordagens quantitativa e qualitativa para trazer resposta às questões que se apresentam de forma multifacetada (SOUZA E KERBAUY, 2017). Cabe destacar que o ambiente escolar, lócus desse estudo, caracteriza-se como território propício à condução de estudos de caráter quanti-qualitativo, tendo em vista o amplo leque de possibilidades de investigações e abordagens.

No que tange ao aspecto teórico-metodológico, especificamente em relação à análise dos dados coletados, a pesquisa tem por base a perspectiva do construcionismo social, por meio da qual será investigada a compreensão das entrevistadas sobre a realidade em que estão inseridas, enunciada por práticas discursivas. Segundo Gergen (2009, p. 301), o construcionismo social pretende:

explicar os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam, ou, de alguma forma, dão conta do mundo em que vivem (incluindo-se a si mesmas). Busca articular formas compartilhadas de entendimento tal como existem atualmente, como existiram em períodos históricos anteriores, e como poderão vir a existir se a atenção criativa se dirigir neste sentido.

A partir dos discursos proferidos, buscou-se analisar como as discentes do sexo feminino compreendem os sentidos e desafios da sua participação no cotidiano da formação profissional, refletindo, a partir das discussões teóricas, sobre aspectos relacionados à desigualdade de gênero em um ambiente marcado pela predominância da presença masculina.

Uma vez classificada enquanto pesquisa quanti-qualitativa, destacamos a natureza descritiva do presente estudo, tendo em vista que este será desenvolvido a partir da observação, análise e interpretação dos dados a respeito do fenômeno considerado. Nesse contexto, o pesquisador apresenta-se como instrumento principal da pesquisa, através dele o estudo retrata a percepção dos sujeitos

envolvidos em relação ao objeto de análise. Sendo assim, os dados obtidos a partir das falas das discentes são apontados através do registro descritivo de tal obtenção. Desse modo, na presente pesquisa, a descrição representa um processo demasiadamente importante, tanto para obtenção dos dados quanto para a divulgação dos resultados (GODOY, 1995). Para Gil (2002):

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. (GIL, 2002, p. 42)

A partir da coleta, registro e análise dos dados, como resultado final do trabalho realizado, tem-se a entrega do produto educacional, aplicado no âmbito da educação profissional, especificamente no que tange ao contexto do fenômeno estudado. O objetivo é contribuir para o melhoramento da realidade evidenciada através de uma proposta de ação, pensada enquanto possível estratégia a ser adotada para melhoramento do quadro constatado pelo estudo.

4.2 SUJEITOS DA PESQUISA

O universo da presente pesquisa tem como referência, no primeiro momento, o número de discentes matriculados no curso técnico em mecânica subsequente ao ensino médio, do Instituto Federal da Paraíba, *Campus* João Pessoa, entre os semestres letivos de 2018.1 e 2019.2, correspondendo ao número total de 120 (cento e vinte) discentes, abrangendo ambos os sexos. Para o segundo momento do estudo, relativo à entrevista, o universo da pesquisa corresponde ao número de mulheres matriculadas no referido curso e períodos, cujo total é de 08 (oito) discentes.

A escolha do referido curso não se deu de forma aleatória, tendo sido resultado de um levantamento realizado a respeito do número de discentes do sexo feminino matriculado nos cursos técnicos subsequentes ao ensino médio, turno noturno, *Campus* João Pessoa. O objetivo do trabalho realizado foi averiguar qual, entre os cursos ofertados pelo referido *campus*, tem a menor representação

feminina, cenário que evidenciaria maiores desafios entre aquelas que ingressam em tal curso. O levantamento foi realizado a partir da análise de dados do Sistema Unificado de Administração Pública - SuapEdu. Como resultado da análise dos dados, chegou-se à constatação de que o curso técnico em mecânica apresenta o menor percentual de matrículas de discentes do sexo feminino, cerca de 6,7 %, contra 93,3% de discentes do sexo masculino, confirmando aquilo que a experiência empírica já anunciava, por tratar-se de uma área culturalmente associada à figura masculina.

No que tange à amostra, em nosso estudo optamos por aplicar a amostragem por acessibilidade ou conveniência a qual, conforme Gil (2008), consiste na seleção dos elementos a que se tem acesso e que possam ser considerados representativos de todo o universo. Desse modo, no primeiro momento do estudo foram aplicados 56 (cinquenta e seis) questionários, que correspondem ao total de discentes presentes nas turmas 2018.1 a 2019.2, do curso técnico em mecânica, no momento da aplicação. No que tange ao segundo momento do estudo, foram entrevistadas 05 (cinco) discentes do sexo feminino, matriculadas nas referidas turmas, a que tivemos acesso.

4.3 ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS DE COLETA

4.3.1 Instrumentos de coleta

Os instrumentos de coleta, utilizados na elaboração da pesquisa, conduzem o pesquisador à efetivação dos objetivos de seu trabalho e representam o meio pelo qual se tem acesso aos sujeitos da pesquisa. Entre os principais instrumentos de coleta disponíveis para condução de pesquisas quanti-qualitativas, destacam-se o questionário e a entrevista, sendo estes os meios utilizados para elaboração do presente estudo.

4.3.2 Questionário

O questionário apresenta-se como uma série de indagações a serem respondidas pelo pesquisado. De acordo Fonseca (2012, p. 38), “a finalidade do questionário é obter, de maneira sistemática e ordenada, informações sobre as

variáveis que intervêm em uma investigação, em relação a uma população ou amostra determinada”.

Nesse estudo, o questionário aplicado apresenta 27 (vinte e sete) afirmações, elaboradas pela pesquisadora com base na revisão da literatura, bem como em diálogos com o orientador, a partir da análise de outros instrumentos utilizados em trabalhos sobre a mesma temática. O referido instrumento foi estruturado a partir da escala de *Likert* para medir o nível de concordância ou não concordância com a afirmação, com cinco níveis de respostas. No que tange à aplicação, o mencionado questionário foi aplicado preliminarmente com um grupo de 10 participantes, escolhidos aleatoriamente entre discentes de cursos técnicos subsequentes, do *Campus* João Pessoa, como estratégia de verificação da sua adequação, bem como do nível de compreensão das questões elaboradas.

Cumprida a etapa de pré-análise do instrumento, o questionário foi aplicado aos discentes do curso técnico em mecânica, incluindo discentes do sexo masculino e feminino, das 04 (quatro) turmas que compreendem os períodos de 2018.1 a 2019.2. Previamente foi estabelecido contato com a coordenação do curso para agendamento das visitas às salas. As referidas visitas ocorreram no dia 26 de setembro de 2019, no turno noturno. No total, esta etapa do estudo compreendeu o número de 56 (cinquenta e seis) participantes, tendo como objetivo verificar o grau de percepção sobre as questões de gênero no ambiente escolar. As 26 (vinte e seis) afirmações permitiram verificar a percepção dos discentes a respeito do tema desigualdade de gênero no âmbito da educação profissional; tais questões versaram sobre situações de desigualdade fundamentadas no gênero e de discriminação no contexto escolar e no mundo do trabalho.

Foram aplicados 56 (cinquenta e seis) questionários, dos quais 55 (cinquenta e cinco) foram respondidos por discentes do sexo masculino e apenas 01 (um) questionário respondido pela única discente do sexo feminino, que ainda frequenta as aulas, entre as quatro turmas do curso técnico em mecânica subsequente *Campus* João Pessoa. O referido questionário encontra-se no apêndice “B” deste trabalho.

A aplicação do mencionado instrumento subsidiou, a partir das informações e impressões explicitadas, um maior aprofundamento para elaboração das questões trabalhadas na segunda etapa da pesquisa, a entrevista semiestruturada. Desse

modo, a referida etapa de coleta de dados representou uma aproximação inicial com os sujeitos da pesquisa e do objeto de estudo.

4.3.3 Entrevista Semiestruturada

Considerada como um dos instrumentos para coleta de dados mais utilizados, no âmbito das ciências sociais (GIL, 2008), a entrevista permite a coleta de informações relativas à vivência e ao cotidiano dos sujeitos no contexto em análise. Fonseca (2012, p. 36) considera a entrevista “uma comunicação verbal entre duas ou mais pessoas, com um grau de instrução previamente definido, cuja finalidade é a obtenção de informações de pesquisa”. Desta forma, utiliza-se do registro oral para coleta de dados, podendo apresentar-se enquanto entrevista estruturada, aquela que utiliza roteiro e perguntas definidas, ou não estruturada, quando há maior liberdade para o entrevistado, pois se aproxima de uma conversa informal. Para realização deste estudo, utilizou-se o modelo de entrevista semiestruturada.

O roteiro semiestruturado para entrevista foi elaborado a partir das impressões captadas através do questionário aplicado. Desse modo, buscou-se, através do mencionado instrumento, melhor compreender a percepção feminina sobre as situações apontadas pelos resultados obtidos na primeira etapa da pesquisa, bem como captar o olhar da mulher sobre questões relativas ao seu cotidiano na trajetória da formação profissional. O mencionado roteiro encontra-se no apêndice “C” deste estudo.

Participaram dessa etapa da pesquisa 05 (cinco) discentes. As discentes entrevistadas foram convidadas a participar do estudo por meio de convite formal. As participantes foram esclarecidas sobre o teor do estudo, bem como a sua finalidade e o seu caráter sigiloso, bem como sobre a possibilidade de interrupção de sua participação sem qualquer tipo de prejuízo. As entrevistas foram audiogravadas e realizadas individualmente no período de 27 de setembro de 2019 a 24 de dezembro de 2019, tendo uma duração média de 20 minutos. Para garantia do anonimato, os nomes das entrevistadas foram substituídos pela letra “E”, seguida do sequencial numérico para cada participante, bem como não serão apresentadas as entrevistas na íntegra, de modo que serão apontados apenas fragmentos destas, extraídos a partir do procedimento de análise categorial temática.

4.3.4 Da Análise dos Dados

A tabulação dos dados oriundos da aplicação dos questionários foi realizada a partir do Google Forms, uma das ferramentas do aplicativo Google Docs. Por meio da referida ferramenta foram gerados gráficos dos resultados, apresentados no capítulo 5. No que tange aos dados relativos ao número de discentes matriculados entre os anos de 2018 e 2019, no eixo tecnológico de controle e processos industriais, bem como especificamente com relação ao curso técnico em mecânica, *Campus* João Pessoa, os dados foram lançados em planilhas do Excel e, em seguida, gerados gráficos dos resultados.

Quanto à análise dos dados oriundos das entrevistas, esta foi pautada pela técnica da análise de conteúdo que, conforme assevera Bardin (2011, p 47), corresponde a:

(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Os dados oriundos das entrevistas foram analisados a partir da sua transcrição integral e da identificação de categorias temáticas emergidas a partir destes. Para organização dos dados e sua categorização, foi utilizada a ferramenta comentário do menu referência do editor de textos Microsoft Word.

No processo de análise dos dados mencionados, se fez necessária uma sequência de passos, como forma de organizar os resultados encontrados. Com o intuito de melhor estruturar as falas das participantes, foram adotados os seguintes procedimentos:

- Transcrição das entrevistas;
- Leitura para a verificação dos temas que emergiram nos diálogos, sendo tais temas organizados em forma de classes temáticas diretamente relacionadas aos objetivos da pesquisa;
- Seleção dos trechos com conteúdos relacionados às classes temáticas emergentes;
- Agrupamento e classificação de trechos selecionados em função de conteúdos de um eixo temático específico;

- Identificação das categorias que permitiram observar de forma direta os sentidos presentes nas narrativas e nos diálogos ocorridos no decorrer das entrevistas.

Por fim, foi realizada a análise dos sentidos que emergiram ao longo das etapas aqui apresentadas, por meio da análise categorial temática, e elaborada a redação final.

4.4 ASPECTOS ÉTICOS

O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, sob o número de parecer: 3.342.978, em que foi obtido o número de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 12323619.4.0000.5185. Todos os participantes foram esclarecidos acerca dos objetivos da pesquisa e de que a participação era voluntária e, portanto, não eram, de forma alguma, obrigados a fornecer quaisquer informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Estes também foram esclarecidos sobre a possibilidade de desistência de participação a qualquer momento, sem nenhum prejuízo, ou modificação na forma de tratamento pela pesquisadora. Assim, para cada um dos participantes que aceitou participar do estudo, foi entregue o termo de Consentimento Livre e Esclarecido, contendo a descrição do estudo, seus objetivos, possíveis riscos e contribuições e foi solicitada a assinatura individual de cada um deles no referido documento.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

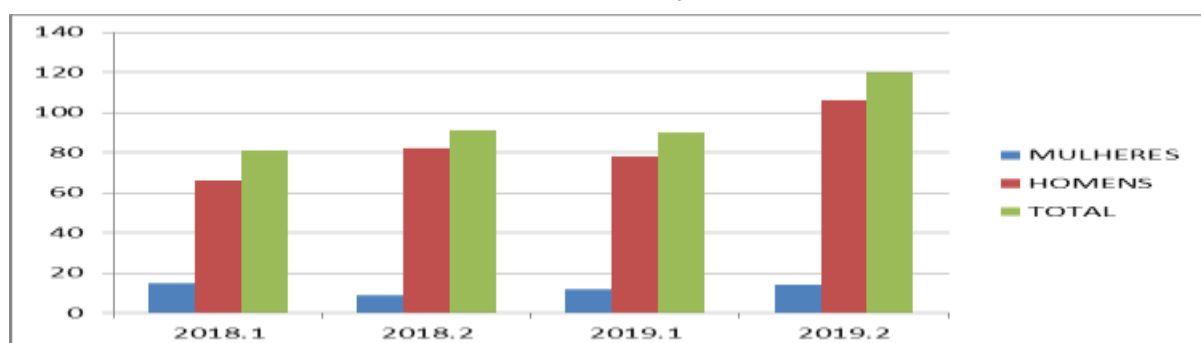
5.1 ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS

No processo de investigação, que busca identificar os aspectos relacionados à participação feminina na educação profissional, consideramos relevante destacar os dados que caracterizam a amostra trabalhada. Nesse sentido, no que se refere ao quesito idade, entre os 56 (cinquenta e seis) participantes que responderam ao questionário, a idade variou de 18 a 48 anos; quanto ao sexo dos respondentes, 55 (cinquenta e cinco) pertencem ao sexo masculino e 01 (uma) participante ao sexo feminino. Já no que se refere à etapa de entrevistas, o estudo envolveu a participação de 05 (cinco) discentes do sexo feminino, matriculadas no período já mencionado, das quais 04 (quatro) são discentes evadidas. A idade de tais discentes variou de 23 a 35 anos. Destacamos que todas as participantes possuem formação de nível superior, das quais 03 (três) são discentes de cursos *stricto sensu*.

5.2 PARTICIPAÇÃO FEMININA EM NÚMEROS

Ao lançarmos o olhar sobre a realidade específica dos cursos técnicos subsequentes do *campus* João Pessoa - IFPB, a partir de dados disponíveis no SuapEdu (com o recorte dos discentes matriculados entre os anos de 2018 e 2019, no eixo tecnológico de controle e processos industriais), constata-se que do total geral de matrículas efetuadas nos cursos técnicos da referida área – que equivale ao total de 382 (trezentos e oitenta e dois) discentes –, apenas 50 (cinquenta) são discentes do sexo feminino, o que equivale a 13,08% desse número.

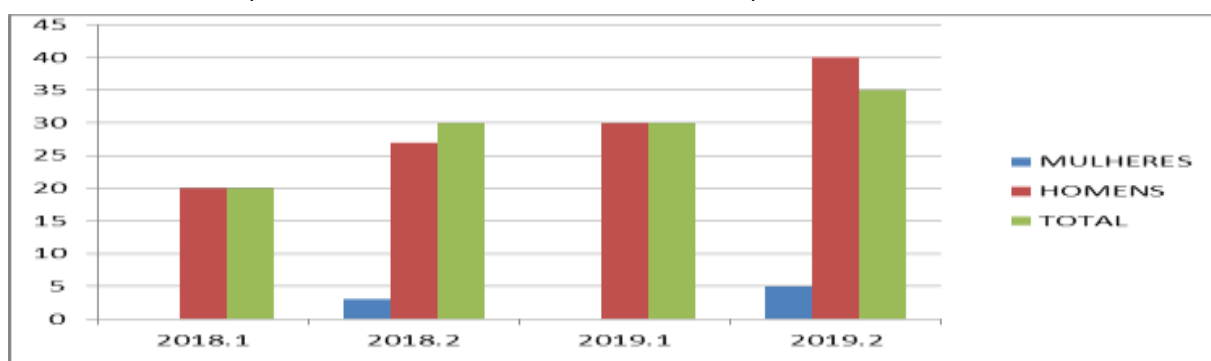
Gráfico 1- Matrículas por sexo no eixo tecnológico de controle e processos industriais



Fonte: Autor (2020).

Entre os cursos do referido eixo tecnológico, o curso técnico em mecânica é o que apresenta o menor número de mulheres matriculadas, no período mencionado, apenas 08 (oito), das 120 (cento e vinte) vagas ocupadas no mencionado curso, foram preenchidas por discentes do sexo feminino. Cabe ressaltar que nos semestres 2018.1 e 2019.1, ainda no que se refere ao curso técnico em mecânica, não foi registrada nenhuma matrícula de discente do sexo feminino. Desta forma, as turmas que ingressaram nos períodos mencionados são compostas exclusivamente por discentes do sexo masculino.

Gráfico 2 – Matrículas por sexo no curso técnico em mecânica subsequente ao ensino médio.



Fonte: Autor (2020).

Os dados revelam a discrepância entre o número de discentes do sexo feminino e masculino matriculados nos cursos técnicos subsequentes ao ensino médio, do eixo tecnológico controle e processos industriais, evidenciando a interferência do contexto cultural na escolha por cursos da referida área. Especificamente com relação ao curso técnico em mecânica, este cenário é ainda mais acentuado, a crença de que existem determinadas áreas e profissões mais ou menos adequadas para as mulheres parece interferir diretamente na procura pelo referido curso.

Nesse sentido, é importante compreender a educação profissional enquanto modalidade de ensino que visa à inserção do indivíduo no mundo do trabalho através da formação técnica, bem como que os cursos apresentados preparam os discentes para o ingresso em áreas de atuação profissional, culturalmente associadas ao perfil masculino, de modo que se faz importante debater com os futuros profissionais da referida área sobre questões que estarão certamente presentes no seu contexto laboral.

5.3 QUESTIONÁRIOS

O questionário aplicado com os discentes do curso técnico em mecânica subsequente ao ensino médio permitiu verificar a percepção deles a respeito de questões relacionadas às situações de desigualdade de gênero em diferentes âmbitos, tais como a sociedade, o mundo do trabalho e, principalmente, o período durante a trajetória escolar, especificamente relacionado à formação profissional. Cabe destacar que, embora o levantamento realizado, através do sistema SuapEdu (Sistema Unificado de Administração Pública - módulo ensino), tenha apontado o número de 08 (oito) discentes do sexo feminino matriculadas no curso técnico em mecânica subsequente ao ensino médio, no período compreendido entre os semestres letivos 2018.1 e 2019.2, constatou-se a presença de apenas 01 (uma) discente do sexo feminino frequentando as aulas do referido curso, as demais enquadram-se como evadidas.

A partir da análise e comparação do quantitativo de discentes matriculadas e o número de discentes do sexo feminino que ainda frequenta as aulas do referido curso, é possível constatar que para além da baixa procura pelo curso por parte das mulheres, a maior parte das poucas discentes do sexo feminino que ingressam no referido curso acabam desistindo antes de concluir a formação de nível técnico. Em termos percentuais, a evasão feminina no curso técnico subsequente em mecânica, no período mencionado, foi de 87,5%.

A tabela a seguir apresenta as respostas dos discentes às afirmações constantes no questionário aplicado como primeira etapa da pesquisa, constituindo-se como instrumento de fundamental importância para condução do segundo momento do estudo, relativo ao contexto das entrevistas com as discentes que frequentaram ou ainda frequentam o curso no período informado. Desse modo, os dados colhidos a partir da aplicação dos questionários representaram o momento inicial de aproximação em relação aos sujeitos e o objeto de estudo, constituindo-se como parte inicial da pesquisa, que teve como etapa conclusiva a análise das entrevistas realizadas com as discentes do sexo feminino. As respostas são apresentadas a partir do número de discentes que assinalaram a alternativa que melhor representa suas opiniões.

TABELA 1 – PERCEPÇÃO SOBRE A DESIGUALDADE DE GÊNERO

AFIRMAÇÃO	NÍVEL DE CONCORDÂNCIA				
	Discordo totalmente	Discordo um pouco	Não sei	Concordo um pouco	Concordo totalmente
1. Acredito que existem profissões mais adequadas para homens, outras para as mulheres.	25	16	1	7	7
2. Penso que atividades domésticas e de cuidados com os filhos são atribuições naturalmente femininas.	33	15	0	6	2
3. Acho que quando os filhos adoecem é preferível que a mãe se afaste do trabalho para prestar os devidos cuidados.	15	14	5	14	8
4. Atividades domésticas devem ser compartilhadas igualmente entre homens e mulheres.	44	8	0	2	2
5. O mercado de trabalho trata as mulheres de forma distinta em relação aos homens.	27	14	10	3	2
6. Acredito que o curso técnico em mecânica tem um perfil mais adequado para os homens.	18	15	3	15	5
7. No curso técnico em mecânica é comum ouvir comentários ou brincadeiras relacionadas à aptidão feminina para o curso.	15	9	15	11	6
8. Acredito que a disponibilidade de estágios e oportunidades de emprego na área de mecânica é maior para os homens.	7	5	8	18	18
9. Considero importante discutir desigualdade entre homens e mulheres no contexto dos cursos técnicos.	6	0	12	8	30
10. Já sofri ou presenciei discriminação contra mulheres no ambiente escolar do IFPB.	33	3	13	3	4
11. Considero que existe diferenciação no tratamento dispensado pelos professores com relação aos discentes do sexo masculino e feminino no curso de mecânica.	33	3	14	4	2
12. Acho que as mulheres enfrentam mais dificuldades que os homens na trajetória de formação profissional.	17	6	7	11	15
13. Penso que o curso técnico em mecânica tem mais alunos do sexo masculino por ser uma profissão que não combina com o perfil feminino.	20	13	1	15	7
14. Acredito que, uma vez concluído o curso técnico em mecânica, mulheres e homens terão as mesmas oportunidades de empregabilidade.	12	18	8	10	8

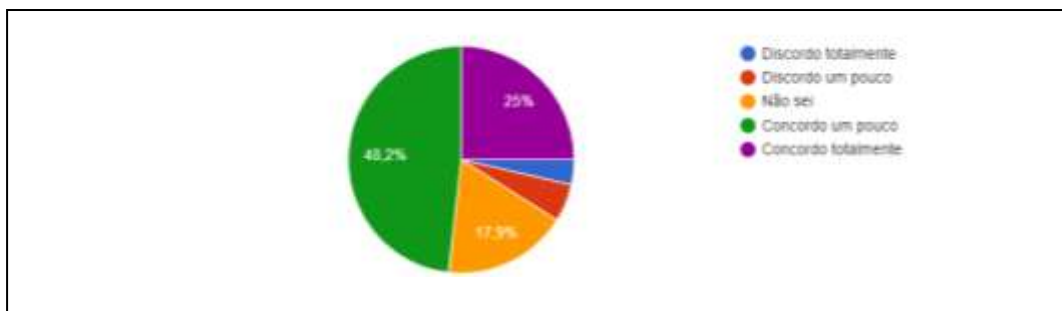
Continua

AFIRMAÇÃO	NÍVEL DE CONCORDÂNCIA				
	Discordo totalmente	Discordo um pouco	Não sei	Concordo um pouco	Concordo totalmente
15. Acredito que, uma vez concluído o curso técnico em mecânica, mulheres e homens terão as mesmas oportunidades de empregabilidade.	12	18	8	10	8
16. Na sociedade atual ainda persistem situações de desigualdade entre homens e mulheres.	34	17	2	0	3
17. Acredito que a educação é capaz de proporcionar mudanças no modo como a sociedade define o papel da mulher	46	0	4	1	1
18. O que justifica as desigualdades entre homens e mulheres são questões físicas e biológicas.	8	16	14	9	9
19. Acredito que, embora os homens possam ajudar nas tarefas, cuidar da casa e dos filhos, estes são trabalhos principalmente da mulher.	7	11	2	14	22
20. Penso que a instituição de ensino deve proporcionar mais momentos de debate e reflexão sobre as desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho.	1	0	3	16	36
21. Desigualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho é um tema abordado com frequência na sala de aula.	24	9	11	11	1
22. Julgo ser desnecessário tratar de desigualdade entre homens e mulheres nos cursos de educação profissional.	35	4	10	3	4
23. Acredito que as diferenças salariais entre homens e mulheres não têm relação com preconceito ou discriminação.	16	14	13	5	8
24. Penso que as oportunidades no mundo do trabalho, na área de mecânica, são iguais para homens e mulheres.	22	14	6	7	7
25. Tenho interesse em participar de atividades que tratem de temas como desigualdade de gênero.	9	5	13	15	14
26. Durante o curso temos momentos destinados ao debate sobre temas relacionados ao contexto social.	14	2	18	15	7
27. Acredito que homens e mulheres são diferentes em razão de minhas convicções culturais e religiosas.	23	8	11	6	8

Fonte: Autor (2020).

De acordo com os dados, 73,2% dos discentes concordam um pouco ou totalmente com a afirmação de que o mercado de trabalho trata as mulheres de forma distinta em relação aos homens. O percentual evidencia que, mesmo se tratando de turmas majoritariamente ocupadas por homens, a constatação da existência de situações de desigualdade de gênero, no âmbito do mundo do trabalho, é percebida por eles, conforme sinaliza o gráfico a seguir:

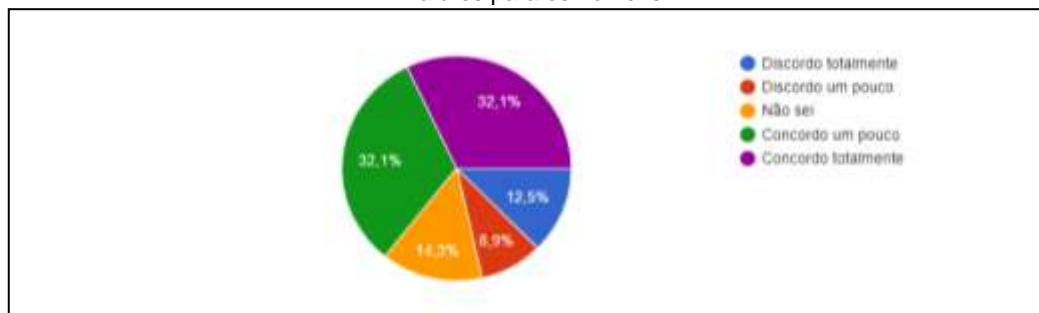
Gráfico 3 - O mercado de trabalho trata as mulheres de forma distinta em relação aos homens.



Fonte: Autor (2020).

Ainda de acordo com os dados, para 64,2% dos estudantes as oportunidades de estágio e emprego na área de mecânica são maiores para os homens, tal constatação demonstra que, já no percurso da formação profissional, ao enfrentarem maiores dificuldades de acesso às oportunidades de estágio, as mulheres sofrem desvantagem em relação aos colegas do sexo masculino. Esse contexto de desigualdade também é retratado ao considerar as oportunidades de emprego na área da mecânica. Assim, os fatos apontados podem resultar em desestímulo ou desinteresse, por parte das mulheres, pela área em questão.

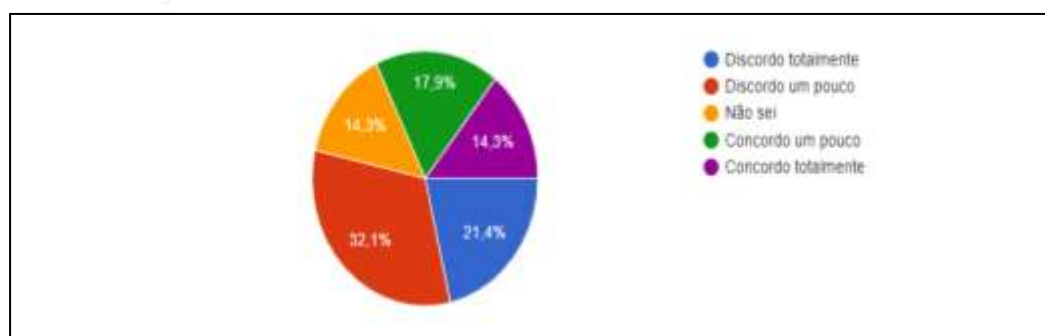
Gráfico 4 - Acredito que a disponibilidade de estágios e oportunidades de emprego na área de mecânica são maiores para os homens.



Fonte: Autor (2020).

Ainda no que concerne aos aspectos relacionados ao mundo do trabalho, diante da afirmação de que ao concluir o curso técnico em mecânica homens e mulheres terão as mesmas oportunidades, 53,5% dos participantes discordaram um pouco ou totalmente da afirmação. Tal resultado demonstra que a maioria dos estudantes do referido curso técnico reconhece que as egressas do sexo feminino enfrentarão maiores obstáculos para colocação no mercado de trabalho.

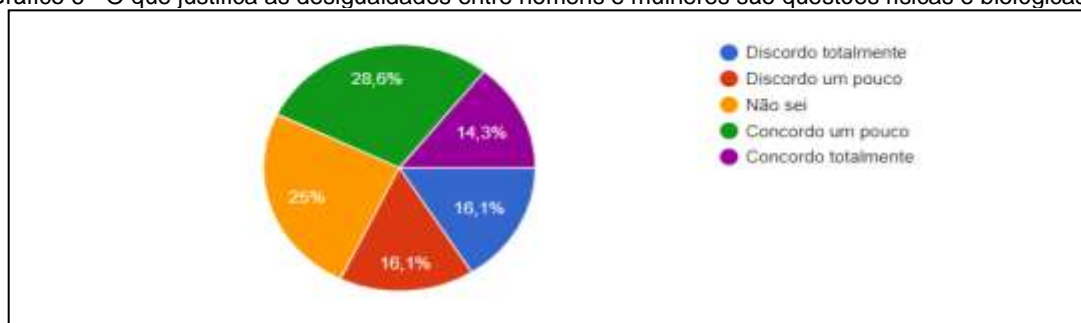
Gráfico 5 - Acredito que, uma vez concluído o curso técnico em mecânica, mulheres e homens terão as mesmas oportunidades de empregabilidade.



Fonte: Autor (2020).

Diante da afirmação “o que justifica as desigualdades entre homens e mulheres são questões físicas e biológicas”, 42,9% dos participantes concordam um pouco ou totalmente com a referida afirmativa, enquanto 25% não souberam opinar, conforme apresenta o gráfico a seguir:

Gráfico 6 - O que justifica as desigualdades entre homens e mulheres são questões físicas e biológicas.



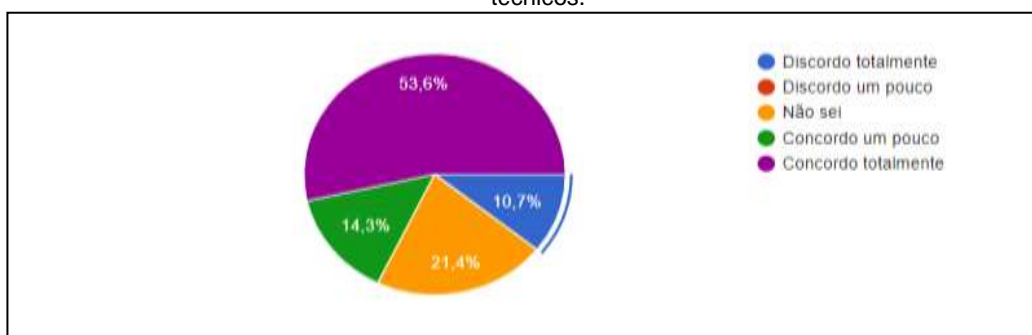
Fonte: Autor (2020).

Tal resultado demonstra que, entre os discentes do curso técnico em mecânica, prevalece a concepção de que fatores de ordem física ou biológica são critérios capazes de justificar as situações de desigualdade fundamentadas no gênero, não sendo considerada, dessa forma, a interferência social e cultural nesse processo. Ao analisarmos os resultados, é possível perceber que, embora exista

entre os discentes a consciência sobre as situações de desigualdade de gênero, a origem e os fatores que fundamentam e perpetuam tais questões não são compreendidas por eles.

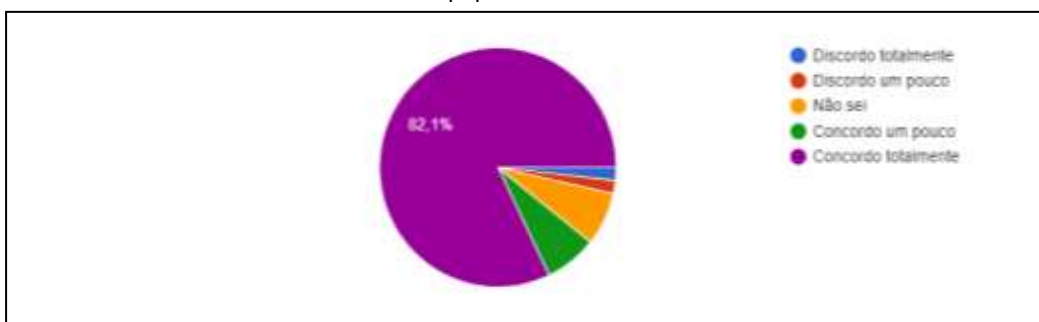
No que tange à percepção sobre a necessidade de tratar de questões relacionadas à desigualdade de gênero no âmbito dos cursos técnicos, para 67,9% dos pesquisados tal iniciativa apresenta-se como importante. Ainda nesse contexto, diante da afirmativa de que a educação é capaz de promover mudanças no modo como a sociedade define o papel da mulher, 82,1% dos participantes concordaram totalmente com a referida afirmação.

Gráfico 7 - Considero importante discutir desigualdade entre homens e mulheres no contexto dos cursos técnicos.



Fonte: Autor (2020).

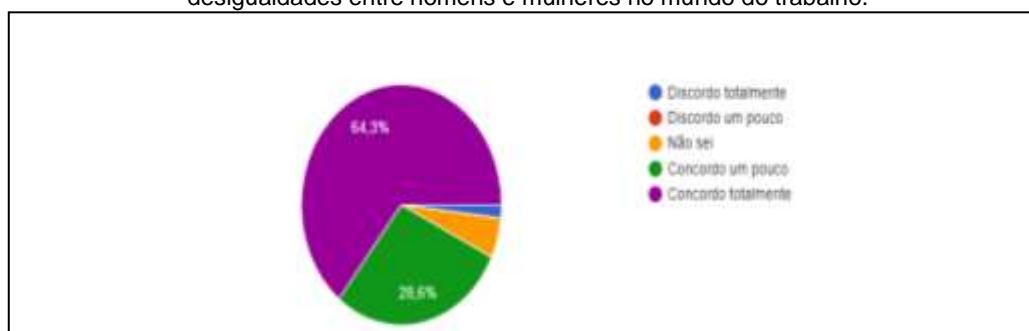
Gráfico 8 - Acredito que a educação é capaz de proporcionar mudanças no modo como a sociedade define o papel da mulher.



Fonte: Autor (2020).

Ainda no que concerne ao papel da instituição de ensino profissional, 92,9% dos discentes consideram que esta deve proporcionar mais momentos de debate e reflexão sobre o assunto, restando evidenciado o interesse dos discentes pela temática e a compreensão de que se trata de uma problemática social, com reflexos nocivos para as relações no mundo do trabalho, que precisa ser discutida e combatida por todos.

Gráfico 9 - Penso que a instituição de ensino deve proporcionar mais momentos de debate e reflexão sobre as desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho.



Fonte: Autor (2020).

Especificamente com relação aos resultados apontados pelos gráficos 07 (sete) e 09 (nove), é possível constatar a existência de interesse por parte dos discentes sobre a temática de desigualdade de gênero, ao apontarem para necessidade de que tal tema seja abordado durante a sua formação, bem como o entendimento de que a instituição deve proporcionar mais momentos de debate e reflexão sobre tal problemática.

A percepção sobre a relevância do tema em questão pode ser compreendida enquanto reflexo das relações que se estabelecem no âmbito dos cursos de formação profissional e no mundo do trabalho. Apoiados nessa perspectiva, 89,2% dos discentes consultados, conforme gráfico 08 (oito), consideram que a educação é capaz de proporcionar mudanças no modo como a sociedade define o papel da mulher. Tal constatação reforça a ideia de que, para além do interesse na temática, existe, entre os discentes, a compreensão da relevância do papel da educação no que tange às transformações sociais relacionadas às questões que permeiam a sociedade e, conseqüentemente, o mundo do trabalho.

5.4. ENTREVISTAS

5.4.1. Classes Temáticas e Categorias

A partir do processo de análise categorial temática, foram identificadas 4 (quatro) classes temáticas, subdivididas em suas respectivas categorias, conforme a tabela a seguir:

TABELA 2 - CLASSES TEMÁTICAS E CATEGORIAS

Classes Temáticas	Categorias
I. DESIGUALDADE DE GÊNERO	1. Percepção
	2. Fator cultural
II. FORMAÇÃO PROFISSIONAL	1. Escolha
	2. Desafios
	3. Evasão
	4. Papel da escola
III. MUNDO DO TRABALHO	1. Perspectiva
	2. Obstáculos
IV. MULHER	1. Ser mulher

Fonte: Autor (2020).

I. DESIGUALDADE DE GÊNERO

1. Percepção

A categoria percepção demonstra a visão das participantes sobre a desigualdade de gênero, ou seja, como esta é entendida, bem como o modo como se apresenta nas relações ou experiências das entrevistadas.

“... no desenvolvimento profissional tem algumas empresas que dão mais oportunidade em determinadas áreas para homens” (E1).

A entrevistada E1 destaca a desigualdade de gênero a partir da percepção de que existe, por parte de algumas empresas, a preferência pela contratação de homens para o exercício de determinadas atividades, em detrimento à figura feminina. A partir da fala da participante, pode-se verificar a presença de fatores relacionados à segregação laboral. Conforme assevera Tadeu (2008), além da segregação horizontal que estabelece a preferência pelo gênero masculino em determinadas profissões, as mulheres também enfrentam as consequências da segregação vertical relacionada às maiores oportunidades de ascensão profissional, concedidas aos profissionais do sexo masculino, fazendo com que estes ocupem maior parte dos cargos de chefia.

“Quando a gente fala da CLT, infelizmente a gente, nós como mulheres, temos um salário ainda menor que o sexo masculino” (E2).

Ao considerarmos a fala da participante E2, que aponta a diferença salarial para ilustrar o contexto de desigualdade entre homens e mulheres, é importante considerarmos que, conforme destaca Teixeira (2017), as raízes da distorção salarial entre homens e mulheres podem ser explicadas a partir de três pontos específicos: a princípio, como um reflexo da contribuição à produção, uma vez que a mulher, como consequência da forma como era integrada ao trabalho, produzia menos, conseqüentemente ganharia menos; num segundo momento, relaciona-se à ideia de subsistência, as mulheres que podiam trabalhar eram solteiras e, desse modo, teriam despesas menores; mais tarde, quando o trabalho feminino passa a ser também aceito para as mulheres casadas, a compreensão é de que elas apenas contribuem com o sustento do lar, cabendo ao homem o papel de principal provedor da família, o que justificaria a distorção salarial.

Embora a sociedade contemporânea apresente uma configuração muito diferente da identificada no período de ingresso da mão de obra feminina no mundo produtivo, principalmente no que concerne à estrutura familiar, relatos como os apresentados pelas entrevistadas sugerem que os resquícios desse período ainda se fazem presentes na sociedade atual. Nesse sentido, é importante destacar que,

se por um lado a compreensão de que a diferenciação salarial persiste, por outro lado o papel da mulher dentro do núcleo familiar ganhou contornos completamente distintos do verificado entre o final do século XIX e o início do século XX, quando a figura masculina era tida como responsável efetivamente pelo sustento da família.

Conforme dados do IBGE (2019), as mulheres são responsáveis pela chefia de 28,5% dos lares brasileiros, no entanto, elas possuem renda equivalente a 79% da renda masculina. Desse modo, fica evidenciado um descompasso entre a maior participação feminina no mundo do trabalho, o aumento das responsabilidades relativas ao sustento da família e a realidade salarial das mulheres. Esta contradição demonstra a persistência de situações de desigualdade, fundamentadas no gênero, principalmente em se tratando de questões salariais, que envolvem necessariamente as relações de trabalho.

“Você pode ter o currículo que for, qualificado, tirar nota boa, mas na hora do ‘vamo ver’ na empresa, principalmente quando boa parte da gerência são homens, a preferência é por homens” (E3).

A partir do relato da participante E3, é possível compreender que a consciência da desigualdade de gênero, por vezes, apresenta-se como fator desmotivador para o prosseguimento da formação profissional em determinadas áreas. Ao afirmar que, independentemente do currículo e da qualificação, as empresas têm preferência pelos profissionais do sexo masculino, a entrevistada expõe a perspectiva de que o fato de ser mulher a coloca em situação de desvantagem em relação a um concorrente do sexo oposto, mesmo que este apresente qualificação profissional inferior. Tal constatação pode ser entendida como um dos elementos capazes de explicar o número reduzido de mulheres em áreas profissionais específicas, como a mecânica, bem como figurar enquanto fator justificador do alto número de discentes do sexo feminino que acabam evadindo dos cursos ligados às áreas consideradas mais apropriadas ao contexto masculino.

“Em áreas que são consideradas masculinas, como a mecânica, fica mais evidente as diferenças, tanto é que até hoje eu percebo isso, que existem pouquíssimas meninas na área de mecânica” (E5).

Ainda enfatizando as situações que evidenciam a desigualdade de gênero no contexto da formação profissional, a entrevistada E5 destaca o número reduzido de discentes do sexo feminino que manifesta interesse pela referida área. Conforme assevera Teixeira (2017), o crescimento da participação feminina no mundo do trabalho, bem como a escolarização muitas vezes superior à masculina, não foram suficientes para por fim às situações desfavoráveis no que tange às condições de trabalho e remuneração para as mulheres. Tal cenário contribui para que as mulheres permaneçam concentradas em ocupações ligadas às áreas associadas ao perfil feminino, como saúde, educação, trabalhos domésticos, ou que enfrentem maiores dificuldades para se inserir em áreas consideradas mais adequadas aos homens. Tais fatos acabam por evidenciar a interferência do gênero enquanto fator definidor do perfil profissional e das relações de trabalho.

“Desigualdade de gênero entendo como sendo o preconceito, a discriminação que a pessoa tem com outro por causa do gênero dela, seja ele qual for, tanto homem quanto a mulher, que acaba acarretando o desequilíbrio de oportunidade de emprego, afeta toda vida profissional, pessoal, relacionamentos” (E4).

Na perspectiva da participante E4, a desigualdade de gênero ganha uma percepção mais ampla, abrangendo as desigualdades, a partir da discriminação, que podem ser vivenciadas tanto por homens quanto mulheres. Conforme assevera Saffioti (1987), os valores associados à figura masculina, que sustentam a imagem e determinam o modo como o macho é definido pela sociedade, também os homens. Ao estabelecer, por exemplo, que determinados comportamentos são caracteristicamente femininos, principalmente os relacionados à sensibilidade, os homens que se enquadram nesse contexto estão fadados a sofrer as consequências do processo discriminatório.

Ainda conforme salienta Saffioti (1987), o lugar de privilégio que a figura masculina ocupou e ainda ocupa historicamente tem um preço a ser pago: o peso que culturalmente é colocado sobre seus ombros, em nome da sustentação daquilo que socialmente se espera do homem, o que também o aprisiona. É importante destacar que, ainda conforme a autora, mesmo reconhecendo que a desigualdade de gênero também produz efeitos negativos para os homens, não há que se equiparar os desafios enfrentados por homens e mulheres nesse contexto. Para as

mulheres pesam e sempre pesaram as consequências de sofrerem a dominação nas relações de poder, através da negação de direitos ou da sua invisibilidade nas relações sociais, enquanto para os homens sempre coube o papel de exercerem a dominação, o que lhes garantiu as benesses desse lugar de poder.

Desse modo, embora seja possível reconhecer que homens e mulheres são afetados pelos efeitos negativos da construção social do papel atribuído ao gênero, não há como negar que a mulher, historicamente, tem enfrentado maiores desafios no que concerne ao reconhecimento de direitos principalmente no contexto laboral, em função daquilo que foi estabelecido como inerente à sua condição feminina.

2. Fator cultural

A categoria fator cultural apresenta a percepção das participantes acerca da influência cultural no modo como a imagem feminina é pensada, bem como sua interferência na definição do papel da mulher na sociedade. Desse modo, as falas retratam de que modo tais circunstâncias produzem barreiras à inserção das mulheres em determinadas profissões.

“De certa forma, algumas atividades são mais voltadas para o homem né, como mecânica e algumas engenharias, a sociedade acha que isso é mais distinto para o sexo masculino” (E1).

A entrevistada E1 acredita que a sociedade estabelece o que entende como profissões mais adequadas para homens e mulheres, bem como aponta que a desigualdade de gênero, a partir da sua perspectiva e do contexto em que está inserida, está extremamente relacionada ao modo como a sociedade concebe as relações homem/mulher. Ao retratar que a sociedade relaciona a mecânica e algumas engenharias como profissões mais “distintas” para os homens, a discente reconhece que as mulheres que ingressam nessas áreas acabam contrariando aquilo que naturalmente se espera delas, assim submetendo essas profissionais a desafios bem específicos relacionados à condição de gênero.

“A gente tem que tratar esse tipo de preconceito e desconstruir uma coisa que eu acho que também é histórica, essa coisa da mulher ser dependente do homem, a

sociedade ainda não entendeu que a gente consegue fazer as coisas sozinhas, que a gente se libertou dessa ideia” (E2).

A participante compreende a desigualdade de gênero enquanto resultado do preconceito que tem raízes históricas. Sendo assim, tais questões, embora vivenciadas no contexto atual, encontram respaldo em um passado de negação de direitos, de não reconhecimento da capacidade feminina e da imposição de sua submissão ao homem. A partir da compreensão de que as situações de desigualdade de gênero são resultado de um processo de construção social, alimentado por costumes e discursos que perpetuam tal cenário, é possível conceber que, embora exigindo um esforço muito grande, tais situações podem ser desconstruídas. Conforme assevera Guimarães (2008), a construção dos papéis sociais, a partir da concepção do que a sociedade classifica como ações ou atribuições adequadas para homens ou mulheres, acaba por reduzir as possibilidades desses indivíduos e resultar em preconceitos que impedem o desempenho igualitário e solidário de tais papéis.

“Do ponto de vista social, como a gente ainda vive uma sociedade muito machista né, algumas pessoas acham que realmente mulher tem lugar específico e não pode ocupar certas posições sociais, que mulher ainda tem que cuidar da casa, tem que fazer as tarefas domésticas, que isso é responsabilidade só dela, segundo essa visão, realmente machista, algumas pessoas podem pensar sim que a mulher tem atribuições específicas, para mim isso não é verdade” (E4).

A entrevistada E4, ao retratar o contexto de desigualdade de gênero, atribui ao machismo a reponsabilidade pela designação de papéis específicos – principalmente no contexto doméstico e familiar – à mulher. Tais papeis acabam por construir o que a sociedade passa a conceber como a imagem do feminino, gerando uma expectativa a respeito do que se espera da mulher. Para Saffioti (1987), o machismo presente tanto em homens quanto em mulheres configura-se como um grande empecilho aos avanços das causas trabalhistas e democráticas. Muito embora, num primeiro momento, se apresente um tanto quanto mais maléfico para

as mulheres, os homens também são atingidos pelos efeitos do machismo que estabelece diferenciações, divisões e perpetua injustiças.

“Eu acho que esse negócio tá enraizado na cabeça de muitas pessoas” (E3).

“Eu acho que talvez as meninas não sejam vistas com grande potencial para atuar nessas áreas, é muito nada a ver, mas é isso. Eu acho que é uma coisa cultural” (E5).

Na fala da entrevistada E3, bem como da participante E5, o uso de expressões como: “coisa cultural” ou “enraizado na cabeça”, reforçam a concepção de que as desigualdades relacionadas ao gênero, presenciadas na sociedade, embora muitas vezes sejam justificadas a partir de discursos respaldos nas diferenças compreendidas enquanto fatores naturais são, desse modo, compreendidas como resultado de uma construção social. É de fundamental importância destacar que fatores de ordem física ou biológica não foram apontados pelas entrevistadas como alternativas capazes de justificar o modo como são estabelecidas as diferenciações entre homens e mulheres no contexto social e, especificamente, com relação ao contexto profissional.

As questões apontadas pelas entrevistadas, enquanto fatores geradores de dificuldade e desigualdade de gênero no contexto social e, especificamente, no âmbito da formação profissional, estão relacionadas à ideia que se atribui à concepção de gênero. As atribuições designadas às mulheres no contexto laboral, familiar e no convívio social estão intimamente relacionadas ao que Saffioti (1987) designa como identidade social. Assim, tais atribuições não estão relacionadas objetivamente ao ser mulher biologicamente definido, mas com o como a sociedade culturalmente concebe e compreende a figura feminina. Essa identidade é responsável pela elaboração da perspectiva social sobre o que se espera dos sujeitos enquanto homens e mulheres, os papéis que desempenharão na sociedade e, assim, os espaços que ocuparão enquanto profissionais no mercado de trabalho.

Ainda com relação à interferência cultural na construção dos estereótipos relacionados aos gêneros, conforme assevera Saffioti (1987), os seres humanos nascem rigorosamente machos ou fêmeas, no entanto, a identidade social construída socialmente, a partir de dimensões sociais, culturais e socioculturais é

que determina como estes sujeitos são encaixados na sociedade. Segundo Teixeira (2017), o mercado de trabalho caracteriza-se como um espaço social e econômico, desta forma, espelha os comportamentos sociais, as normas e condutas verificadas na sociedade.

A partir do que foi exposto pelas falas das participantes do estudo, é possível afirmar que os discursos que naturalizam as diferenciações de gênero, no contexto da formação profissional, a partir de justificativas de ordem física ou biológica, não encontram respaldo entre as discentes do curso técnico em mecânica. Segundo elas, as questões culturais apresentam-se como principais fatores que expressam ou colaboram para as circunstâncias de desigualdade de gênero, experimentadas pelas mulheres.

II. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1. Escolha

Na categoria escolha, são apresentados os fatores que efetivamente contribuíram para que as entrevistadas optassem pelo curso técnico em mecânica no Instituto Federal da Paraíba. As falas refletem o contexto da referida escolha, bem como apontam de que modo fatores relacionados ao gênero interferiram nesse processo.

“Uma vontade muito grande de frequentar o IF, aí eu disse: vou fazer mecânica, talvez me identifique por gostar de trabalhar na área de produção” (E1).

A entrevistada E1 retrata o desejo de estudar no IF como principal motivo para escolha, sendo a definição pelo curso técnico em mecânica motivada pela identificação com a área de produção, enquanto área afim do referido curso. Desse modo, a identificação com a instituição exerceu um papel decisivo para a condução da escolha.

“O curso técnico coloca a gente na vida prática da engenharia mecânica, o curso superior não dá muita prática para gente, então o curso técnico ensina na verdade, coloca a gente com a mão na massa. Além disso, o curso técnico do IFPB é muito conhecido, muito valorizado, quem estuda engenharia mecânica quer um pouco dessa prática de fazer o ensino técnico” (E2).

“Para o mercado de trabalho a gente precisa ser bastante dinâmico, ter várias qualificações, os cursos técnicos, pelo menos os subseqüente do IF, a grade curricular bate muito com uma grade de engenharia mecânica da UFPB de produção” (E3).

“Eu acho que o ensino do IF dá oportunidade da gente ter mais conhecimento prático do que teórico. Eu acho que o curso de técnico em mecânica seria um complemento, sem falar que além de gostar muito da área, tô fazendo mestrado na área e isso aí foi o que me motivou mais a escolher o curso” (E4).

Nos relatos apresentados pelas participantes, é recorrente a menção referente ao interesse em estudar no Instituto Federal da Paraíba como fator motivador da escolha. Conforme relato da entrevistada E2, a qualidade do curso e o reconhecimento da instituição são apontados como critérios que definiram a escolha em questão. Ainda conforme a fala da referida entrevistada, bem como das participantes E3 e E4, a possibilidade de ter acesso à prática profissional, proporcionada pelo curso técnico em mecânica, também foi decisiva para a sua escolha. Desse modo, para as discentes, a escolha do referido curso está bastante relacionada à formação prática, fato que é característico de tal curso, critério considerado como de suma importância. Assim, o conhecimento prático apresenta-se como um fator decisivo enquanto complementação ao conhecimento teórico e diferencial para o ingresso no mercado de trabalho.

“Fazendo um técnico em mecânica, eu poderia aprender mais sobre alguns processos de fabricação como usinagem, soldagem” (E5).

A fala da participante E5 aponta, como motivação para a escolha do curso, o interesse em aprofundar os estudos sobre áreas específicas da mecânica, também a título de complementação de conhecimentos já adquiridos anteriormente. É importante destacar o perfil apresentado pelas entrevistadas, uma vez que todas elas apresentam formação de nível superior e ingressaram no curso técnico em mecânica subsequente ao ensino médio buscando aprimoramento profissional e, principalmente, conhecimento prático. A entrevistada E3 aponta a compatibilidade entre a estrutura curricular do referido curso com a do curso de nível superior que frequentou, o que possibilita o aproveitamento de estudos anteriores e, conseqüentemente, a aceleração do processo de conclusão do curso técnico.

É possível identificar, a partir do relato das entrevistadas, que as mulheres que optam pelo curso técnico mecânica, subsequente ao ensino médio, têm um perfil específico: são discentes que já conhecem a área em questão, por já terem um histórico de formação anterior na área ou em áreas afins, e buscam, em ambas as situações, a experiência da vivência prática da mecânica que o curso técnico é capaz de proporcionar. Conforme a LDB lei 9394/96, os cursos educação profissional técnica de nível médio, na forma subsequente, são destinados àqueles

que já concluíram o ensino médio. Para Moura (2012), os cursos técnicos apresentam-se como uma oportunidade para o público que não teve acesso ao ensino superior, nem a uma formação de nível médio que os permitisse ingressar de forma qualificada no mercado de trabalho.

O perfil apresentado pelas discentes não condiz, a princípio, com o perfil a que se destina a formação profissional de nível técnico. Tal característica pode justificar, em parte, o elevado processo de evasão do curso pelo público feminino, uma vez que, para elas, o referido curso apresenta-se como um complemento à formação principal, ocorrendo geralmente de forma concomitante a esta. Desse modo, nas circunstâncias em que essas mulheres precisam priorizar uma das formações, pelas mais diversas razões, estas acabam priorizando os cursos de nível superior, seja na graduação ou na pós-graduação, em detrimento à formação de nível médio.

É possível constatar, a partir das falas das entrevistadas, a importância da valorização de dois pontos específicos relacionados à participação feminina no curso técnico em mecânica. O primeiro deles é a questão da valorização da prática profissional como característica marcante dos cursos técnicos de formação profissional. Assim, apresenta-se como de suma importância a iniciativa de assegurar oportunidades de práticas profissionais e estágios ao longo do curso, como forma de estimular a permanência das discentes do sexo feminino, que ingressam no curso em questão motivadas pelo interesse na possibilidade de vivenciarem a prática profissional.

O segundo ponto, evidenciado a partir da identificação do perfil das discentes entrevistadas, está relacionado à necessidade de trabalhar a divulgação da oferta do curso como alternativa ao público feminino, que não se enquadra exatamente no perfil apresentado como padrão entre as entrevistadas. Desse modo, é preciso incentivar, através da maior disponibilização de informações sobre o curso (o perfil de egresso, a área de atuação e as possibilidades de verticalização em nível superior), que as mulheres que não possuem formação de nível superior possam ter acesso a uma educação que possibilite o ingresso no mundo trabalho, atendendo ao público alvo para o qual se destina a educação profissional de nível médio. Além das informações especificamente relativas ao curso, é preciso incentivar o combate ao preconceito, que acaba estabelecendo a mecânica como um espaço não destinado às mulheres.

A promoção do debate sobre a desigualdade de gênero, enquanto fruto de uma construção social, permite que determinados comportamentos e posturas sejam repensadas. Esse debate precisa estar presente no contexto escolar, uma vez que, conforme Freire (2002), o educador deve compreender a educação enquanto instrumento de intervenção no mundo, através do qual se torna possível o reforço de interesses dominantes ou seu desmascaramento.

2. Desafios

A categoria desafios enfoca as questões relacionadas às dificuldades enfrentadas pelas mulheres no contexto da formação profissional, bem como situações de preconceito, vivenciadas pelas participantes, enquanto fatores relacionados especificamente ao gênero.

“O maior desafio da mulher é dividir as obrigações, eu não sou casada, não tenho filho, né, e para mim é meio difícil passar o dia trabalhando e vir do interior para a instituição. Quem tem filho, esposo, as obrigações de casa, o trabalho, tem que se dividir, tem que deixar tudo pronto em casa antes de vir para instituição, acaba atrapalhando um pouco” (E1).

A fala da participante E1, a partir de uma visão mais abrangente, apresenta a carga de atribuições exercidas pela mulher como o maior desafio a ser enfrentado por estas durante a formação profissional. É possível perceber que a concepção de que os afazeres domésticos são considerados como de competência da mulher está presente de forma bastante consistente na fala da entrevistada. Cabe destacar, conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha (2019), que a faixa etária de maior participação feminina nos cursos técnicos subsequentes está entre 20 e 29 anos de idade, justamente pela característica de ser uma formação destinada às pessoas que já concluíram o ensino médio e que não ingressaram no ensino superior. É justamente na fase adulta que se concentram – de forma especial para a figura feminina – as cobranças relativas à constituição familiar, ao casamento, aos filhos e que tem início o acúmulo de funções relacionadas a tais atribuições.

“Nos estágios em manutenção, ligados à manutenção, é muito complicado eles contratarem meninas, contratam muito mais o sexo masculino, porque a gente não pode entrar no setor que tem muito homem, que a gente vai estar com macacão enorme, cheia de graxa e existe muito esse preconceito, eles colocam a gente no setor de produção” (E2).

A participante E2 menciona, como desafios da trajetória feminina no percurso da formação profissional, a dificuldade de disponibilização, pelo mercado, de vagas para estágio de discentes do sexo feminino do curso de mecânica. A narrativa da discente entrevistada retrata que as vagas disponibilizadas para os estágios têm como público preferencial os discentes do sexo masculino, principalmente quando direcionadas à atuação em setores considerados como de trabalho intenso. Desse modo, as oportunidades de estágio disponibilizadas para as discentes do sexo feminino, costumeiramente, acabam as destinando aos setores administrativos. Tal cenário acaba por restringir as possibilidades de aquisição de conhecimentos práticos, especificamente relacionados ao curso, impedindo, por consequência, a aquisição da tão esperada experiência prática, principal objetivo das discentes que se matriculam no curso técnico em mecânica.

“Meninas que fazem o técnico em mecânica, nas entrevistas, por mais que elas sejam da área, eles [contratantes] colocam elas para fazer serviços da parte administrativa. [...] Até sobre namorados eles perguntam, se você é casada, se tem filho, tudo isso dificulta. Isso relacionado ao fato de ser mulher, pelo menos no meu ponto de vista. Agora aquela coisa, quando eu vou fazer algumas entrevistas para analista, assistente, essa quebra é um pouco menor” (E3).

Mais uma vez a questão relativa à adequação da figura feminina ao contexto profissional, considerado mais adequado a estas, aparece enquanto desafio do percurso profissional das mulheres. Conforme Hirata (1995), os estereótipos sexistas produzem reflexos tanto nas relações pessoais quanto nas relações profissionais, esses estereótipos são os responsáveis por associar o trabalho pesado e difícil à figura masculina, em função da ideia da coragem, força e virilidade associada a estes, enquanto as mulheres são comumente aceitas para atividades de

caráter mais leve e fácil, em função da docilidade e paciência, entendidas enquanto características eminentemente femininas.

“Pelo fato de ser mulher, já vi professores acharem que estavam fazendo bem ao falar: vamos fazer um grupo só de mulheres, vamos deixar o assunto mais fácil para as mulheres... Situações de falso privilégio, porque no momento que você dá uma vantagem disfarçada dessa para a gente, você tá ofendendo uma pessoa, dizendo que ela não é capaz” (E4).

A participante E4 menciona a ideia de *“falso privilégio”* para retratar o incômodo com as situações em que são concedidos benefícios ou facilidades, para o desempenho de determinadas atividades, exclusivamente relacionadas à condição feminina, o que acaba por despertar nas próprias discentes o sentimento de desvalorização. O relato da entrevistada aponta para o fato de que muitas vezes a atitude dos docentes tem como objetivo a melhor condução dos trabalhos em sala, no entanto, mesmo que involuntariamente, acabam por obter o efeito contrário ao estabelecerem situações de desigualdade que refletem justamente o que elas desejam não vivenciar. Desse modo, as ações docentes que estabelecem diferenciação entre homens e mulheres no contexto de sala de aula, mesmo que a princípio possam ser entendidas como benéficas às discentes, acabam por estabelecer diferenciações desnecessárias à formação profissional dessas mulheres, o que, segundo o relato apresentado, causaria desconforto e sensação de desvalorização.

A colocação acerca da sensação de desvalorização no contexto escolar também é apontada pela fala da participante E5, ao retratar a não valorização, por parte dos docentes e colegas, com relação à participação feminina no contexto da sala de aula.

“Numa turma onde a maioria dos professores e colegas são homens, as meninas sempre têm uma questõzinha assim, de não ser tão valorizadas no ambiente masculino” (E5).

É possível perceber que a não valorização da figura feminina, no contexto em questão, seja pelo não reconhecimento de suas aptidões e competências ou pela

crença de que estas estão em lugar que não condiz com o que a sociedade espera delas, acaba por abrir espaço para a não identificação destas com o curso, ao perceberem-se como não pertencentes àquele espaço.

As narrativas das entrevistadas apontam situações do cotidiano escolar consideradas como desafios relacionados, especificamente ao gênero feminino, no contexto da formação profissional. Tais relatos evidenciam as dificuldades particularmente enfrentadas por aquelas que, contrariando o que culturalmente e socialmente se estabeleceu enquanto espaço feminino, buscam formação profissional em cursos e carreiras majoritariamente ocupados por homens. Dessa forma, os desafios representam a materialização do modo como a sociedade ainda concebe o papel da mulher, no entanto, a superação destes pode ser entendida como a desconstrução dessa concepção.

3. Evasão

Na categoria evasão, destacam-se relatos referentes ao abandono escolar, por parte das mulheres, nos cursos de formação profissional de nível médio, evidenciando a presença ou não de questões relacionadas ao gênero como fatores justificadores desse cenário.

“Talvez por conta do conteúdo programático, tem algumas disciplinas que as mulheres geralmente têm mais dificuldade, como matemática, tem mulheres que não optam muito por curso que usa muita matemática. Ou talvez não gostar de sujar a mão, achar que mecânica tem que sujar a mão” (E1).

A entrevistada E1 aponta como circunstâncias motivadoras para a evasão a não identificação, por parte das mulheres, com áreas relacionadas ao domínio da matemática ou ainda com o estereótipo comumente associado à figura feminina, conforme evidenciado pela fala: *“talvez não gostar de sujar a mão, achar que mecânica tem que sujar a mão”*. Cabe destacar aqui a problemática da invisibilidade feminina defendida por Louro (2003), ao considerar que ao longo da história a mulher ocupou, mesmo que de forma gradual, diversos espaços para os quais era considerada inadequada, porém, a sua presença muitas vezes foi mitigada. Essa invisibilidade acaba por contribuir com a ideia de que determinadas áreas não são

de interesse feminino, cenário não raramente justificado pelo discurso que aponta a aptidão física ou biológica como fatores determinantes para o número reduzido de mulheres em determinadas profissões. A entrevistada, ao considerar que as mulheres podem “não querer se sujar”, reproduz o discurso relacionado à vaidade feminina como uma motivação para a evasão do curso. É importante destacar que, conforme Foucault (2008), o discurso apresenta-se enquanto fator linguístico, por vezes revestido de contornos polêmicos e estratégicos, por meio do qual as relações de poder são perpetuadas. Ainda conforme Foucault (1999), o poder se exerce não só pela condução daqueles que dominam, mas também pela posição dos que são dominados.

“O que acontece é que as mulheres que ingressam nessas áreas às vezes sofrem preconceito por parte dos professores, colegas e da sociedade. Você tá no curso que, se você não tem apoio, não consegue se identificar e acaba saindo” (E3).

A participante E3 aponta o preconceito vivenciado pelas mulheres no contexto escolar e na sociedade como fatores que podem ensejar o abandono escolar, uma vez que a falta de incentivo institucional e a ausência da perspectiva de sucesso profissional atuam como agentes desmotivadores. Ao mencionar a ausência de apoio, a entrevistada aponta para a necessidade de iniciativas capazes de estimular a permanência das discentes no âmbito de cursos majoritariamente ocupados por homens, transparecendo, em sua fala, a importância de pensar em ações capazes de evitar que a escola seja mais um ambiente a contribuir, com a propagação de discursos e práticas que reforçam a desigualdade de gênero.

Conforme assevera Moura (2012), os cursos técnicos subsequentes ao ensino médio apresentam-se como uma alternativa capaz de proporcionar, através da educação, uma oportunidade de melhorar as condições de inserção social, política, cultural e econômica de pessoas que não tiveram acesso à formação profissional integrada ao ensino médio, que lhes proporcionariam o acesso a uma profissão ao fim dessa etapa de ensino, nem conseguiram ingressar no ensino superior. No entanto, o perfil das discentes do sexo feminino do curso técnico em mecânica apresenta a especificidade de ser formado por mulheres que já possuem formação profissional de nível superior, parte delas é composta por alunas de curso *stricto sensu*. Conforme apresentado na categoria *escolha, uma das principais motivações*

para o ingresso no curso profissional dá-se pelo desejo de adquirir uma maior vivência da prática laboral.

“Não consegui conciliar, atualmente sou discente de engenharia mecânica na UFPB. O curso é muito difícil, quando a gente faz a graduação também, extremamente pesado, e se você for mãe não tem como...” (E2).

“O meu motivo foi minha condição financeira, como tô no mestrado, tem todo custo de locomoção para ir para lá e outras coisas. Mas eu acredito que uma mulher que participa desses cursos, se não tiver bons professores e professoras que entendam e incentivem, provavelmente podem desistir por não aguentar psicologicamente a discriminação” (E4).

“Faço mestrado pela manhã, graduação em engenharia civil à tarde, preferi dar prioridade aos níveis superiores” (E5).

Especificamente sobre a experiência de evasão do curso técnico em mecânica, a incompatibilidade com as demais atribuições na esfera educacional e a dificuldade financeira de conciliar dois níveis distintos de ensino aparecem enquanto fatores motivadores da desistência das participantes E2, E4 e E5. Desse modo, o fato da formação de nível técnico se apresentar, nos casos específicos, enquanto complementação à formação de nível superior, diante de circunstâncias que resultem na necessidade de abandono escolar, a formação de nível técnico acaba sendo a primeira alternativa para a evasão. Desse modo, as discentes acabam priorizando os cursos de graduação e pós-graduação em detrimento dos interesses que motivaram a escolha pelo curso técnico.

É preciso destacar que, conforme mencionam Silva Filho e Araújo (2017), a evasão escolar apresenta-se como um processo complexo, oriundo de uma série de fatores que, quando somados, acabam resultando no abandono desse ambiente pelo discente. Mesmo considerando as especificidades que permeiam as questões relacionadas à evasão escolar no contexto da educação profissional, ter ciência sobre os fatos que contribuem para saída das mulheres de cursos majoritariamente ocupados por homens representa uma oportunidade de repensar de que modo a escola pode contribuir com a mitigação desses números. Conforme já mencionado,

no período considerado para efeito do presente estudo, 2018.1 a 2019.2, a evasão feminina do curso técnico em mecânica subsequente ao ensino médio foi de 87,5%. Assim, compreender os fatores que levaram à concretização desse cenário permite a adoção de medidas adequadas e eficazes no sentido de incentivar a permanência e o êxito das discentes no referido curso, bem como possibilita um olhar sobre os comportamentos institucionais e sociais que colaboram para o distanciamento da figura feminina do curso em questão.

4. Papel da escola

A categoria papel da escola apresenta a perspectiva das entrevistadas, no contexto da formação profissional, sobre a importância e o modo como a instituição de ensino pode colaborar de forma positiva com a trajetória dessas mulheres, diante de cenários desafiadores como o vivenciado por elas. Esta categoria traz ainda a opinião das participantes a respeito de como a escola deve compreender e trabalhar a questão da desigualdade de gênero, objetivando a superação de tal problemática.

“... se você tiver uma companhia, uma sala ou instituição que te dê apoio, com certeza pode ajudar bastante” (E1).

A entrevistada E1 aponta, além do acolhimento por parte dos colegas, o apoio institucional como um ponto de importância para a trajetória de formação das mulheres. A partir da consciência a respeito dos desafios que o fato de ser mulher impõe dentro da formação profissional escolhida, a participante aponta para relevância que o apoio institucional tem diante de tais circunstâncias. É possível compreender, através do relato em questão, que para a discente o papel da escola perpassa a importância de que a instituição esteja sensível às questões que permeiam a especificidade da formação profissional das mulheres, principalmente no âmbito de cursos historicamente considerados como destinados aos homens.

“Acredito que é na escola, no início, que a gente tem que tratar esse tipo de preconceito e desconstruir uma coisa que eu acho que também é histórica, essa coisa da mulher ser dependente do homem” (E2).

O relato da entrevistada E2 aponta a escola como o ambiente adequado ao enfrentamento de preconceitos, ressaltando a perspectiva do contexto educacional enquanto ambiente propício às transformações sociais. A concepção de que a escola exerce um papel importante nas questões que se manifestam na sociedade evidencia que este ambiente não pode ser compreendido como um mero espaço para aquisição de conteúdo e técnicas a serem executados no mundo do trabalho. Foucault (1996) apresenta a compreensão da educação enquanto ferramenta política capaz de manter ou modificar as relações de poder. Ainda nessa perspectiva, conforme assevera Guimarães (2008), contribuir com as transformações sociais apresenta-se como um dos principais compromissos sociais da educação, a ser alcançado por meio da sua *práxis* educativa. Desse modo, suas ações devem compactuar com as lutas pela concretização de direitos, pela promoção da cidadania plena e com a busca pela correção daquilo que identificamos enquanto condutas sociais que impedem a efetivação de tais direitos.

Ainda nesse sentido, a entrevistada E3 ressalta a importância da escola na desconstrução da desigualdade de gênero:

“Mostrar para as meninas que não tem diferença, não existe trabalho de homem e mulher, você não pode diferenciar uma pessoa... não é uma questão física, não tem que diferenciar o ser humano por ser homem e mulher” (E3).

No que tange, especificamente, às questões relacionadas à desigualdade de gênero, a partir da compreensão de que, para além das questões físicas e biológicas, o gênero apresenta-se enquanto construção social, as desigualdades baseadas neste fator também são oriundas de processos construções sociais, portanto, passíveis de serem desconstruídas. Conforme assevera Saffioti (1987), a discriminação socialmente construída pode ser socialmente desconstruída em nome da verdadeira democracia, através do desmascaramento da naturalização da inferioridade. Desse modo, reconhecer as situações de desigualdade de gênero, os impactos negativos que estas representam para a sociedade e ainda compreender o papel social da escola nesse cenário, enquanto lugar de transformação social, representa um avanço para superação de tais questões e uma contribuição significativa para a garantia de direitos básicos ao exercício da cidadania.

“Eu acho que a escola não está muito interessada em abordar esse assunto. Algumas pessoas tentam discutir, trazer à tona, falar o quanto é importante, mas muita gente acha que não existe isso, mas quem é mulher sabe. Acho que a escola tem muito a melhorar em relação a isso. As escolas precisam mostrar as possibilidades” (E4).

Ao retratar o papel da escola, diante das questões relacionadas à desigualdade de gênero, a entrevistada E4 apresenta descontentamento diante da postura adotada pelas instituições de ensino. Em sua fala, ressalta a ausência da abordagem do tema no contexto educacional, o que é entendido por ela como uma falta de interesse por um tema que considera, enquanto mulher, ter bastante importância. Ressalta, ainda, a necessidade de melhor apresentar às discentes as possibilidades de atuação e crescimento profissional nas áreas das quais o processo cultural acabou por afastar essas mulheres. É importante destacar, no que concerne ao papel das instituições de ensino, a importância de pensar a educação de forma integral, o que reflete, necessariamente, na formação do indivíduo a partir de uma visão omnilateral que, conforme assevera Saviani (2007), compreende a formação para o trabalho aliada à formação cultural, histórica e humana. A partir de tal posicionamento, o ato de educar compreende, para além do ensinar técnicas, fórmulas e métodos, o educar para a vida, conscientizar e possibilitar que os educandos possam atuar na sociedade de forma consciente e ativa, inclusive para concretização de direitos. Desse modo, a escola, a partir da concepção da educação enquanto prática libertadora de Freire (1980), não pode ser omissa em seu papel crucial de contribuir com as transformações sociais, através de uma *práxis* que não ignora os problemas enfrentados pela sociedade, mas que, ao contrário, os reconhece e colabora para que estes sejam superados.

“Mostrar mulheres que estão trabalhando na área e que tiveram sucesso desempenhando tais funções, levar minicursos mostrando exatamente o que é a mecânica, que não é necessariamente um ambiente masculino, não é só homem que consegue desempenhar as funções, eu acho que já seria um grande avanço para as meninas que demonstrarem o interesse que talvez elas tenham contido dentro de si” (E5).

O relato da participante E5 traz a inquietação com o processo de invisibilidade feminina ao tratar da importância de apresentar, às discentes ingressantes, relatos de sucesso de outras mulheres como forma de motivar o ingresso e permanência em cursos, como o técnico em mecânica. Segundo a entrevistada, perceber que o sucesso profissional de mulheres, em áreas culturalmente associadas à figura masculina, é algo possível, pode colaborar para que a presença feminina seja mais expressiva, através do estímulo proporcionado pela representatividade. A participante ainda relata a importância de melhor divulgar o perfil de formação dos egressos do curso de mecânica, como forma de demonstrar o que se espera de um profissional da área, bem como a atuação desse profissional no mercado de trabalho, o que desmistificaria a concepção de que não se trata de uma ocupação feminina.

III. MUNDO DO TRABALHO

1. Perspectiva

A categoria perspectiva apresenta o que as entrevistadas esperam do futuro no que tange à formação profissional escolhida, a partir do seu ingresso no mercado de trabalho. Desse modo, os relatos demonstram de que modo as participantes enxergam as possibilidades de atuação no contexto laboral, partindo das experiências vivenciadas e do modo como concebem as relações laborais a partir das questões relacionadas ao gênero.

“Vamos ver se abre um espaço para mulher né, porque o mercado de trabalho é meio restrito nessa área para mulher” (E1).

A participante E1 reconhece que o mercado de trabalho impõe barreiras à participação feminina na área de mecânica e que as possibilidades de atuação profissional para elas são bem mais escassas. Apesar de reconhecer as dificuldades impostas às mulheres para inserção no mundo do trabalho, no que concerne à área da mecânica, a entrevistada mantém uma expectativa positiva quanto à possibilidade de abertura de espaço e oportunidades para elas, acreditando num cenário de mudanças que favoreça a inclusão das mulheres no mencionado setor.

“Emprego na área de mecânica, pelo menos aqui na Paraíba, em João Pessoa, é muito difícil, é muito difícil estágio essas coisas, então eu optei pela área de produção que pega um leque bem maior e mais oportunidade” (E3).

Em sua fala, a entrevistada E3 relata a experiência de dificuldade de estágio para mulheres na área de mecânica, o que, por reflexo, também se estende para a atuação profissional. Ao deparar-se com o cenário de possíveis dificuldades, a participante optou por enveredar por outra área, especificamente a área de produção, por considerar que teria mais oportunidades. O relato expõe que as discentes acabam sendo forçadas a adequar suas escolhas profissionais ao que o mercado de trabalho aceita com maior naturalidade, com o objetivo encaixar-se no

perfil profissional que possa lhes oferecer maiores oportunidades de atuação, mesmo que isso implique no distanciamento do objetivo inicial de formação.

“Já falaram que deveria continuar sendo professora. Quando a gente sair do curso técnico e do curso superior, a gente vai continuar convivendo com a maioria do público masculino, então se você não tem uma força de vontade maior, você não fica, porque você vai ter infelizmente na indústria situações do tipo alguns respeitam outros não, por não ser homem, ser mulher” (E2).

A fala da entrevistada E2 retrata a experiência pessoal de ser aconselhada a seguir a carreira docente, atribuição esta entendida, do ponto de vista social e cultural, como mais adequada ao perfil feminino, em oposição à área de mecânica. O relato aponta para compreensão de que a realidade presente nas salas de aula, com a participação reduzida do número de discentes do sexo feminino, também repercute no exercício profissional, no qual essas mulheres continuarão a ser minoria em tais ambientes e a enfrentar desafios relacionados à sua afirmação enquanto profissionais que desafiaram o destino socialmente imposto a elas. Assim, o relato da participante evidencia a percepção de que as situações vivenciadas no contexto da formação profissional e no convívio social e familiar estarão presentes no cotidiano laboral requerendo, dessa forma, o que a entrevistada denomina como “força de vontade” para conseguir se manter no mercado de trabalho. Diante de tais circunstâncias, a percepção da entrevistada é de que o futuro profissional na área da mecânica pode apresentar desafios peculiares para as profissionais do sexo feminino.

“Eu acabei de me formar então me desanima muito saber além da situação problemática do país, socioeconômica e política eu ainda vou ter que enfrentar o problema a mais que é a discriminação por ser mulher isso não deveria existir, é como se a sociedade tivesse dizendo que sou incapaz por conta do meu gênero” (E4).

A entrevistada E4 menciona, enquanto perspectiva relacionada ao futuro profissional, o desânimo diante da consciência dos problemas que enfrentará ao ingressar no mundo do trabalho, em uma área majoritariamente ocupada por

homens. A participante aponta que para além das dificuldades que são inerentes aos homens e às mulheres, provenientes do contexto socioeconômico, crises e demais fatores, as mulheres enfrentam uma série de barreiras a mais, provenientes das circunstâncias relacionadas à desigualdade de gênero, o que, na perspectiva de quem está ingressando na profissão, aparece como um fator negativo.

Segundo Teixeira (2017), a segregação feminina no mercado de trabalho, a partir da concepção da teoria da discriminação, está relacionada ao conjunto de três comportamentos discriminatórios: do empregador, que prefere empregar um homem para o desempenho de determinadas atividades, do trabalhador e do consumidor – relacionados a essas atividades – que buscam ou preferem interagir com trabalhadores do sexo masculino. A reunião desses comportamentos acaba resultando na baixa ocupação feminina em tais atividades e, conseqüentemente, na procura reduzida por formação profissional de mulheres nessas áreas, a partir de um contexto estabelecido por meio da discriminação. É importante ressaltar que as preferências apontadas para execução de tais tarefas estão associadas aos estereótipos construídos para designar os perfis profissionais de homens e mulheres, que acabam por induzir um comportamento social discriminatório de empregadores, colegas de trabalho e consumidores.

Embora os relatos das entrevistadas, sobre a expectativa de ingresso no mundo do trabalho, apontem para a consciência da existência de dificuldades e desafios relacionados ao contexto de desigualdade de gênero, bem como para a consciência de que a opção por ingressar em uma área culturalmente associada à figura masculina as coloca diante de obstáculos para o exercício da profissão escolhida, também são registradas perspectivas positivas, que expressam confiança em um processo de mudanças.

“Acho que cada vez mais a mulher vai buscar um espaço que ela deseja desempenhar, acho que talvez possam vir grandes avanços no futuro” (E5).

Ao mencionar a ideia de avanços futuros, a entrevistada demonstra acreditar na transformação do cenário atual e reconhece que a inclusão de mulheres nos espaços entendidos como inapropriados para estas representa um grande avanço. Destaca, ainda, que acredita na busca pela ocupação desses espaços por parte das mulheres. É importante destacar que as transformações e avanços sociais são

resultado das mudanças que se dão no cotidiano, pela alteração de comportamentos e costumes na direção da superação de uma realidade que não mais atende aos anseios sociais.

2. Obstáculos

A categoria obstáculos apresenta as falas das participantes relativas às dificuldades já vivenciadas, testemunhadas e compartilhadas pelas participantes no contexto laboral, dificuldades estas relacionadas, especificamente, com a questão do gênero. Nessa categoria, também são registradas as circunstâncias em que o fato de ser mulher foi determinante para estabelecer uma situação de desvantagem em relação aos profissionais do sexo masculino.

“Na antiga empresa que trabalhava, existia uma vaga para a função de coordenador, porém, em conversa comigo, disseram que a vaga seria mais apropriada para homem. Eu me senti um pouco desvalorizada, eu vi que aquela empresa não era para mim, que ela não iria valorizar o sexo feminino, foi então que eu pedi demissão” (E1).

“Uma vez eu fui fazer uma entrevista para inspetor de produção numa empresa aqui no distrito industrial, eram duas vagas, quatro pessoas inscritas, dois homens e duas mulheres. O coordenador chegou para mim e falou assim: ‘nossa, como é que você vai se impor perante a equipe, só tem homem?’ No final das contas ele eliminou as duas mulheres e contratou os dois homens” (E3).

As falas das entrevistadas E1 e E3 expressam o modo como a concepção acerca do poder dos estereótipos sexuais no mundo do trabalho, conforme descreve Hirata (1995), se apresenta no cotidiano das mulheres que enveredam em profissões culturalmente associadas ao gênero masculino. A partir dessa visão, a figura do homem, associada à virilidade, é perfeitamente incorporada e aceita para execução de tarefas que exigem maior força, determinação e coragem, por sua vez, a mulher é associada às tarefas relacionadas à leveza, cuidado e paciência. Nesse cenário é que se manifesta a segregação ocupacional, enquanto característica marcante do mercado de trabalho, que se dá, conforme assevera Teixeira (2017), de

forma horizontal, ao estabelecer a ocupação desigual de postos de trabalho, através da compreensão de que determinadas atividades são mais adequadas a um profissional de um gênero específico; ou de forma vertical, ao estabelecer desigualdades hierárquicas dentro da mesma área de atuação, tendo como critério o gênero. Esses estereótipos e comportamentos incorporados ao mundo do trabalho acabam fortalecendo uma série de situações de desigualdade, entre elas de oportunidades, de desenvolvimento profissional e de salários entre homens e mulheres.

“É como se você não pudesse mostrar sensibilidade. Sensibilidade só fica em casa, lá fora é outra história, como se fosse uma espécie de proteção, eu preciso me proteger, qualquer coisa muitas vezes até uma risadinha é motivo de cautela, aí fica difícil. A gente já vive com pressão de estudar, de ter um trabalho produtivo e ainda pensar como se comportar, como não ser você mesmo; é muito complicado, muito difícil” (E2).

A fala da participante E2 chama atenção, mais uma vez, para a associação de estereótipos no desempenho de determinadas atividades. A entrevistada relata a necessidade de inibir determinados comportamentos e características, no caso em questão, a sensibilidade ou feminilidade, como forma de proteção. Desse modo, ao ingressar em um ambiente socialmente não apropriado ao exercício profissional feminino, ou seja, dominado pela presença masculina, as mulheres precisariam adequar a própria postura e comportamento como forma de evitar situações desagradáveis. A situação narrada aparece enquanto obstáculo estritamente relacionado ao gênero feminino no mundo do trabalho. É vista a necessidade de policiamento do próprio comportamento para evitar interpretações equivocadas por parte dos demais colegas, comportamento este não relacionado ao padrão comportamental profissional, exigido indistintamente e necessário ao exercício de qualquer profissão, mas relacionado à sua proteção enquanto mulher.

“O fato de ser mulher dificulta um pouco, na hora de uma entrevista a pessoa já olha e trata diferente, a experiência nem importa às vezes diante do que o entrevistador vai querer. Muitos preferem empregar homens, considerando a possibilidade de gravidez. Isso é chato e desanimador... Durante uma entrevista de

emprego, o entrevistador me assediou, eu acho que é uma coisa que não aconteceria com homem” (E4).

O relato da entrevistada E4 apresenta dois pontos significativos enquanto obstáculos relacionados à participação feminina no mundo do trabalho. O primeiro deles, relacionado à resistência de alguns empregadores quanto à contratação de mulheres, motivada pelo receio da possibilidade de uma gravidez, que implica, necessariamente, no afastamento temporário das atividades laborais. É válido destacar que muitas mulheres acabam não retornando ao mercado de trabalho, após a experiência da maternidade, motivadas, muitas vezes, pela sensação de não cumprimento adequado da função materna, relacionada justamente pela cobrança social em relação à tarefa de cuidar dos filhos.

Outra questão apontada na fala da referida participante, enquanto obstáculo presente no contexto laboral, especificamente relacionado à figura feminina, trata-se do assédio. Através do relato de uma experiência própria, a entrevistada apresenta mais um problema enfrentado por muitas mulheres: os casos de assédio sexual e moral nas relações de trabalho. Esses tipos de violência, praticadas tanto pelo superior hierárquico como também por colegas de trabalho, resultam em consequências por vezes traumáticas e no abandono de postos de trabalho. Ao retomarmos ao relato da participante E2, que trata da necessidade, por parte das mulheres, de se proteger através da adequação de seus comportamentos, é possível perceber a concepção social de que esse tipo de violência pode ser mitigada a partir da mudança do comportamento daquelas que são vítimas, em detrimento da mudança de comportamento daqueles que praticam esse tipo de ação.

“Se consolidar no mercado mesmo, atuação na indústria. Porque a maioria das mulheres que eu conheço, que fez mecânica [graduação] ou técnico em mecânica, enveredou pelo caminho da academia para dar aula como professoras, acho que não se sentem confortáveis em seguir a área no mercado de atuação profissional” (E5).

A participante E5 ressalta a aceitação ou consolidação no mercado de trabalho, em uma área dominada pela presença masculina, como o obstáculo a ser

enfrentado pelas mulheres no contexto laboral. A fala ressalta um dos aspectos relativos à divisão sexual do trabalho que, conforme assevera Hirata (2017) e embora passe por um movimento de constante mudança na sua forma de organização, mantém formas de segregação e hierarquização preexistentes, resultando na manutenção de desigualdades. Ainda conforme a autora, as mulheres não têm acesso às mesmas profissões que os homens, o que, por consequência, acaba reduzindo as possibilidades de atuação feminina e fazendo prevalecer aquilo que em praticamente todos os países industrializados é uma realidade: o princípio hierárquico de que o trabalho masculino tem valor superior ao trabalho feminino.

Os obstáculos apresentados pelas falas das participantes ilustram de que modo a desigualdade de gênero atua enquanto desafio para a concretização de direitos básicos, como o acesso às oportunidades de trabalho, à liberdade de escolha e às possibilidades de ascensão na carreira escolhida.

IV. MULHER

1. Ser mulher

Na última categoria, são apresentados os relatos referentes ao modo como as entrevistadas percebem o ser mulher, como se sentem enquanto pertencentes ao gênero feminino, diante das circunstâncias que envolvem a formação profissional e o seu exercício no mundo do trabalho. Os relatos expõem a reflexão delas sobre o papel das mulheres na sociedade e no mundo do trabalho, bem como expressam a valorização de suas competências e potencialidades.

Ao refletir sobre as questões e desafios que são impostos às mulheres no convívio social e no mundo do trabalho, principalmente ao considerar as especificidades relacionadas à formação e atuação em áreas como a mecânica, as entrevistadas demonstram autoconfiança e ressaltam que algumas características, entendidas por elas como inerentes à figura feminina, podem contribuir de maneira bastante positiva na execução de tarefas em tais áreas. Os relatos apontam para uma tentativa de valorizar a atuação feminina e evidenciar que as mulheres podem, de fato, exercer a profissão que escolheram.

“A mulher é mais organizada e mais atenta, o que pode ajudar muito em ramos como o mecânico” (E1).

“Eu sou o que eu quero, o que eu escolhi ser, independente de ser mulher ou não. Nós mulheres temos capacidade e inteligência, até porque nós somos multifuncionais, a mulher hoje em dia é mãe, é profissional, é dona de casa e a gente consegue lidar com todas essas coisas. Eu tenho muito orgulho de ser mulher e conseguir levar, na sociedade em que a gente vive hoje, todas essas partes, trabalhar, estudar e ser uma profissional competente” (E2).

Especificamente com relação ao relato da participante E2, percebe-se como os discursos presentes na sociedade interferem no modo como os desafios profissionais se apresentam para as mulheres que ingressam em áreas dominadas pela presença masculina. Conforme Foucault (1999, p. 30), “... o poder se exerce mais que se possui”. Desse modo, os meios produtores de ideias reproduzem e

perpetuam as relações de poder, através de ações e discursos que naturalizam e incentivam a incorporação de determinados comportamentos. Inegavelmente, a figura masculina deteve, ao longo da história, o poder de domínio sobre as relações familiares, sociais e, conseqüentemente, na esfera do mundo do trabalho, às mulheres coube um longo caminho de luta pelo reconhecimento de direitos e de igualdade. Embora várias conquistas tenham sido alcançadas, o que se percebe na sociedade atual é a persistência de situações de desigualdade fundamentadas no gênero e fortalecidas por construções sociais sobre os papéis atribuídos a partir dele.

O direito de escolher, com liberdade, a formação profissional com a qual haja identificação, aliado à possibilidade de exercer a profissão escolhida em condições de igualdade com seus pares do sexo masculino, ainda é uma questão que permeia o percurso da formação profissional das mulheres. Somados a tais circunstâncias, uma série de outros fatores, ligados essencialmente à condição feminina, ainda são considerados no momento de decidir por uma formação profissional. Mesmo diante do reconhecimento dos desafios impostos como consequência da soma dos papéis atribuídos à mulher na sociedade atual, o relato da entrevistada E2 demonstra uma postura confiante ao destacar a força, a capacidade e a competência como características femininas determinantes, como forma de valorizar e destacar a atuação destas no mundo do trabalho.

“Tem muita mulher bem mais qualificada que muito homem, é só uma questão de barreira, às vezes até preconceito dela mesmo que ela não consegue perceber” (E3).

A participante E3 menciona que o preconceito, presente por vezes na própria mulher, pode impedir a superação de barreiras. O relato apresenta como o processo de naturalização dos papéis atribuídos aos gêneros, enquanto resultado de uma construção social, interferem naquilo que a sociedade, de maneira geral, entende por aceitável. Ao passo que a desigualdade é incorporada aos discursos como uma consequência natural, relacionada ao fato de ter nascido como pertencente ao sexo masculino ou feminino, torna-se algo inquestionável e, por consequência, imutável, não necessitando, desse modo, de nenhuma espécie de reflexão sobre as causas ou efeitos provenientes desse contexto.

Uma vez naturalizado um determinado comportamento ou ideal, a consequência é a aceitação social daquilo que se estabelece enquanto padrão de conduta a ser seguido, disciplinando posturas e comportamentos que levam à perpetuação desse cenário, inclusive por parte daqueles que sofrem seus efeitos. Foucault (1999) assevera que o poder não é exercido por si mesmo, nem algo que possa ser mensurado, mas que emerge a partir de mecanismos oriundos das relações que se estabelecem.

Desse modo, o poder manifesta-se como resultado do efeito conjunto entre o posicionamento de quem exerce o domínio e a posição dos que são dominados. Vale destacar que a mencionada aceitação não se dá por meio da adesão voluntária, ou por meio do uso de violência ou força de imposição, mas pela construção dessas concepções que, revestidas de padrão social a ser seguido, transformam as objeções ao referido padrão em questões difíceis de serem percebidas ou questionadas. A consciência e reconhecimento das dificuldades e desigualdades enfrentadas pelas mulheres, principalmente no exercício de determinadas profissões, aliados à consciência da capacidade de superá-las, representam um passo importante no caminho rumo à superação do modelo social que prega a limitação de possibilidades à figura feminina.

“A mulher pode fazer o que ela quiser, tanto na carreira profissional ou pessoal, pode ser ou fazer o que ela quiser, depende da vontade dela” (E4).

“As mulheres podem desempenhar o papel que elas quiserem em qualquer área” (E5).

A contestação das limitações impostas à figura feminina representa um instrumento de superação de padrões sociais estabelecidos que dificultam o exercício pleno da cidadania, uma vez que, embora a sociedade ocidental moderna estabeleça uma série de direitos destinados à garantia de igualdade entre os sexos, mulheres e homens não exercem tais direitos da mesma forma, não estão sujeitos às mesmas condições para exercício destes, nem limitados pelas mesmas barreiras culturais. Ao destacarem, em suas falas, que o papel a ser desempenhado pelas mulheres, tanto na esfera profissional como nas demais áreas de atuação, está relacionado ao seu poder de escolha e autodeterminação, as participantes

evidenciam a não aceitação de padrões sociais e culturais que subestimem sua capacidade, bem como de discursos que atribuem aos fatores físicos ou biológicos a justificativa para determinação de seus destinos e escolhas.

6. PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional, aqui apresentado, foi desenvolvido após a coleta e análise dos dados, realizadas com os discentes do curso técnico em mecânica subsequente ao ensino médio, do Instituto Federal da Paraíba, *Campus* João Pessoa. Através da análise dos dados levantados, principalmente a partir dos discursos proferidos pelas discentes do sexo feminino, foi possível identificar quais os principais desafios da participação feminina na formação profissional e de que modo questões relacionadas ao gênero interferem na trajetória escolar dessas discentes. A partir das questões apresentadas, foi possível identificar alternativas capazes de contribuir para a melhoria do cenário evidenciado.

Desse modo, tendo em vista os resultados alcançados, pensamos ser pertinente, enquanto proposta de produto educacional, a elaboração de uma cartilha em formato digital, que servirá como material de apoio para os docentes. O material tem como principal objetivo a promoção da reflexão e conscientização sobre a importância da abordagem da desigualdade de gênero no âmbito dos cursos de formação profissional.

6.1 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

Cartilha: “Mulher e educação profissional: sim, elas podem!”

6.1.1 Contextualização e Descrição

Conforme assevera Kaplun (2003), o material educacional não é necessariamente um objeto transmissor de informação ou conteúdo, podendo também ser compreendido enquanto prática facilitadora da aprendizagem, por meio da qual se proporcionam experiências enriquecedoras e reflexivas em diversos sentidos: afetivo, conceitual, atitudinal, etc. Para tanto, o autor destaca que o processo de criação de um produto educativo fundamenta-se em três eixos básicos: conceitual, pedagógico e comunicacional. Por sua vez, Zabala (1998), através da análise da tipologia dos conteúdos, nos chama atenção para necessidade de compreender a aprendizagem para além da transmissão de conceitos, considerando aspectos procedimentais e atitudinais para a promoção de uma aprendizagem

significativa. Desse modo, enquanto fundamentação teórica, nossa proposta de produto educacional foi pautada pela concepção metodológica dos mencionados autores.

Ao trabalharmos a presença feminina no contexto da educação profissional, buscamos promover o debate acerca dos desafios dessas discentes em espaços culturalmente associados ao perfil masculino, de modo a contribuir para reflexão sobre a referida temática, através da abordagem de questões relacionadas à igualdade de gênero, respeito e inclusão. No que tange ao aspecto conceitual que, conforme Kaplun (2003), relaciona-se com o domínio do tema a ser trabalhado, com conceitos e debates sobre este, destacamos que a discussão tem como fundamento teórico as questões relacionadas à desigualdade de gênero e à compreensão sobre a construção social do papel da mulher na sociedade e seus impactos no contexto laboral, a partir de autores que são referência nesse contexto. Associados a este cenário, destacamos o papel da escola, em especial, quando se trata de cursos de educação profissional, modalidade de ensino diretamente relacionada à preparação para o ingresso no mundo do trabalho.

No que concerne ao eixo pedagógico, entendido por Kaplun (2003) como o caminho que convidamos o público alvo a percorrer, o material proposto foi construído a partir da necessidade apontada pelos discentes de se discutir, no âmbito dos cursos de formação profissional, questões relacionadas à desigualdade de gênero no contexto social e no mundo do trabalho. Partindo da concepção de que o docente é uma figura demasiadamente importante na condução das discussões e encaminhamentos, acreditamos ser pertinente que estes sejam contemplados com um material que possa servir de apoio para tais ações. Desse modo, o material apresenta conceitos importantes para compreensão da temática, aponta questões relativas ao contexto educacional e, especificamente, à educação profissional. Além disso, expõe os relatos das discentes quanto à trajetória da sua formação profissional e aponta questões para reflexão e sugestões de abordagem da temática em sala de aula.

Quanto aos aspectos atitudinais, entendidos, conforme Zabala (1998), a partir da perspectiva de valores, atitudes e normas destinados ao enfoque globalizador e da formação integral do discente, a proposta apresenta uma alternativa para a construção de um ensino mais humano, ao debater questões presentes na sociedade – questões essas que interferem no convívio social e profissional dos

indivíduos. Conforme assevera Freire (1980), a educação enquanto prática libertadora corresponde efetivamente à ideia de conscientização, ao ato de criar o conhecimento que se manifesta pela ação e pela reflexão, sendo este o caminho capaz de promover as transformações esperadas no seio social. O material proporciona aos docentes a oportunidade de refletir sobre situações muitas vezes entendidas como naturais ou corriqueiras, mas que refletem questões profundas da sociedade e, principalmente, da trajetória de formação profissional de mulheres em determinadas áreas. As sugestões de abordagem do tema buscam contemplar, através de metodologias ativas, a participação dos discentes como sujeitos do processo de aprendizagem.

Considerando os aspectos procedimentais que, conforme Zabala (1998, p.45), “representam um conjunto de ações ordenadas e com um fim”, o produto educacional, desenvolvido em forma de cartilha, está organizado, de modo a facilitar seu manuseio e a experiência de aprendizagem, em:

- Apresentação: que traz uma breve explicação sobre a justificativa e objetivo do material;
- Temas abordados: apresenta informações e conceitos importantes para compreensão da temática, elaborados pela pesquisadora, a partir de autores citados nas referências da Cartilha;
- Relatos de discentes do sexo feminino quanto à sua trajetória de formação profissional e reflexão sobre tais falas;
- Sugestões de atividades para trabalhar a temática em sala de aula e;
- Dicas de canais disponíveis no Youtube para aprofundamento da temática.

Por fim, no que se refere ao aspecto comunicacional, entendido por Kaplún (2004) como o meio pelo qual se dá a transmissão da mensagem ao público-alvo, a cartilha, enquanto produto que busca explorar questões presentes na sociedade, tem por objetivo estimular a reflexão dos docentes sobre a importância de discutir a temática da desigualdade de gênero no contexto escolar. Assim, buscou-se atender a tal quesito para elaboração de material educacional, ao adotar uma linguagem de fácil compreensão, uma diagramação e um visual atrativos e a disponibilização do material em meio virtual ou para impressão.

Figura 1: Capa Cartilha



Fonte: Autor (2020)

Figura 2: Discutindo gênero



Fonte: Autor (2020)

Figura 3: Saiba mais



Fonte: Autor (2020)

6.1.2 Elaboração e disponibilização

Para elaboração da cartilha, foi utilizada a ferramenta de criação gráfica Canva. O Canva possibilita a criação das mais diversas peças gráficas, através de templates disponibilizados de forma gratuita no endereço: <https://www.canva.com/>. No que tange à disponibilização da referida cartilha, ela pode ser acessada através do link para visualização: <https://bit.ly/3eRCos8>. Enquanto produto oriundo de uma pesquisa de mestrado, a cartilha elaborada também estará disponível na Plataforma EDUCAPES, vinculada à dissertação, bem como na versão PDF para impressão, disponível no apêndice A do presente trabalho.

6.1.3 Aplicação/validação

A título de aplicação e validação do produto educacional desenvolvido, a partir da compreensão de que a construção de uma proposta de material educacional deve assegurar a participação do público alvo, submetemos a proposta inicial à apreciação dos 21 (vinte e um) docentes que compõem o quadro de professores do curso técnico em mecânica, subsequente ao ensino médio, sendo 03 (três) participantes do sexo feminino e 18 (dezoito) participantes do sexo masculino.

A proposta inicial da cartilha e o link para o formulário de avaliação foram encaminhados aos docentes via e-mail institucional. Os docentes receberam um

convite formal para participar da avaliação do referido material, ao tempo em que foram esclarecidos sobre os objetivos do trabalho.

O formulário de avaliação foi elaborado a partir do Google Forms, aplicativo de gerenciamento de pesquisas do Google, tendo como referência para sua elaboração a compreensão desenvolvida por Leite (2018). A referida autora apresenta uma série de questões que devem nortear a avaliação de produtos educacionais no âmbito de mestrados profissionais na área de ensino. Ainda de acordo com a mencionada autora:

(...) considero ser necessário assegurar que os produtos educacionais criados em mestrados profissionais na área de ensino, em especial os materiais textuais destinados a professores, sejam produzidos e avaliados de modo coletivo, considerando as especificidades do público alvo a que se destinam; sejam elaborados a partir de metodologia que contemple aspectos comunicacionais, pedagógicos, teóricos e críticos; e que sejam validados a partir de eixos e descritores específicos. (LEITE, 2018, p. 338)

Desse modo, tendo como fundamento teórico para sua elaboração os descritores apontados por Leite (2018), com as devidas adequações inerentes à especificidade do material proposto, o formulário de avaliação do produto buscou contemplar os seguintes pontos: estética e organização do material educativo; capítulos do material educativo; estilo de escrita apresentado no material educativo; conteúdo apresentado no material educativo; propostas didáticas apresentadas no material educativo e criticidade apresentada no material educativo. Para tanto, o formulário de avaliação contou com 14 (quatorze) quesitos fechados, estruturados a partir da escala de *Likert*, para medir o nível de concordância ou não concordância com as afirmações apresentadas, com quatro níveis de respostas e 03 (três) questões abertas, que permitem a avaliação a partir de impressões e sugestões dos avaliadores.

Após 20 dias da data de envio do material, período em que novos contatos foram realizados, com o auxílio da coordenação do curso e objetivando confirmar o recebimento da cartilha pelos docentes, foi então iniciada a análise das avaliações encaminhadas. Cabe destacar que apenas 05 (cinco), dos 21 (vinte e um) docentes convidados, responderam ao questionário de avaliação do material disponibilizado.

No que tange aos quesitos fechados, que buscaram analisar o material a partir dos descritores já mencionados, diante da afirmação de que o material promove o diálogo entre o texto verbal e o visual, 04 (quatro) participantes concordaram totalmente ou um pouco com a referida afirmação, apenas 01 (um) participante discordou um pouco. Para 04 (quatro) participantes, a forma de apresentar os referenciais teóricos utilizados é clara e de fácil entendimento, bem como apresenta conceitos e argumentos claros. Entre os respondentes, 04 (quatro) consideraram que o material atende aos objetivos propostos, bem como concordam totalmente que o material apresentado suscita reflexões. Ainda nesse sentido, 04 participantes consideraram que as atividades, propostas pelo material, problematizam o conteúdo apresentado.

Quanto às questões abertas, no primeiro quesito, os participantes foram convidados a responder se o material apresentado necessitava de adequações e quais seriam. Os participantes que responderam positivamente apresentaram os seguintes argumentos: “buscar opiniões de docentes do gênero feminino, pois estas poderiam trazer relatos de suas experiências desde quando decidiram ingressar como discente até sua atuação como profissional, numa área ‘considerada’ como de atuação masculina”; “deveria ser estimulada uma pesquisa com o sexo masculino, para interagir e verificar o posicionamento do homem na conclusão da pesquisa”; “apresentar sugestões da instituição para solução do problema”; “apenas algumas correções ortográficas”.

Os três primeiros apontamentos indicam que os docentes participantes têm interesse pelo tema ao sugerirem questões que aprofundam o debate, expandindo o recorte que foi dado ao estudo com a inclusão de outros grupos da comunidade escolar. Desse modo, os pontos apresentados não são considerados adequações, mas sim, sugestões para ampliação da temática. Destacamos que o foco do trabalho foi trazer a percepção de discentes do sexo feminino, mas, a partir das sugestões apresentadas, registramos a necessidade de novos estudos que possam abordar outros olhares sobre a temática.

No segundo quesito, quando indagados se alguma questão apresentada na cartilha não ficou clara, bem como qual seria, todos os participantes responderam negativamente.

Por fim, ao serem convidados a deixar suas impressões ou sugestões para o aprimoramento do material, mais uma vez as respostas versaram, entre outras

questões, sobre a inclusão de outras perspectivas. “Gostaria de ver discussão sobre o ponto de vista de docentes e como eles tentam a lidar com o tema. O que a Instituição faz em relação a este problema? Existem grupos de apoio? Quais as sugestões de coordenadores e dirigentes?”. Para além da proposta de inclusão da fala de outros grupos, o que foge do objetivo do trabalho proposto, o docente apresenta indagações sobre o papel da instituição, dos dirigentes e coordenadores, o que parece sugerir que o material despertou inquietação sobre a temática, de maneira positiva.

Outra sugestão apresentada foi: “Vivenciar o curso e suas peculiaridades”. A colocação parece sugerir a discordância com o que foi apresentado pelo material, ao sugerir que, de fato, as características inerentes ao curso, por si só, justificariam a baixa procura por parte das mulheres e o número elevado de discentes do sexo feminino que evadem do referido curso.

Os demais participantes registraram apenas suas impressões com relação ao material apresentado. “Gostei. Foi interessante o layout do documento, criativo e a forma de apresentação do texto, menos densa, o que torna a leitura mais leve”; “O material tem uma boa abordagem, acredito que a procura maior pelo sexo masculino aos cursos retrata, em parte, o desenvolvimento industrial e a tradição imposta pela sociedade aos homens e mulheres”.

Após a análise das avaliações, a partir das impressões e colaborações apresentadas, foram realizados os ajustes necessários e concluída a versão final do produto educacional.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o atual momento histórico do nosso país, em que o acirramento entre posicionamentos políticos estabelece um cenário de embates constantes, por vezes utilizados para desmerecer pautas de extrema relevância social, discutir desigualdade de gênero torna-se um desafio, mesmo se tratando do ambiente escolar que, por sua natureza, apresenta-se como um espaço propício ao debate e à reflexão. É preciso destacar que mesmo diante de um quadro de avanços direcionados a garantir a igualdade de direitos entre homens e mulheres, bem como o fato destas terem alcançado patamares cada vez altos no contexto social, familiar, educacional e laboral, muitos ainda são os obstáculos presentes e alimentados por nossa sociedade para concretização efetiva dessa igualdade.

Conforme assevera Saffioti (1987), a concepção de uma identidade social é utilizada pela sociedade para definir o modo como se compreende e constrói os papéis do homem e da mulher em seu seio. A partir de tais papéis, se estabelece uma espécie de hierarquia da qual o homem, mesmo considerando as questões relacionadas à classe social ou de ordem racial, figura historicamente em posição de supremacia. Esse cenário acaba por naturalizar determinados comportamentos, fazendo com que situações de discriminação, por vezes, sejam invisibilizadas.

Ao inserir a igualdade de gênero como um dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030, a ONU aponta para o quanto tal problemática ainda se faz presente no mundo moderno, bem como reconhece a necessidade garantir, entre outras ações, a igualdade de oportunidades e efetiva participação feminina na vida política, econômica e pública, além da eliminação de qualquer tipo de discriminação contra as mulheres.

Nessa perspectiva, considera-se o ambiente escolar e, no contexto específico deste trabalho, a educação profissional como ambientes propícios à construção de uma consciência crítica por parte dos indivíduos. Desse modo, estudos que estimulem e promovam a reflexão sobre problemáticas que permeiam a vida em sociedade, a partir do contexto educacional, são de considerável relevância. Tal entendimento parte da compreensão de que a formação integral dos discentes deve contemplar aspectos relacionados às questões sociais e culturais ao seu redor.

Assim, o presente estudo propôs, enquanto objetivo geral de pesquisa, investigar os sentidos e desafios da formação profissional feminina em cursos majoritariamente

ocupados por homens. Buscou-se compreender, a partir dos relatos das discentes matriculadas no curso técnico em mecânica, de que modo questões relacionadas ao gênero estão presentes na trajetória de formação profissional dessas mulheres, bem como de que maneira o fato de ser mulher se apresenta enquanto questão que distingue ou limita as oportunidades profissionais dessas discentes. Para atender ao objetivo proposto, algumas etapas apresentaram-se como de fundamental importância, as quais representaram os objetivos específicos da pesquisa.

A reflexão sobre a participação feminina na educação profissional possibilitou a identificação de circunstâncias que apontam para a interferência da questão cultural no perfil de ingresso de discentes nos cursos técnicos do IFPB. Cursos de eixos tecnológicos, como controle e processos industriais, gestão de negócios, infraestrutura e produção industrial, culturalmente associados ao perfil masculino, são majoritariamente ocupados por homens. Enquanto isso, em cursos de eixos relacionados ao cuidado, característica culturalmente associada ao contexto feminino, como ambiente e saúde, desenvolvimento educacional e social, as mulheres representam a maioria dos discentes matriculados.

Os relatos das discentes entrevistadas apontaram questões relacionadas ao gênero que interferem ou estão presentes na trajetória escolar daquelas que ingressam em cursos com o perfil culturalmente associados à figura masculina. A dificuldade de disponibilidade de vagas para estágio, a baixa perspectiva de oportunidades de trabalho após a conclusão do curso e os questionamentos quanto à aptidão para determinadas tarefas são relatos que apontam para os obstáculos enfrentados pelas mulheres, que enveredam por áreas profissionais diferentes do que a sociedade concebe como mais adequadas para elas.

Os depoimentos coletados evidenciam a presença da consciência de gênero por parte das discentes ao destacarem, em seus relatos, a existência de situações que as colocam em posição de desigualdade, em relação aos colegas do sexo masculino, por fatores inerentes à condição feminina. Dessa forma, os relatos de relações sociais dessa natureza revelam que tais circunstâncias são efetivamente percebidas pelas participantes e manifestam-se ao longo da trajetória de sua formação.

Ainda como objetivo específico da pesquisa, buscou-se perceber, a partir dos relatos coletados, como a instituição de ensino pode contribuir para avanços no combate às desigualdades fundamentadas no gênero, bem como o que as discentes

entendem enquanto papel da escola nesse contexto. Os relatos nos permitem concluir que a escola tem um papel relevante enquanto rede de apoio às questões relacionadas à temática da desigualdade entre homens e mulheres, representando, a partir da perspectiva das discentes, uma possibilidade de mudança no cenário que se apresenta.

Assim, ainda como um dos objetivos específicos do presente trabalho, foi elaborada a cartilha intitulada “Mulheres e educação profissional: sim, elas podem!”. A referida cartilha, produzida a partir dos resultados do estudo realizado, tem como principal objetivo estimular o debate e a reflexão sobre a desigualdade de gênero no âmbito de cursos de educação profissional, a partir do corpo docente. Desse modo, o produto educacional apresenta-se como um material informativo que busca estimular a conscientização sobre a importância da temática, ao tempo em que pode ser utilizado enquanto material de apoio ao corpo docente para a condução de debates sobre o tema.

Neste sentido, considera-se que os objetivos da presente pesquisa foram alcançados, contudo, ressalta-se a necessidade de novos estudos que busquem investigar, a partir de outros olhares e perspectivas, o tema em questão, bem como de novas propostas educacionais direcionadas a contribuir para uma melhor abordagem da temática no âmbito educacional.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, Marisa. Relações de gênero no Brasil e Santa Catarina: reflexos de uma construção histórica. *In: Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas*. Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/marisa.%202%20doc.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

ALVAREZ, Teresa. Educar para a igualdade: gênero e cidadania. *In Congresso Internacional Cidadania(s)*, Porto, 2016 - "**Discursos e práticas [Em linha]: atas**". Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2007. ISBN 978-973-8830-97-7. p. 737-746. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/10400.2/7132>. Acesso em: 13 fev. 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed., rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

AUAD, Daniela. Relações de gênero na sala de aula: atividades de fronteira e jogos de separação nas práticas escolares. *In: Pro-Posições*, Campinas, v. 17, n. 3, p. 137-149, set./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/issue/view/1021>. Acesso em: 15 ago. 2019.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. reimp. São Paulo: Edições 70, 2011.

BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos Feministas. **Insurgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, vol. 1, n. 1, p. 198-210, jan./ jun. 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/16758/11894>. Acesso em: 18 out. 2018.

BONFIM, Carla Márcia Paiva Assis. **A situação das mulheres na educação profissional de nível médio: uma análise dos dados do censo escolar – 2001 a 2006**. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-4KSUH/disserta__o_carla_pdf.pdf?sequence=1. Acesso em 12 out.2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 47. ed. Brasília: Edições Câmara, 2015.

BRASIL. Decreto 5.154/2004, de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências**. Brasília, DF, 2004. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em: 05 jul. 2019.

BRASIL. INEP. **Indicadores de Fluxo Escolar da Educação Básica**. Brasília, DF, 2017. 13 p. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2017/apresentacao_indicadores_de_fluxo_escolar_da_educacao_basica.pdf. Acesso em: 25 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 03 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação - CAPES. **Documento de área 2016**. Disponível em http://capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/DOCUMENTO_AREA_ENSINO_24_MAIIO.pdf. Acesso em: 14 dez 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e a retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica E Tecnológica**. Brasília, DF, 2014. 52 p. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha** (Ano base 2018) 2019. Disponível em: <https://www.plataformanilopecanha.org/>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Auditoria operacional Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, DF, 2013. 2 p. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D92847B703AE5>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Clavatta, Maria. Formação integrada: caminhos para a construção de uma escola para os que vivem do trabalho. *In*: GREGÓRIO, Ana Nelly de Castro; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. (Org.). **O ensino médio integrado à educação profissional: concepções e construções a partir da implantação na rede pública estadual do Paraná**. Curitiba: SEED, 2008, v. 1, p. 77-90.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. cap. 03.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Diagnóstico da Participação Feminina no Poder Judiciário**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/05/cae277dd017bb4d4457755febf5eed9f.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 770–789, dez. 2011a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a07.pdf>. Acesso em: 25 out.2018.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. Primeira Seção - Capítulo 5. / por Ana Zuleima Lüscher e Rosemary Dore. **RBPG – Políticas, Sociedade e Educação**. Brasília, supl. 1, v. 8, p. 147-176, dezembro 2011b. <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/244/411>. Acesso em: 25 out. 2018.

DORE, Rosemary; CASTRO, Tatiana Lage de; SALES, Paula Elizabeth Nogueira. Educação Profissional e Evasão Escolar: estudo e resultado parcial de pesquisa sobre a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais. *In*: III Colóquio Internacional de Educação Profissional e Evasão Escolar. 3. 2013, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, UFMG, 2013. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/seminarios/iv-observatorio-da-educacao/Educacao_Profissional_e_Tecnologica/Educacao_profissional_e_evasao_escolar..._-_Rosemary_Dore.pdf. Acesso em 25 nov. 2018.

FERREIRA, Janaína da Silva; SANTOS, José Henrique dos. Modelos de formação continuada de professores: transitando entre o tradicional e o inovador nos macrocampos das práticas formativas. **Cadernos de Pesquisa**, Natal, v. 23, n. 3, p. 1-15, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/5795> Acesso em 14 dez. 2018.

FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. rev. Curitiba: IESDE, 2012.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; *et al.* Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02>. Acesso em: 01 dez de 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalheite. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREDENHAGEM, Sheyla; *et al.* A voz da evasão. **EIXO**, Brasília, v. 1, n. 2, p 2-19, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/issue/view/9/showToc>. Acesso em: 20 nov. 2018.

FREIRE, Paulo. **Conscientização. Teoria e prática**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes. 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra (Coleção Leitura), 2002.

GERGEN, Kenneth J. O movimento do construcionismo social na psicologia. **INTERthesis**. Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 299 – 325, jan./ jul. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/10976>. Acesso em: 20 nov. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ªEd. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.2, p. 57-63, mar/abr. 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000200008. Acesso em: 12 abr. 2019.

GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. Educação não sexista e não homofóbica: um caminho de múltiplas mãos na construção de um projeto educativo. *In*: GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes (Org.). **Gênero, diversidade sexual e educação**: conceituação e práticas de direitos e políticas públicas. João Pessoa: F&A, 2008, p. 38-51.

HIRATA, Helena. Divisão –Relações Sociais de Sexo e do Trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. **Em aberto**. Brasília, n. 65, p. 39-49, jan./mar. 1995.

HIRATA, Helena. O que mudou e o que permanece no panorama da desigualdade entre homens e mulheres? Divisão sexual do trabalho e relações de gênero numa perspectiva comparativa *In*: LEONE, Eugenia Troncoso; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. (Org.). **Mundo do trabalho das mulheres**: ampliar direitos e promover a igualdade. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres, Unicamp, IE, Cesit, 2017, p. 143 – 173.

HITATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v 37, n. 132, p. 595-609, set/dez.

2007. Tradução Fátima Murad. Disponível em:
<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>. Acesso em: 20 jul. 2019.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: PNAD Contínua. 1º trimestre de 2019. Disponível em:
https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/8ff41004968ad36306430c82eece3173.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2019_1tri.pdf. Acesso em: 14 jul. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA. **Plano de Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica**. Campus João Pessoa. 2010.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho Superior. **Regulamento do Programa do Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma_2018/Regulamento/Res_CS_22_2018_-_Regulamento.pdf. Acesso em: 14 dez. 2018.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, v. 27, pp. 46-60, 2003. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 20 mar. 2020.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos educacionais em mestrados profissionais na área de ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **Investigação Qualitativa em Educação**, Vitória, v.1, p. 330-339, 2018. Disponível em: <https://www.proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656>. Acesso em: 10 jun. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 101-132, 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71722/40669>. Acesso em: 10 jan. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petropolis: Vozes, 2003.

MACHADO, Márcia Rodrigues. **A evasão nos cursos de agropecuária e informática/ nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes – MG (2002 a 2006)**. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em:
http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8676/1/2009_MarciaRodriguesMachado.pdf. Acesso em: 01 nov.2018.

MELO, Hildete Pereira de; SERRANO, Franklin. A mulher como objeto da teoria Econômica. *In*: AGUIAR, Neuma. (Org.). **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 137 – 159.

MINAYO, Maria (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

MOURA, Dante Henrique. A relação entre a educação profissional e a educação básica na conae 2010: possibilidades e limites para a construção do novo plano nacional de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 875-894, jul/set. 2010.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL - ONU BR. **17 Objetivos para transformar o mundo**. Disponível: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acessado em: 10 jun. 2019.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, p. 137 – 151, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a11v1234.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2019.

NOSELLA, Paolo; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A educação em Gramsci. **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 25 – 33, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/20180/10526>. Acesso em: 14 nov. 2018.

OLIVEIRA, Paulo Alves de. **A mulher e o ensino-aprendizagem agropecuário: violência e bullying nas vivências e cotidianidades escolares**. 2018. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Instituto Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em 03 abr. 2019.

PARADIS, Clarisse. Mulheres como sujeitos ativos na construção de políticas públicas no Brasil. *In*: LEONE, Eugenia Troncoso; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. (Org.). **Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade**. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres, Unicamp, IE, Cesit, 2017, p. 175 – 192.

PELLISSARI, Lucas Barbosa. **O fetiche da tecnologia e o abandono escolar na visão de jovens que procuram a educação profissional técnica de nível médio**. 2012. 225 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/dissertacoes%20m2012/m2012_Lucas%20Barbosa%20Pelissari.pdf. Acesso em: 30 out. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E->

book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf. Acesso em: 05 nov. 2018.

RAMOS, Marise Nogueira. Concepção do Ensino Médio Integrado. *In*: ARAÚJO, Ronaldo; TEODORO, Elinilze. (Org.). **Ensino Médio Integrado no Pará como Política Pública**. Belém: SEDUC-PA, 2009, p. 144-182. Disponível em: <http://ambientedetestes2.tempsite.ws/ciencia-para-educacao/publicacao/ramos-m-n-concepcao-do-ensino-medio-integrado-in-araujo-ronaldo-teodoro-elinilze-org-ensino-medio-integrado-no-para-como-politica-publica-belem-seduc-pa-2009-v-p-144-182/>. Acesso em: 05 nov. 2018.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica**: como facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo: Atlas, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna LTDA, 1987.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Relações de gênero no trabalho informatizado bancário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 2, p. 147 – 168. 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4098384>. Acesso em: 10 nov. 2018.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação por escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/24527>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2018.

SOUZA, Juarina Ana da Silveira. Permanência e evasão escolar: um estudo de caso em uma instituição de ensino profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 6, p. 19-29, 2013. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3498>. Acesso em: 15 set. 2018.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**. Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017.

TADEU, Silney Alves. Mulher e trabalho na economia social: estereótipos e desigualdades e as teorias sobre as desigualdades entre os gêneros. **Espaço Jurídico: Journal of Law**, Chapecó, v. 19, n. 2, p. 141 – 150, jul./dez. 2008.

Disponível em:

<https://editora.unoesc.edu.br/index.php/espacojuridico/article/view/1913/981>. Acesso em: 10 nov. 2018.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. O que gera e perpetua a segregação, a discriminação e as desigualdades salariais. *In*: LEONE, Eugenia Troncoso; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. (Org.). **Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade**. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres, Unicamp, IE, Cesis, 2017, p. 67 – 86.

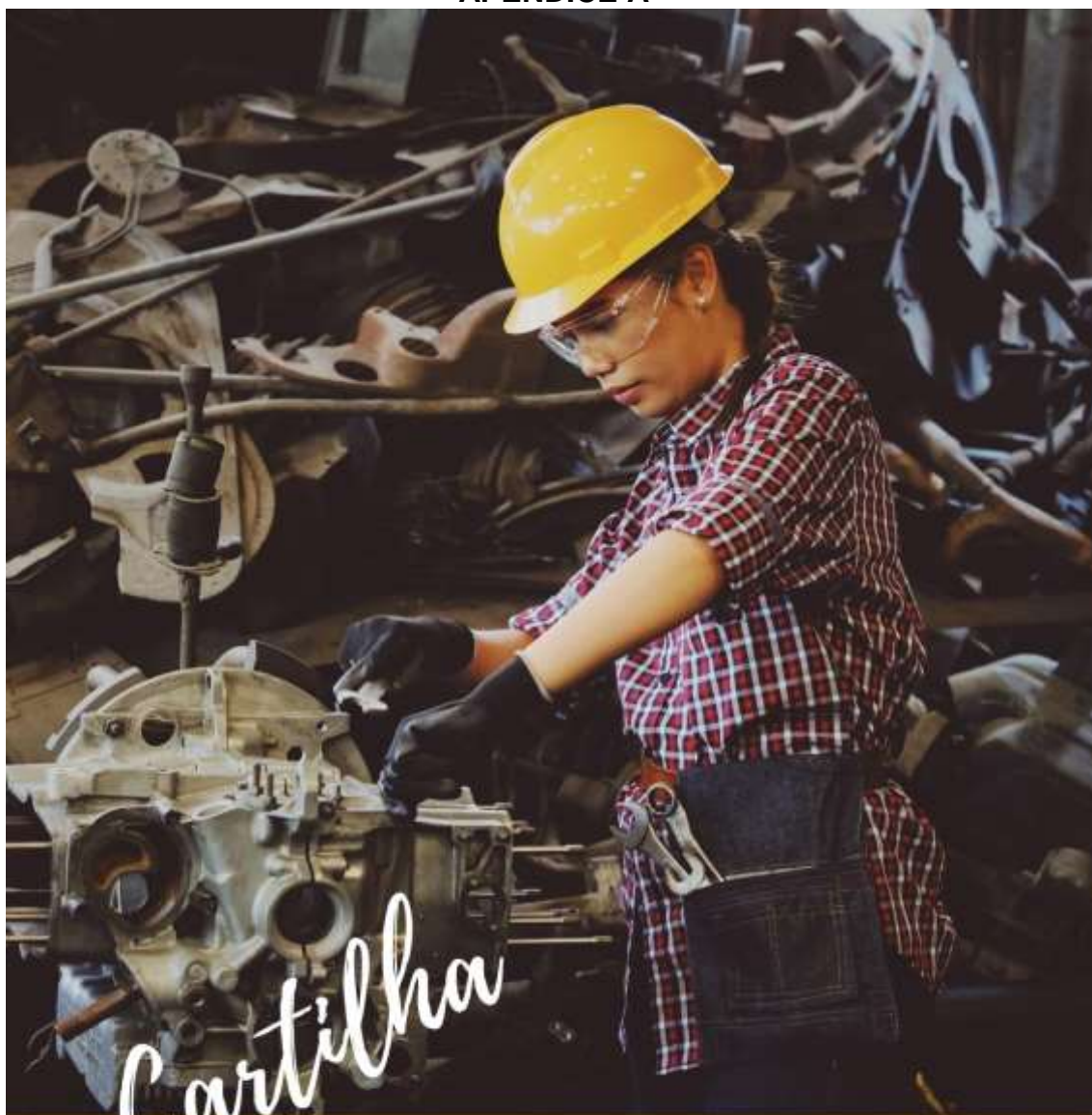
TRAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis**. vol.19, n.3, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000300013. Acesso em: 01 dez. 2018.

VIEIRA, Maria Clarisse; CRUZ, Karla Nascimento. A produção sobre a educação da mulher na educação de jovens e adultos. **Educação**, Santa Maria, v. 42, | n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2017. Disponível em: periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/. Acesso em: 10 nov.2018.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Tradução Ernani F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

APÊNDICE A



Mulher e Educação Profissional:
sim, elas podem!

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS JOÃO PESSOA
PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

AUTORES

Niedja de Freitas Pereira - mestranda
Degmar F. dos Anjos - orientador

Imagens
Canva

1ª Edição

João Pessoa - 2020

APRESENTAÇÃO

Olá
Professor(a)!

Esta cartilha reúne informações sobre a temática da desigualdade de gênero no âmbito da educação profissional, surge enquanto produto educacional elaborado a partir da pesquisa intitulada: “Convidadas a sair?” Sentidos e desafios da participação feminina na educação profissional, do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). O estudo buscou investigar o modo como se dá as relações de gênero no contexto de cursos de formação profissional, culturalmente associados ao perfil masculino. A cartilha representa uma oportunidade de melhor compreender os aspectos relevantes na trajetória da formação profissional dessas mulheres, bem como perceber de que modo questões relacionadas ao gênero estão presentes nas instituições de ensino profissional. Nosso objetivo é servir de instrumento para auxiliar na condução de propostas de abordagem do tema em sala de aula, bem como subsidiar a reflexão sobre o papel da escola enquanto ambiente propício à construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e aberta ao diálogo.

Os autores.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
DISCUTINDO GÊNERO	5
CONSTRUÇÃO DO PAPEL SOCIAL DA MULHER	7
MULHER E MUNDO DO TRABALHO	9
CONTEXTO EDUCACIONAL	11
CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	12
O QUE DIZEM AS DISCENTES?	15
PARA PENSAR...	20
SUGESTÕES PARA ABORDAGEM DO TEMA	21
SAIBA MAIS	26
REFERÊNCIAS	27

INTRODUÇÃO

Discutir questões relacionadas à desigualdade de gênero, em um momento histórico de acirramento político e de questionamentos no campo dos direitos sociais, representa uma oportunidade de fortalecer as conquistas até então alcançadas, bem como promover o debate no ambiente escolar sobre a importância de se repensar os discursos e atitudes que reforçam, ao tempo em que negam, as desigualdades entre homens e mulheres.

Importante frisar que, mesmo diante de um cenário de desigualdades fundamentadas no gênero, não há como negar que a presença feminina, nos mais variados âmbitos da vida social, é uma realidade. Quer seja na política, economia, mundo do trabalho, na educação ou nas mais diversas áreas de atuação, não há espaços onde elas não tenham conseguido chegar e provado sua capacidade. Entretanto, mesmo diante de tantos avanços na jornada de inclusão das mulheres no contexto econômico-social e mais especificamente no mundo do trabalho, os resquícios de um passado de submissão ainda deixam marcas e influenciam na concepção do papel social da mulher na sociedade atual. Esse contexto resulta em um quadro de desigualdades, por vezes naturalizado, que estabelece obstáculos à concretização de direitos e o exercício pleno da cidadania.

Desse modo, esta cartilha busca contribuir para o debate a cerca das desigualdades entre homens e mulheres, a partir do contexto da educação profissional, tendo como foco a trajetória de formação profissional feminina em áreas majoritariamente ocupadas por homens.

DISCUTINDO GÊNERO

Para iniciar o nosso percurso se faz importante destacar alguns aspectos relevantes para compreensão das questões relacionadas à desigualdade de gênero.

Mas o que é o gênero?

O gênero apresenta-se enquanto categoria de análise utilizada para melhor compreender a construção do masculino e feminino, ressaltando o caráter cultural que, para além das questões meramente físicas ou biológicas, fundamenta as relações entre os sexos. Desse modo, representa uma possibilidade de compreensão das diferenças entre homens e mulheres, para além da questão de ordem meramente natural, possibilitando que outros aspectos sejam considerados na tentativa de melhor compreender como a desigualdade entre os sexos se constrói e perpetua no seio social.

“Seu uso [gênero] rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. ‘Gênero’ é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 75).



Qual a importância do uso do gênero enquanto categoria de análise histórica e social?

Embora as diferenças relacionadas ao sexo, enquanto circunstâncias de ordem física e biológica sejam geralmente utilizadas como fatores determinantes para o estabelecimento de diferenciações entre homens e mulheres, estas, por si só, não são capazes de justificar eficazmente o estabelecimento de desigualdades de caráter social. Tais circunstâncias apenas reforçam e justificam um contexto social e cultural já existente. Desse modo, o gênero não nega a condição biológica, porém, busca trazer para o debate sobre desigualdade entre homens e mulheres questões de ordem social, uma vez que são através destas que tais desigualdades se constroem e perpetuam.

"Uma compreensão mais ampla de gênero exige que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico (portanto não dado e acabado no momento do nascimento, mas sim construído através de práticas sociais masculinizantes e feminizantes, em consonância com as diversas concepções de cada sociedade); como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja, etc. são "generificadas", ou seja, expressam as relações sociais de gênero). Em todas essas afirmações está presente, sem dúvida, a ideia de formação, socialização ou educação dos sujeitos" (LOURO, 1995, p. 103).

Você sabia?

A igualdade de gênero corresponde ao objetivo número 5, entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), traçados pela Organização das Nações Unidas (ONU). O referido objetivo destina-se a alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Os objetivos traçados têm como meta para cumprimento, por parte dos 193 países membros, o ano 2030.

CONSTRUÇÃO DO PAPEL SOCIAL DA MULHER

O que se entende por papel social?

Os papéis destinados aos homens e às mulheres são construções sociais fundamentadas no modo como a sociedade concebe esses sujeitos, utilizando-se de fatores físicos, mas que, para além destes, alia-se a fatores sociais, culturais, políticos, econômicos e de poder.

“A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem” (SAFFIOTI, 1987, p. 08).

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Como explicar o processo de construção das desigualdades entre homens e mulheres?

A condição de subordinação feminina construída e naturalizada na sociedade enquanto uma relação de poder exercida em diferentes contextos, entre eles a família, a escola e o trabalho. Segundo Foucault (1999), o poder revela-se como uma relação complexa, que se mantém pela imposição de comportamentos padronizados, imposição esta nem sempre mantida por meio da força física, mas pela normatização de verdades destinadas à sustentação de um determinado contexto. Desse modo, a padronização de determinados comportamentos produz a sua incorporação na sociedade, passando a ser assimilados e repetidos enquanto padrões sociais. Assim, ao estabelecer culturalmente aquilo que considera como intrínseco aos sujeitos homem e mulher, a sociedade passa a definir os papéis sociais de ambos, estabelecendo também uma relação de dependência e, de certa forma, uma hierarquia entre eles.

Como a desigualdade de gênero se manifesta em nossa sociedade?

Na sociedade atual as desigualdades de gênero são evidenciadas pela não disponibilização de oportunidades iguais para homens e mulheres, esse contexto acaba por gerar resultados sociais distintos entre eles. É importante frisar, ainda, que esse quadro de desigualdade por vezes é mascarado pelos interesses e processos presentes no contexto social que envolvem os sujeitos, ao ponto de tornar tal quadro invisível.

MULHER E MUNDO DO TRABALHO

A ascensão do capitalismo, e por consequência a expansão da necessidade de mão de obra, impulsionou a inclusão feminina no mercado de trabalho. No entanto, tal inclusão foi entendida, a princípio, como circunstancial e passageira, de modo a atender as necessidades imediatas do mercado, como no caso do período entre guerras, em que o contingente de trabalhadores do sexo masculino sofreu uma forte baixa. Desse modo, a sociedade continuava a entender que as principais ocupações femininas relacionavam-se a reprodução e o cuidado com o lar.

Como as desigualdades entre homens e mulheres se manifestam no mundo do trabalho?

Segnini (1998) assevera que cuidar da família, da casa e dos filhos são atividades culturalmente consideradas pela sociedade como atribuições femininas, sendo uma espécie de valor ou padrão a ser seguido. Tal conduta acaba por estabelecer desigualdades estruturais na relação entre homens e mulheres no contexto do mundo do trabalho. A jornada que compreende as atividades relacionadas à criação dos filhos e ao cuidado com o lar, bem como o estereótipo de sensibilidade e fragilidade atribuído à figura da mulher são utilizados para justificar situações como a prevalência da ocupação pelas mulheres em regimes de trabalho parcial, a destinação das mulheres às tarefas com menor potencial de capital intensivo, bem como a destinação de tarefas qualificadas especificamente como femininas.

De modo geral, a divisão sexual do trabalho evidencia a assimetria nas relações entre homens e mulheres, produzindo, inclusive, diferenciações entre os valores pagos pelo trabalho realizado por ambos.



Mas o que significa divisão sexual do trabalho?

"A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)" (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019), as mulheres representam 51,7% da população brasileira e são responsáveis pela chefia de 28,5% dos lares. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD – Contínua) primeiro trimestre de 2019, no que tange ao índice de ocupação de postos de trabalho, as mulheres representam 44,9% do total de brasileiros em tais condições e possuem rendimento médio real de R\$1.991 (um mil novecentos e noventa e um reais), enquanto os homens apresentam rendimento médio real de 2.519 (dois mil quinhentos e dezenove reais).

"[...] apesar da existência de legislação garantindo igualdade no tratamento para ambos os sexos, a segmentação dos postos de trabalho exprime desigualdades nas relações de gênero e constrói “guetos” femininos de trabalho. Estas práticas foram compreendidas como sendo tecidas no contexto social mais amplo e apreendidas pelas empresas no processo de organização do trabalho objetivando ora a minimização dos custos e ora a intensificação da produtividade" (SEGNINI, 1998, p. 150).

PENSANDO O CONTEXTO EDUCACIONAL

A educação, para além de ser um direito público subjetivo que deve ser assegurado a todo cidadão brasileiro é, sem dúvida, instrumento de transformação de realidades sociais. Desse modo, apresenta-se como terreno propício para o debate de ideias e desconstrução de comportamentos, falas ou atitudes excludentes.

Quando o ambiente escolar reproduz e naturaliza, sem a devida reflexão, os comportamentos construídos a partir de uma concepção de que existem qualificações profissionais destinadas às mulheres, está contribuindo decisivamente para a perpetuação do modelo de divisão sexual do trabalho.

Segundo Freire (2002), é necessário reconhecer o ser humano como sujeito histórico e social, moldado a partir de suas vivências e leitura de mundo, este não pode ser considerado um ser passivo, cabendo ao docente e à escola o reconhecimento de tal premissa. Assim, não há espaço para uma educação descomprometida com a transformação social ou conformista diante da realidade de desigualdade.

A partir da educação, as mudanças que esperamos na sociedade podem ser efetivamente concretizadas. Para tanto, torna-se preciso repensar as práticas educacionais no sentido de fortalecer valores que assegurem a igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A educação profissional enquanto política pública destinada a promover a efetivação de dois direitos fundamentais, consagrados pela Constituição Federal do Brasil: o direito à educação e o direito ao trabalho, visa à inserção do indivíduo no mundo do trabalho através da formação técnica. Tal modalidade de ensino, embora direcionada à preparação do discente para o exercício de uma profissão técnica, deve ser compreendida enquanto propiciadora da formação integral desses indivíduos.

Formação Integral

A formação integral se dá a partir da superação da dicotomia histórica entre pensar e executar. Nessa perspectiva, Saviani (2007) considera como indispensável, no processo de formação dos trabalhadores, a postura voltada para compreensão da indissociável relação existente entre o trabalho intelectual e o trabalho material, ou seja, da necessária preparação para o mundo do trabalho vinculada a uma sólida formação humana, cultural e intelectual, ou seja, a formação omnilateral.

"Portanto, formar profissionalmente não é preparar exclusivamente para o exercício do trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas" (RAMOS, 2009, p. 147)

Mulheres na Educação Profissional

De acordo com os números apresentados pela Plataforma Nilo Peçanha, ambiente virtual de coleta, disseminação e validação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (SETEC/MEC), ano referência 2018, as mulheres representavam **46,6%** do número de discentes matriculados nos cursos técnicos de nível médio nos Institutos Federais, no âmbito do IFPB, elas representavam **45,6%** do total de matrículas no mesmo período e modalidade de ensino.

Ao considerarmos os cursos de eixos tecnológicos como controle e processos industriais, gestão de negócios, infraestrutura e produção industrial, áreas culturalmente associadas à figura masculina, a participação feminina tende a diminuir. Nesse cenário, considerando o total de matrículas efetuadas nos Institutos Federais, a participação feminina é de **42,3%**, resultado equivalente ao verificado no âmbito do IFPB **42,2%**.

Nos eixos tecnológicos de ambiente e saúde, desenvolvimento educacional e social, produção cultural e design, turismo e hospitalidade e lazer, os números sofrem uma inversão, em dimensão nacional o percentual é **65,4%** de mulheres, enquanto no IFPB **56,1%**.

A partir dos números apresentados é possível observar que a percepção culturalmente aceita de que determinadas profissões são destinadas aos homens e outras às mulheres tem influência no perfil de ingresso nos cursos técnicos.

No campus João Pessoa – IFPB, no período de 2018 a 2019, foram matriculados, nos cursos técnicos subsequentes ao ensino médio do no **eixo tecnológico de controle e processos industriais**, **382** (trezentos e oitenta e dois) discentes, destes, **apenas 50** (cinquenta) eram discentes do sexo feminino, o que equivale a **13,08%**.

Entre os cursos do referido eixo tecnológico o **curso técnico em mecânica** é o que apresenta o menor número de mulheres matriculadas. No período mencionado, **apenas 08 (oito)**, **das 120 (cento e vinte)** vagas ocupadas no mencionado curso, foram preenchidas por discentes do sexo feminino. Ou seja, as mulheres ocupam apenas **6,67%** das vagas.

Ainda considerando o período mencionado (2018 a 2019) **das 08 (oito)** discentes matriculadas, **07 (sete)** desistiram do curso. Ao questionarmos os discentes dessas turmas sobre a importância de abordar o tema desigualdade entre homens e mulheres nos cursos de educação profissional, **69,6%** dos discentes consideram tal iniciativa como necessária.

Entender como se dá o processo de construção das desigualdades entre homens e mulheres, bem como as questões relacionadas à formação das discentes do sexo feminino, no contexto de cursos de formação profissional culturalmente associados ao perfil masculino, representa uma oportunidade de contribuir positivamente para a trajetória profissional dessas mulheres. A iniciativa também contribui para promoção de espaços educacionais comprometidos com a construção de uma sociedade menos desigual.

O QUE DIZEM AS DISCENTES?

Uma forma de melhor compreender os desafios enfrentados pelas discentes do sexo feminino, no âmbito de cursos de formação profissional majoritariamente ocupados por homens, é dar voz a essas mulheres. A seguir apresentaremos algumas falas de discentes que vivenciam esse contexto.

As falas apresentam relatos e opiniões relacionadas ao percurso de formação dessas mulheres, os desafios da inserção no mundo do trabalho, seus anseios e expectativas.

Os trechos aqui apresentados fazem parte da pesquisa que originou este trabalho e teve como objetivo identificar os sentidos e desafios da participação feminina na educação profissional. Destacamos que foi mantido o anonimato das entrevistadas, para tanto, o nome das mesmas foi substituído pela letra "E", seguida do sequencial numérico para cada participante.



Vamos ouvir o elas têm a dizer?

“Você pode ter o currículo que for, qualificado, tirar nota boa, mas na hora do ‘vamos ver’ na empresa, principalmente quando boa parte da gerência são homens, a preferência é por homens” (E3).

“Nos estágios em manutenção, ligados à manutenção, é muito complicado eles [empregadores] contratarem meninas, contratam muito mais o sexo masculino, porque a gente não pode entrar no setor que tem muito homem, que a gente vai estar com macacão enorme, cheia de graxa e existe muito esse preconceito, eles colocam a gente no setor de produção” (E2).

“Numa turma onde a maioria dos professores e colegas são homens as meninas sempre tem uma questãozinha assim, de não ser tão valorizadas no ambiente masculino” (E5).

“... se você tiver uma companhia, uma sala ou instituição que te dê apoio, com certeza pode ajudar bastante” (E1).



“O que acontece é que as mulheres que ingressam nessas áreas às vezes sofrem preconceito por parte dos professores, colegas e da sociedade. Você tá no curso que, se você não tem apoio, não consegue se identificar e acaba saindo” (E3).

“Já falaram que eu deveria continuar sendo professora...” (E2).

“Eu acabei de me formar então me desanima muito saber que além da situação problemática do país, socioeconômica e política eu ainda vou ter que enfrentar um problema a mais, que seria a discriminação por ser mulher, isso não deveria existir, é como se a sociedade tivesse dizendo que sou incapaz por conta do meu gênero” (E4).

“Na antiga empresa que trabalhava existia uma vaga para a função de coordenador, porém, em conversa comigo, disseram que a vaga seria mais apropriada para homem. Eu me senti um pouco desvalorizada...” (E1).



"O fato de ser mulher dificulta um pouco, na hora de uma entrevista a pessoa já olha e trata diferente, a experiência nem importa, às vezes, diante do que o entrevistador vai querer. Muitos preferem empregar homens, considerando a possibilidade de gravidez. Isso é chato e desanimador... Durante uma entrevista de emprego o entrevistador me assediou, eu acho que é uma coisa que não aconteceria com homem" (E4).

"É como se você não pudesse mostrar sensibilidade. Sensibilidade só fica em casa, lá fora é outra história como se fosse uma espécie de proteção, eu preciso me proteger, qualquer coisa muitas vezes, até uma risadinha, é motivo de cautela, aí fica difícil. A gente já vive com pressão de estudar, de ter um trabalho produtivo e ainda pensar como se comportar, como não ser você mesmo, é muito complicado, muito difícil" (E2).

"As mulheres podem desempenhar o papel que elas quiserem em qualquer área" (E5).



"Mostrar para as meninas que não tem diferença, não existe trabalho de homem e mulher, você não pode diferenciar uma pessoa... não é uma questão física, não tem que diferenciar o ser humano por ser homem ou mulher" (E3).

“Acredito que é na escola, no início, que a gente tem que tratar esse tipo de preconceito e desconstruir uma coisa que eu acho que também é histórica, essa coisa da mulher ser dependente do homem” (E2).

“Eu acho que a escola não está muito interessada em abordar esse assunto. Algumas pessoas tentam discutir trazer à tona falar o quanto é importante, mas muita gente acha que não existe isso, mas quem é mulher sabe. Acho que a escola tem muito a melhorar em relação a isso. As escolas precisam mostrar as possibilidades” (E4).



“Tem muita mulher bem mais qualificada que muito homem, é só uma questão de barreira, às vezes até preconceito dela mesmo que ela nem consegue perceber” (E3).

“Eu sou o que eu quero, o que eu escolhi ser, independente de ser mulher ou não. Eu tenho muito orgulho de ser mulher e conseguir levar, na sociedade em que a gente vive hoje, todas essas partes, trabalhar, estudar e ser uma profissional competente” (E2).



20

Para pensar...

O reconhecimento das dificuldades e desigualdades enfrentadas pelas mulheres, principalmente no exercício de determinadas profissões, aliada a consciência da capacidade de superá-las, representa um passo importante no caminho rumo à superação do modelo social que prega a limitação de possibilidades à figura feminina.

Ao destacarem em suas falas que o papel a ser desempenhado pelas mulheres, tanto na esfera profissional como nas demais áreas de atuação, está relacionado ao seu poder de escolha e autodeterminação, as participantes evidenciam a não aceitação de padrões sociais e culturais impostos, tão pouco de discursos que atribuam aos fatores físicos ou biológicos a capacidade de determinar seus destinos e escolhas.

A partir das falas apresentadas, é possível refletir sobre alguns cenários que a princípio podem nos parecer comuns ou naturalmente explicáveis. No contexto da formação profissional feminina, uma série de fatores de ordem cultural e social acabam interferindo decisivamente nas escolhas, bem como na trajetória educacional e profissional dessas mulheres. Nem sempre a explicação para a não procura por determinados cursos, ou o abandono destes, é necessariamente apenas uma escolha.

Nesse contexto, a educação representa um importante instrumento para a superação de padrões sociais que dificultam o exercício pleno da cidadania. Embora a sociedade ocidental moderna estabeleça uma série de direitos destinados à garantia de igualdade entre os sexos, mulheres e homens nem sempre exercem tais direitos da mesma forma, não estando sujeitos às mesmas condições para exercício de destes, nem limitados pelas mesmas barreiras culturais.

SUGESTÕES PARA ABORDAGEM DO TEMA

A concepção de que a escola exerce um papel importante nas questões que se manifestam na sociedade evidencia que este ambiente não pode ser compreendido como um mero espaço para aquisição de conteúdo e técnicas a serem executados no mundo do trabalho. Desse modo, se faz importante que o espaço educacional esteja sensível às questões que permeiam a especificidade da formação profissional das mulheres, principalmente no âmbito de cursos historicamente considerados como destinados aos homens.

A seguir, apresentaremos algumas propostas que podem auxiliar na abordagem da temática da desigualdade de gênero no âmbito da educação profissional. As sugestões podem ser adequadas ao contexto e aos meios disponíveis para sua execução. O principal objetivo é promover o debate sobre as situações de desigualdade de gênero presentes na escola, na família e no mundo do trabalho, estimulando a reflexão sobre tais questões e, assim, contribuindo para construção de um pensamento crítico diante das questões relacionadas à problemática.



As propostas buscam utilizar metodologias ativas que permitam a explanação do assunto com os discentes, estimulando o protagonismo dos mesmos.

Questões para Reflexão

- A construção social do gênero;
- Determinação dos papéis sociais e a hierarquia entre os sexos;
- A desigualdade entre homens e mulheres no contexto social e no mundo do trabalho;
- O papel da cultura na incorporação das desigualdades;
- O uso das diferenças físicas ou biológicas como critérios justificadores das desigualdades;
- Diferenças justificam desigualdades?



Objetivos:

- Refletir sobre a construção social do gênero;
- Perceber de que modo as desigualdades entre homens e mulheres se manifestam na sociedade;
- Compreender de que modo as desigualdades entre homens e mulheres afetam direitos e impedem a construção de uma sociedade mais justa.
- Despertar a necessidade de pensar de que modo é possível colaborar para a construção de uma sociedade com menos desigualdade entre homens e mulheres.

Método Aquário

Como fazer?

Primeiro passo:

Apresentar o tema a ser trabalhado, uma apresentação rápida que inclua a justificativa, bem como os objetivos da atividade proposta.

Segundo passo:

Reprodução do Curta Metragem:
Acorda, Raimundo...Acorda!
Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=snLsvVfF9X8&t=1118s>>



Terceiro passo:

- Com o uso das cadeiras organize um círculo de no mínimo 4 integrantes que deverão permanecer sentados no centro da sala;
- Os demais integrantes devem permanecer sentados, organizando as cadeiras em formato de círculo em volta dos participantes que estão ao centro;
- O(a) professor(a) deve atuar enquanto mediador dos debates, propondo questões a partir do que foi apresentado em sua fala inicial e retratado no filme apresentado;
- Apenas os participantes que estão no centro têm poder de fala, os demais devem permanecer em silêncio;
- Para que um participante do círculo externo possa participar das discussões alguém do círculo interior precisa levantar, deixando um espaço vago para que o colega contribua com o debate.
- A intenção é que todos possam participar e trazer contribuições para as questões postas.
- A medida que algumas questões vão sendo superadas o(a) professor(a) pode apresentar novas inquietações.

Ao final, o(a) professor(a) deve apresentar suas considerações de modo a contribuir para a desconstrução de possíveis posicionamentos preconceituosos, colaborando com o processo reflexivo.

Apresentação interativa (Mentimeter)

Como fazer?

- Criar a apresentação através do endereço: <https://www.mentimeter.com/>. O primeiro acesso necessita de cadastro. A ferramenta é intuitiva e permite criar apresentações personalizadas que promovem a interação com o público por meio dos celulares.
- Selecione a alternativa em que o apresentador controlará o avanço das questões;
- Como sugestão, as seguintes questões podem ser colocadas para que os participantes possam interagir:

Na sociedade atual, ainda persistem situações de desigualdade entre homens e mulheres?

Você acha que existe desigualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho?

Você considera que existem profissões mais apropriadas para homens e outras para as mulheres?

Você acha que as oportunidades de trabalho são iguais para homens e mulheres?

O principal fator justificador das desigualdades entre homens e mulheres são questões físicas biológicas?

- Após criada a apresentação, a ferramenta disponibilizará o código para que os participantes possam acessar as questões.

Primeiro passo:

Apresentar o tema a ser trabalhado, uma apresentação rápida que inclua a justificativa, bem como os objetivos da atividade proposta. Disponibilize o endereço da apresentação criada e o código, para que os participantes acessem através dos celulares. Eles devem ser convidados a responder as questões apresentadas. Os resultados devem ser apresentados ao término de cada questão.

Segundo passo:

Ao fim dos questionamentos a temática da desigualdade deve ser apresentada pelo(a) professor(a) a partir dos resultados apontados e das questões levantadas durante a apresentação, de modo a propiciar a reflexão sobre o tema. As questões apontadas neste material, vídeos, músicas ou imagens são algumas sugestões para esse momento.

Terceiro passo:

Como momento de conclusão, sugerimos o debate entre os participantes enquanto momento avaliativo tendo como referencial os resultados obtidos inicialmente pelo uso da ferramenta mentimeter e a explanação da temática realizada pelo(a) professor(a).



Gallery Walk

Como fazer?

Primeiro passo:

Apresentar o tema a ser trabalhado, incluindo a justificativa, bem como os objetivos da atividade proposta. É preciso apresentar questões importantes como:

- A construção social do gênero;
- A desigualdade entre homens e mulheres no contexto social e no mundo do trabalho;
- O papel da cultura na incorporação das desigualdades;
- O uso das diferenças físicas ou biológicas como critérios justificadores das desigualdades.

Segundo passo:

- Após a explanação do tema, dividir a turma em 4 grupos (o número de grupos deve coincidir com o número de integrantes), cada grupo receberá 1 cartolina e pincéis. Os grupos serão numerados de 1 a 4.
- Cada grupo deverá retratar, através de imagens, palavras, poemas e etc, situações que representem as questões relacionadas as desigualdades entre homens e mulheres no contexto da **família, escola, trabalho e da sociedade**. Cada grupo ficará responsável por uma dessas esferas.
- Os integrantes de cada grupo serão numerados de 1 a 4.



Terceiro passo:

- Após a conclusão dos cartazes, cada integrante deve dirigir-se ao grupo equivalente ao seu número (ex. todos os integrantes com o número 1 devem dirigir-se ao grupo 1, 2 ao grupo 2 ...). Com a nova formação, cabe ao integrante que participou da elaboração do cartaz explicar a ideia aos demais. Após esse primeiro momento, ao sinal do(a) professor(a), todos os integrantes, em sentido horário, visitarão o próximo cartaz, mais uma vez o integrante que participou de sua elaboração apresentará o trabalho aos demais. A intenção é que cada integrante tenha a oportunidade de apresentar o trabalho que ajudou a construir.

Quarto passo:

Ao final as questões apresentadas podem ser pontuadas pelo(a) professor(a) trazendo uma reflexão sobre as situações apontadas e a necessidade de pensarmos como podemos colaborar para a construção de uma sociedade mais justa.

SAIBA MAIS...

Aponte a câmera do seu celular e assista a alguns vídeos disponíveis no YouTube que podem auxiliar na melhor compreensão sobre o tema da desigualdade de gênero!



Fonte: Hidra Educacional- Desigualdade de Gênero
<https://www.youtube.com/watch?v=hWE9MMieeUQ>



Fonte: GÊNERO: O QUE É (E O QUE NÃO É) | Thais Lima
https://www.youtube.com/watch?v=K_W3MLk0d8M

Avalie esta cartilha e contribua com seu aprimoramento!



REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: a experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BRASIL. Ministério da Educação. Plataforma Nilo Peçanha (Ano base 2018) 2019. Disponível em: <https://www.plataformanilopecanha.org/>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra (Coleção Leitura), 2002.
- HITATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, v 37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007. Tradução Fátima Murad. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD Contínua. 1º trimestre de 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/8ff41004968ad36306430c82eece3173.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 101-152, 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71722/40669>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL - ONU BR. 17 Objetivos para transformar o mundo. Disponível: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acessado em: 10 jun. 2019.
- RAMOS, Marise Nogueira. Concepção do Ensino Médio Integrado. In: ARAÚJO, Ronaldo; TEODORO, Elinilze. (Org.). Ensino Médio Integrado no Pará como Política Pública. Belém: SEDUC-PA, 2009, p. 144-182. Disponível em: <http://ambientedetestes2.tempsite.ws/ciencia-para-educacao/publicacao/ramos-m-n-concepcao-do-ensino-medio-integrado-in-araujo-ronaldo-teodoro-elinilze-org-ensino-medio-integrado-no-para-como-politica-publica-belem-seduc-pa-2009-v-p-144-182/>. Acesso em: 05 nov. 2018.
- SAFFIOTI, Heleieth. O poder do macho. São Paulo: Moderna LTDA, 1987.
- SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, Campinas, v. 12, n. 54, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n54/a12v1254.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2018.
- SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Relações de gênero no trabalho informatizado bancário. Cadernos Pagu, Campinas, n. 2, p. 147 - 168. 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4098384>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

APÊNDICE B

Este questionário faz parte de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado em Educação Profissional do Instituto Federal da Paraíba. Cada quesito deve conter apenas uma resposta, entre as alternativas possíveis, devendo refletir o que melhor representa o seu pensamento em relação ao que foi afirmado. Certifique-se de que respondeu todos os questionamentos. Asseguramos, desde já, o anonimato dos participantes. Sua participação é muito importante. Obrigada pela colaboração.

Sexo: F M Idade: _____ Semestre do curso: _____ Estado civil: _____

	A	B	C	D	E
	Discordo totalmente	Discordo um pouco	Não sei	Concordo um pouco	Concordo totalmente
1. Acredito que existem profissões mais adequadas para homens, outras para as mulheres.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Penso que atividades domésticas e de cuidados com os filhos são atribuições naturalmente femininas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Acho que quando os filhos adoecem é preferível que a mãe se afaste do trabalho para prestar os devidos cuidados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Atividades domésticas devem ser compartilhadas igualmente entre homens e mulheres.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. O mercado de trabalho trata as mulheres de forma distinta em relação aos homens.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Acredito que o curso técnico em mecânica tem um perfil mais adequado para os homens.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. No curso técnico em mecânica é comum ouvir comentários ou brincadeiras relacionadas à aptidão feminina para o curso.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Acredito que a disponibilidade de estágios e oportunidades de emprego na área de mecânica são maiores para os homens.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Considero importante discutir desigualdade entre homens e mulheres no contexto dos cursos técnicos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Já sofri ou presenciei discriminação contra mulheres no ambiente escolar do IFPB.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Considero que existe diferenciação no tratamento dispensado pelos professores com relação aos discentes do sexo masculino e feminino no curso de mecânica.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Acho que as mulheres enfrentam mais dificuldades que os homens na trajetória de formação profissional.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	A	B	C	D	E
	Discordo totalmente	Discordo um pouco	Não sei	Concordo um pouco	Concordo totalmente
13. Penso que o curso técnico em mecânica tem mais alunos do sexo masculino por ser uma profissão que não combina com o perfil feminino.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Acredito que, uma vez concluído o curso técnico em mecânica, mulheres e homens terão as mesmas oportunidades de empregabilidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Na sociedade atual ainda persistem situações de desigualdade entre homens e mulheres.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Acredito que a educação é capaz de proporcionar mudanças no modo como a sociedade define o papel da mulher.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. O que justifica as desigualdades entre homens e mulheres são questões físicas e biológicas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Acredito que, embora os homens possam ajudar nas tarefas, cuidar da casa e dos filhos é um trabalho principalmente da mulher.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Penso que a instituição de ensino deve proporcionar mais momentos de debate e reflexão sobre as desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. Desigualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho é um tema abordado com frequência na sala de aula.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21. Julgo ser desnecessário tratar de desigualdade entre homens e mulheres nos cursos de educação profissional.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22. Acredito que as diferenças salariais entre homens e mulheres não tem relação com preconceito ou discriminação.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23. Penso que as oportunidades no mundo do trabalho, na área de mecânica, são iguais para homens e mulheres.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24. Tenho interesse em participar de atividades que tratem de temas como desigualdade de gênero.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25. Durante o curso temos momentos destinados ao debate sobre temas relacionados ao contexto social.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26. Acredito que homens e mulheres são diferentes em razão de minhas convicções culturais e religiosas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS DISCENTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO IFPB

1. Dados de Identificação

Código de identificação: _____ Idade: _____ Curso: _____
Religião/Crença: _____.

2. Dados Profissionais

1. Exerce algum tipo de trabalho remunerado ou não?
2. Qual é o seu regime de trabalho/Carga horária?
3. Tem alguma outra formação profissional anterior?

3. Escola e vulnerabilidade

- Fale da sua vida e da sua história.
- Por que escolheu o curso?
- O que você espera ao concluir o curso?
- O que você entende por desigualdade de gênero?
- Você acha que existem atribuições específicas para a mulher na sociedade atual?
- Você já passou por alguma situação de discriminação ou tratamento desigual pelo fato de ser mulher?
- Você acha que homens e mulheres podem ocupar as mesmas profissões?
- Você acha que existe profissões voltadas para homens e outras para mulheres?
- O que você entende por desigualdade de gênero no mundo do trabalho?
- Você acha que a escola pode ser um espaço para abordar questões relacionadas à desigualdade de gênero no mundo do trabalho?
- Acha que há uma disciplina específica para se abordar o assunto?
- O fato de ser mulher já foi motivo de alguma situação de constrangimento/discriminação no curso?
- Como você se sente ao falar sobre este tema?
- Você acha que as oportunidades no mundo do trabalho, na área que pretende atuar, são iguais para homens e mulheres?
- Já se deparou, ou teve conhecimento, de alguma situação que envolva desigualdade de gênero no ambiente escolar ou no contexto laboral?
- A seu ver, como a instituição de ensino aborda essa temática?
- No contexto escolar, quais os principais desafios, enquanto mulher, para a formação profissional?
- Você considera importante discutir essa temática no contexto da educação profissional?

APÊNDICE D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa que tem como título: "Convidadas a Sair?" Sentidos e Desafios da Participação Feminina no Contexto da Educação Profissional no IFPB. As participantes da pesquisa serão discentes maiores de idade, regularmente matriculados nos cursos técnicos subsequentes ao ensino médio e no curso técnico em eventos integrado ao ensino médio, na modalidade de educação de jovens e adultos – Proeja, do *campus* João Pessoa. O objetivo deste estudo é analisar os sentidos e desafios da participação feminina no contexto da Educação Profissional no IFPB. Compreender como questões intrinsecamente relacionadas ao gênero adentram aos muros escolares, e como são acolhidas pela instituição de modo a promover um diálogo efetivo e significativo entre discentes e demais atores escolares.

Sua participação não é obrigatória e poderá tirar dúvidas a qualquer momento, tanto sobre sua participação, quanto sobre a pesquisa. Também é seu direito desistir da participação ou pedir para excluir informações que já tenham sido dadas. Tal desistência poderá ocorrer a qualquer momento, bastando para tanto entrar em contato com a pesquisadora. A sua participação corresponde a entrevista na qual responderá perguntas diversas relacionadas a dados de identificação, contextualização do modo de vida, questões relativas ao curso, à instituição de ensino, ao mundo do trabalho e aos desafios concernentes ao ser mulher. A entrevista será gravada com a finalidade de transcrição para uso conveniente do tratamento dos dados. Será garantida a confidencialidade e o sigilo quanto a sua identificação no material produzido. É importante dizer que sua participação não lhe acarretará nenhum custo e não será fornecida nenhuma recompensa, seja ela financeira ou de outro cunho. Os riscos oferecidos podem se relacionar a um desconforto durante a entrevista por se estar entrando em contato com conteúdos pessoais. Você receberá uma via deste termo, onde lhe será explicado de forma clara o objetivo, a justificativa, os benefícios, riscos da pesquisa, dentre outras informações relevantes.

Também é necessário reforçar, que você pode entrar em contato com a pesquisadora a qualquer momento para esclarecimento de dúvidas posteriores, sendo a pesquisadora: **Niedja de Freitas Pereira – Telefone (83) 99163-0982; e-mail: niedjalee@yahoo.com.br; endereço : Rua Benício de Oliveira Lima, 689, José Américo, Ed. Amazonas II – apt. 202. João Pessoa, CEP 58.073.030; Poderá também contatar o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Endereço: Av. João da Mata, 256 - Jaguaribe João Pessoa - PB.**

Eu, _____, abaixo assinado, aceito o convite acima expresso, dando ciência de que fui informado de todos os aspectos referentes a minha participação neste estudo.

Tenho ciência do exposto acima e autorizo a participação na pesquisa.

Assinatura do participante maior de idade

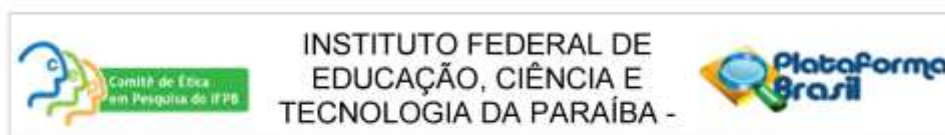
João Pessoa- PB, _____ de _____ de 20____.

Niedja de Freitas Pereira (Pesquisadora)

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEP-IFPB), o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Se, portanto, o(a) senhor(a) desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB: Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB. Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br Horário de atendimento: Segunda à sexta, das 12h às 18h. **Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br Horário de atendimento: Segunda à sexta, das 12h às 18h.**

ANEXOS

ANEXO I



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: "CONVIDADAS A SAIR?" SENTIDOS E DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA.

Pesquisador: NIEDJÁ DE FREITAS PEREIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 12323619.4.0000.5185

Instituição Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.410.622

Apresentação do Projeto:

A inserção feminina no mundo do trabalho, bem como sua participação cada vez maior nesse cenário, não implicou necessariamente no fim da desigualdade entre homens e mulheres no contexto laboral. A partir da compreensão de que a construção do papel social da mulher na sociedade, moldada culturalmente ao longo da história, resultou na naturalização de desigualdades fundamentadas no gênero, torna-se imperioso destacar o papel da escola dentro desse contexto, em especial quando se trata de cursos de Educação Profissional, modalidade de ensino diretamente relacionada à preparação para o ingresso no mundo do trabalho. Este projeto tem como foco a presença feminina no contexto da Educação Profissional no âmbito do Instituto Federal da Paraíba.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O presente projeto tem por objetivo geral de pesquisa, analisar os sentidos e desafios da participação feminina no contexto da Educação Profissional no IFPB.

Objetivo Secundário:

1. Refletir sobre a participação feminina na educação profissional técnica de nível médio no IFPB;
2. Perceber como as questões relacionadas ao gênero interferem ou estão presentes na trajetória escolar

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe.

Bairro: Jaguaribe

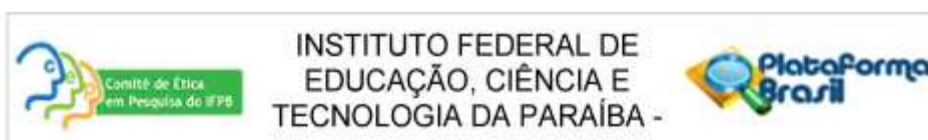
CEP: 58.015-020

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3612-9725

E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 3.410.622

das discentes;

3. Identificar nos relatos das entrevistadas as percepções quanto à consciência de gênero;
4. Compreender de que modo a instituição de ensino pode contribuir para a superação de condutas ou discursos ensejadores de situações de desigualdade baseada no gênero;
5. Desenvolver um plano de capacitação docente tendo como tema os desafios da participação feminina na educação profissional, com o objetivo de despertar nos docentes uma maior compreensão sobre a temática, bem como estimular práticas educativas voltadas à eliminação de condutas reforçadoras da desigualdade de gênero.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O presente estudo não confere nenhum grau de risco a saúde e integridade das participantes. No entanto, ao acessar conteúdos psíquicos das mesmas, podem ocorrer desconfortos a nível psicológico ao invocar materiais inconscientes ou de cunho afetivo-emocional durante o processo de coleta de dados nas entrevistas. Vale ressaltar que em caso de ocorrência do fenômeno supracitado, a participante poderá ser devidamente encaminhada ao setor de atendimento psicológico junto ao Campus João Pessoa, ficando a pesquisadora responsável pelo acompanhamento. Cabe ainda à pesquisadora informar às participantes que, a qualquer sinal de desconforto, estas poderão abster-se de participar ou responder determinada questão causadora de constrangimentos e afins.

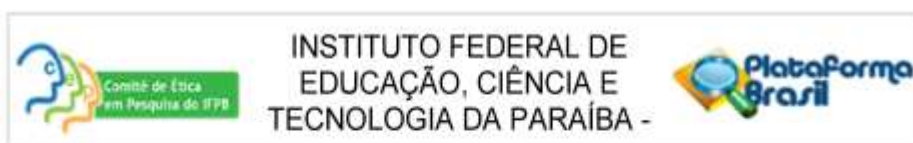
Benefícios:

Os potenciais benefícios, que podem ser alcançados com a pesquisa, referem-se a uma maior visibilidade e compreensão a respeito dos sentidos e desafios que permeiam a participação feminina na educação profissional. A partir de tal compreensão será possível traçar ações pedagógicas de atuação com vistas ao combate à desigualdade de gênero a partir do ambiente escolar. De posse do material coletado poder-se-á pensar como a temática em questão poderá estar de fato presente na escola. Desde modo postula-se que benefícios consideráveis serão atingidos, contribuindo com o meio científico, bem como para a elaboração de novas práticas no campo educacional.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é uma dissertação de aluna do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do IFPB e tem como objeto de estudo é a identificação de procedimentos e condutas que ainda reforçam o papel de submissão da mulher em relação ao homem, seja no ambiente familiar, profissional e, em especial, educacional, onde se desenvolvem sob a perspectiva do

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe	
Bairro: Jaguaribe	CEP: 56.015-020
UF: PB	Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725	E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 3.410.622

disciplinamento e homogeneização de comportamentos humanos. Como se trata de investigação de tema voltado às Ciências Humanas e Sociais, o projeto deve ser desenvolvido sob a égide da Resolução 510/2016.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão presentes e em conformidade com a Resolução acima citada:

- a) o Projeto de Pesquisa, com instrumento de coleta de dados adequado e cronograma condizente com a realização da pesquisa, além de orçamento bem definido;
- b) a Folha de rosto, assinada pelo diretor Geral do Campus JP, onde, SE PRESUME, se desenvolverá a pesquisa;
- c) o TCLE, documento no qual consta a informação, esta assumida pela própria participante, sobre ter mais de 18 anos de idade, o que nos induz a crer ser este um critério de inclusão, dispensando-se, portanto, outros documentos como TA e o TCLE de pais ou responsáveis. Resolvidos esses elementos, outros, porém, geraram pendências a seguir:

- a) sejam informados critérios de participação (maior de idade, turmas/séries/anos de quais cursos) das entrevistadas;
- b) se informe o Campus onde se realizará a pesquisa;
- c) Seja substituído, no TCLE, o termo "cópia" por "via";
- d) Seja reduzido o texto de anuência da participante da pesquisa, podendo constar apenas do seguinte enunciado:

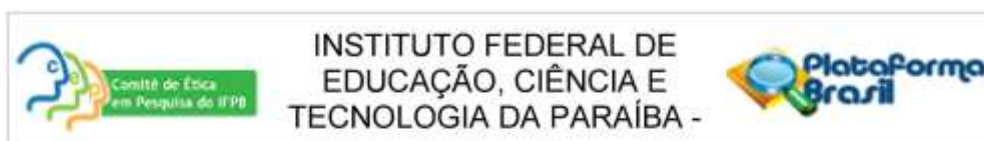
"Aceito o convite acima expresso, dando ciência de que fui informado de todos os aspectos referentes a minha participação neste estudo."

- e) Ainda no TCLE, seja informado que este projeto foi submetido ao CEP-IFPB, para o qual sugerimos o texto a seguir:

"Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEP-IFPB), o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Se, portanto, o(a) senhor(a) desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB: Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB, Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br
Horário de atendimento: Segunda à sexta, das 12h às 18h.

- f) No instrumento de coleta de dados (Anexo 1 - roteiro de entrevistas), seja substituído o termo

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe
 Bairro: Jaguaribe CEP: 58.015-020
 UF: PB Município: JOÃO PESSOA
 Telefone: (83)3612-9725 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 3.410.622

DESCRIMINAÇÃO por DISCRIMINAÇÃO.

Todas as pendências acima, conforme visto no TCLE anexado, foram resolvidas.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após avaliação do parecer apresentado pelo relator que indica aprovação e em se tratando de resposta a pendências emitidas em parecer anterior, as quais foram sanadas, bem como no intuito de não atrasar o início da pesquisa, emito na condição de Coordenador o Parecer de Aprovado ao protocolo de pesquisa, pois este está em acordo com o que preconiza a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Informamos ao pesquisador responsável que observe as seguintes orientações:

- 1- O participante da pesquisa tem o direito de desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo; (Res. CNS 510/2016 – art. 9º - Item II).
- 2- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por parte do CEP que aprovou, aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano ao participante.
- 4- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo.
- 5- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.
- 6- Devem ser apresentados, ao CEP, relatório parcial até 30/01/2020 e relatório final até 30/09/2020.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1308193.pdf	14/06/2019 16:15:10		Aceito
Outros	Projeto_corrigido.doc	14/06/2019	NIEDJA DE	Aceito

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe

Bairro: Jaguaribe

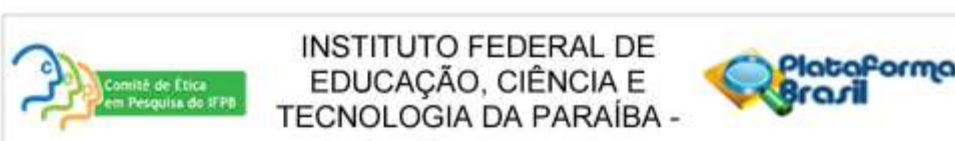
CEP: 58.015-020

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3612-9725

E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 3.410.622

Outros	Projeto_corrigido.doc	16:13:09	PEREIRA	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA.docx	14/06/2019 16:11:13	NIEDJA DE FREITAS PEREIRA	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	RECURSO.docx	14/06/2019 16:05:42	NIEDJA DE FREITAS PEREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_corrigido.docx	14/06/2019 16:01:52	NIEDJA DE FREITAS PEREIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	17/04/2019 10:43:49	NIEDJA DE FREITAS PEREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Niedja.pdf	17/04/2019 10:38:49	NIEDJA DE FREITAS PEREIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 25 de Junho de 2019

Assinado por:
Aleksandro Guedes de Lima
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe
Bairro: Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br